



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Ana Catarina Parracho dos Santos Lebre

**MUSEALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA  
COLONIAL PORTUGUESA:  
DA EXPOSIÇÃO INSULAR E COLONIAL DE 1894 AO  
DEBATE SOBRE O “MUSEU DAS DESCOBERTAS”**

Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, Ramo: Museologia,  
orientada pelo Professor Doutor Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta e  
coorientada pelo Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes,  
apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Arte da  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Janeiro de 2023



# FACULDADE DE LETRAS

## MUSEALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA: DA EXPOSIÇÃO INSULAR E COLONIAL DE 1894 AO DEBATE SOBRE O “MUSEU DAS DESCOBERTAS”

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação</b>
<b>Título</b>	<b>Musealização da Experiência Colonial Portuguesa:</b>
<b>Subtítulo</b>	<b>da Exposição Insular e Colonial de 1894 ao debate sobre o “Museu das Descobertas”</b>
<b>Autora</b>	Ana Catarina Parracho dos Santos Lebre
<b>Orientador</b>	Professor Doutor Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta
<b>Coorientador</b>	Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto</b> <b>2. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Património Cultural e Museologia</b>
<b>Área científica</b>	<b>Museologia</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	Museologia
<b>Data da defesa</b>	<b>23-02-2023</b>
<b>Classificação</b>	<b>18 valores</b>



*À memória de Etelvina dos Santos.  
A curiosidade mostra o caminho. Sempre.*



## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho foi um longo caminho, encetado ainda antes do início da pandemia e escrito durante uma época atípica e cheia de incertezas, entre confinamentos, restrições e limitação de acesso a museus e a bibliotecas. As dificuldades foram redobradas e os agradecimentos também.

Agradeço aos meus orientadores, Professor Fernando Pimenta e Professor João Paulo Avelãs Nunes, pelo incentivo e disponibilidade, tão fundamentais numa altura crítica como a que atravessámos.

Aos colegas de mestrado pela amizade e apoio.

Aos colegas de trabalho, Ricardo Paredes, por me ter mostrado o Catálogo da Exposição Insular e Colonial do Porto, ponto de partida para este trabalho. À Helena Pereira e ao André Breves, pelo incentivo e otimismo, pelas conversas de café que deram mais leveza às incertezas durante a escrita.

Às amigas, Cátia, Ana Luísa, Ana Isabel e Cristina pela amizade, apoio e incentivo, à distância de um telefonema.

À Catarina, Eurico e Gabriel, família do coração, longe, mas sempre perto.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e nunca terem duvidado das minhas capacidades.

À família Costa, todos e sem exceção, por me receberem sempre como se fosse da família e me fazerem sentir em casa. Mostraram-me a generosidade minhota que não sei se algum dia vou conseguir retribuir.

Ao Rui, que sempre compreendeu a importância desta dissertação, que me deu a mão, acompanhou-me nesta longa caminhada e nunca vacilou. As palavras não são suficientes para te agradecer.

A todos o meu sincero obrigado por terem tornado possível concretizar este trabalho.





## RESUMO

### **Musealização da experiência colonial Portuguesa: da Exposição Insular e Colonial de 1894 ao debate sobre o “Museu das Descobertas”**

Em anos recentes assistimos à reorganização de museus europeus que herdaram coleções coloniais, principalmente de etnologia, fruto de um passado de explorações, conquistas, domínio e poder e que atualmente pretendem renovar a sua relação com os objetos que expõem, atualizando o discurso expositivo para uma sociedade pós-colonial que felizmente já não se revê na ideologia do passado cristalizada nestas antigas exposições. Assistimos igualmente a pedidos de restituição de bens culturais que estão guardados em muitos destes museus, por parte de comunidades de origem, que pedem a devolução do seu património, colocando novas questões éticas aos profissionais de museus que ainda não têm uma resposta definitiva.

A nível nacional, por um lado, cada vez mais se realizam exposições, peças de teatro, intervenções artísticas e debates sobre o colonialismo, a época colonial e os legados coloniais que persistem, por outro lado observa-se uma crescente polarização baseada em ideologias rasas e popularismo fácil.

Após os debates surgidos em 2018 e 2019 acerca da possibilidade de ser criado um “Museu das Descobertas”, foram trazidas para a esfera pública, pontos de vista progressistas, outros saudosistas, alargando o debate para questões relacionadas com o colonialismo, que revelaram o desconforto que ainda persiste em abordar temas históricos com um legado difícil.

Os museus adaptam-se e atuam como um agente de mudança que acompanha as exigências da sociedade no seu entorno e devem ser relevantes para estas comunidades.

Apesar dos esforços para atualizar o discurso expositivo dos museus, não assistimos até à data à criação de um museu dedicado a este período histórico, em nenhum dos países que foram antigas potências coloniais, apesar de já existir algum distanciamento histórico. Mais do que um museu sobre a etnografia do “outro”, importa criar um museu sobre as relações que se estabeleceram nesse período entre “nós” e os “outros”. Criar um museu de referência, apoiado em factos históricos, mas que admita múltiplos pontos de vista, porque só assim se poderá comunicar uma realidade tão complexa como o colonialismo.

Neste trabalho pretendemos abordar a musealização da experiência colonial portuguesa e mostrar a relevância da sua criação como contribuição para esta mudança.

**Palavras-chave:** Musealização, Nova Museologia, Coleções Coloniais, Colonialismo, Exposições Coloniais

## **ABSTRACT**

### **Musealization of the Portuguese colonial experience – from the Insular and Colonial Exhibition of 1894 to the debate on the “Museum of Discoveries”**

In recent years, we have witnessed the reorganization of European museums that inherited colonial collections, mainly of ethnology, the result of a past of explorations, conquests, dominion and power and that currently intend to renew their relationship with the objects they exhibit, updating the exhibition discourse for a more post-colonial society that fortunately no longer sees itself in the ideology of the past crystallized in these old exhibitions. We also see requests for the return of cultural goods that are stored in many of these museums, by communities of origin, who ask for the return of their heritage, raising new ethical questions for museum professionals that still do not have a definitive answer.

At the national level, on the one hand, exhibitions, plays, artistic interventions and debates on colonialism, the colonial era and the colonial legacies that persist are increasingly being held, on the other hand, there is a growing polarization based on shallow ideologies and popularism easy.

After the debates that arose in 2018 and 2019 about the possibility of creating a “Museum of Discoveries”, progressive points of view were brought to the public sphere, others nostalgic, broadening the debate to issues related to colonialism, which revealed the discomfort that still persists in tackling historical themes with a difficult legacy.

Museums adapt and act as an agent of change that accompanies the demands of society in their surroundings and must be relevant to these communities.

Despite efforts to update museums' exhibition discourse, we have not yet seen the creation of a museum dedicated to this historical period, in any of the countries that were former colonial powers, although there is already some historical distancing. More than a museum about the ethnography of the “other”, it is important to create a museum about the relationships that were established in that period between “us” and the “others”. Create a reference museum, supported by historical facts, but which admits multiple points of view, because only in this way can a reality as complex as colonialism be communicated.

In this work, we intend to address the musealization of the Portuguese colonial experience and show the relevance of its creation as a contribution to this change.

**Keywords:** Musealization, New Museology, Colonial Collections, Colonialism, Colonial Exhibitions

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO .....	VI
ABSTRACT .....	VII
LISTA DE SIGLAS.....	XI
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. CARACTERIZAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES COLONIAIS .....	5
2.1. INTRODUÇÃO .....	5
2.2. BREVE CONTEXTO DA ÉPOCA COLONIAL .....	5
2.3. EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS .....	8
2.3.1. ANTECEDENTES: EXPOSIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS .....	8
2.4. EXPOSIÇÃO UNIVERSAL NO PORTO – PALÁCIO DE CRISTAL .....	10
2.4.1. ANTECEDENTES: EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS REGIONAIS E NACIONAIS.....	10
2.4.2. CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO DE CRISTAL DO PORTO .....	11
2.4.3. EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1865 – PALÁCIO DE CRISTAL.....	11
2.5. EXPOSIÇÕES COLONIAIS .....	12
2.5.1. EXPOSIÇÃO INSULAR E COLONIAL DO PALÁCIO DE CRISTAL – 1894.....	15
2.5.2. 1ª EXPOSIÇÃO COLONIAL - 1934 .....	20
2.6. CONCLUSÃO .....	25
3. PROJETOS SOBRE UM MUSEU COLONIAL – UM PROJETO JAMAIS CONCRETIZADO .....	26
3.1. INTRODUÇÃO .....	26
3.2. COLEÇÕES COLONIAIS: COMO SURGEM NOS MUSEUS? .....	26
3.3. PRIMEIROS MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL NO SÉCULO XVIII.....	28
3.3.1. REAL MUSEU DA AJUDA (SÉCULO XVIII).....	28
3.3.2. MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1772) .....	31
3.3.3. MUSEU DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (1779).....	35
3.4. INICIATIVAS DE CONSTITUIÇÃO DE MUSEUS COLONIAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	38
3.4.1. MUSEU COLONIAL (1870).....	38
3.4.2. MUSEU DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1884).....	40
3.5. FINAL DA MONARQUIA E INÍCIO DA REPÚBLICA (1905-1926).....	42

3.5.1.	MUSEU ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS (MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA) (1893) .	42
3.5.2.	MUSEU MUNICIPAL SANTOS ROCHA (1894) .....	45
3.5.3.	COMISSÃO DE CARTOGRAFIA E O INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (1883-2015) .....	47
3.5.4.	JARDIM BOTÂNICO COLONIAL DE LISBOA E O MUSEU AGRÍCOLA COLONIAL (ATUAL JARDIM BOTÂNICO TROPICAL DE LISBOA) (1906).....	49
3.5.5.	COLEÇÕES COLONIAIS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (SÉC. XX).....	53
3.6.	ESTADO NOVO (1933 – 1974) .....	57
3.6.1.	MUSEU DE ETNOLOGIA DO ULTRAMAR (MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA) (1965) .	57
3.7.	PROJETOS DE MUSEUS COLONIAIS NÃO CONCRETIZADOS .....	59
3.7.1.	PROJETO PARA UM MUSEU COLONIAL (1934) .....	60
3.7.2.	PROJETO PARA UM MUSEU COLONIAL (1940) .....	61
3.8.	CONCLUSÃO .....	63
4.	DEBATES ATUAIS SOBRE A REPRESENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PASSADO COLONIAL PORTUGUÊS – O CASO DO “MUSEU DAS DESCOBERTAS” .....	65
4.1.	INTRODUÇÃO .....	65
4.2.	ANTECEDENTES .....	65
4.3.	PROJETO PARA UM MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS .....	67
4.4.	RECEÇÃO DA PROPOSTA .....	68
4.5.	DESENVOLVIMENTO DOS “DEBATES” NA COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	69
4.6.	CARTA ABERTA DE AGENTES CULTURAIS .....	71
4.7.	PONTO DE VISTA UNILATERAL OU ACEITAÇÃO DE OUTROS “OLHARES”?.....	72
4.8.	QUE ACERVOS INCLUIR?.....	74
4.9.	MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DOS MUSEUS EXISTENTES .....	75
4.10.	OPINIÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO.....	76
4.11.	POSIÇÃO DO ICOM – PORTUGAL.....	77
4.12.	PETIÇÃO A FAVOR DA CRIAÇÃO DO MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS.....	77
4.13.	ÚLTIMAS DECLARAÇÕES DE FERNANDO MEDINA EM 2020 .....	78
4.14.	OUTROS “MUSEUS DOS DESCOBRIMENTOS” JÁ EXISTENTES E EM PROJETO .....	79
4.14.1.	MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS – BELMONTE .....	79
4.14.2.	<i>WORLD OF DISCOVERIES</i> – PORTO.....	83
4.14.3.	CENTRO EXPOSITIVO DE SAGRES .....	87

4.15.	CONCLUSÃO .....	91
5.	PROPOSTA DE UM MUSEU SOBRE A EXPERIÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA.....	94
5.1.	INTRODUÇÃO .....	94
5.2.	ÉPOCA PÓS-COLONIAL – OS MUSEUS COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO .....	95
5.2.1.	EXEMPLO EM PORTUGAL .....	97
5.2.2.	EXEMPLO ESTRANGEIRO .....	104
5.3.	PROJETO PARA A MUSEALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA.....	110
5.3.1.	DENOMINAÇÃO, MISSÃO, VOCAÇÃO E OBJETIVOS GERAIS.....	112
5.3.2.	ORGANIZAÇÃO DO MUSEU .....	113
5.3.3.	PROGRAMA MUSEOLÓGICO .....	113
5.3.4.	PROPOSTA DE CONTEÚDOS .....	113
5.3.5.	MUSEOGRAFIA .....	115
5.3.6.	ESCOLHA DOS EXEMPLARES.....	116
5.3.7.	PÚBLICO-ALVO.....	123
5.3.8.	SERVIÇO EDUCATIVO.....	123
5.3.9.	ÁREAS PREVISTAS PARA O MUSEU.....	124
5.4.	CONCLUSÃO .....	124
6.	CONCLUSÃO .....	126
	BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS.....	130
	ANEXOS .....	146

## LISTA DE SIGLAS

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

COI – Herbário da Universidade de Coimbra

DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ICOM – International Council of Museums

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

IPM – Instituto Português dos Museus

ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

MUHNAC – Museu Nacional de História Natural e da Ciência

RPM – Rede Portuguesa de Museus

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

UC – Universidade de Coimbra

UP – Universidade do Porto

## 1. INTRODUÇÃO

O tema para este trabalho surgiu de uma forma inesperada, com a leitura do Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa, realizada no Palácio de Cristal do Porto em 1894. Essa primeira leitura desencadeou a escrita de um trabalho durante o primeiro ano do mestrado para o seminário em Cultura Material e Museologia intitulado “A Exposição Insular e Colonial do Palácio de Cristal, Porto 1894”. Esse pequeno ponto de partida foi o embrião para a escrita de uma dissertação sobre um projeto para a criação de um museu sobre a experiência colonial portuguesa, impulsionada igualmente pelos acesos debates ocorridos recentemente em 2018 e 2019 sobre a hipótese da criação de um “Museu dos Descobrimentos” em Lisboa.

Propõe-se a criação de uma estrutura museológica de referência, que inclua uma sala de exposição permanente e outra dedicada a exposições temporárias, bem como de espaços polivalentes que permitam realizar atividades com o público e que constituam um espaço de diálogo e partilha.

Este museu pretende colmatar uma lacuna existente no panorama museológico português.

Os museus coloniais (ou com coleções coloniais no seu acervo), criados na sua maioria nos finais do século XIX que chegaram aos nossos dias enfrentam grandes dilemas e crises de identidade na contemporaneidade, em que se veem obrigados a rever o seu papel numa sociedade pós-colonial. Muitos foram perdendo relevância, com a conseqüente diminuição do número de visitantes e recentemente têm-se reinventado e atualizado a sua museografia. Alguns museus etnográficos inclusivamente alteraram a sua denominação para “Museu das Culturas do Mundo”, numa tentativa de se distanciarem de uma conotação colonial.

Após insistente pesquisa, constatamos que são praticamente inexistentes os museus históricos construídos de raiz, dedicados ao período histórico da época colonial, no contexto da Europa. Existem museus dedicados à escravatura, ao período dos Descobrimentos, à imigração, mas nada que se aproxime de um museu histórico dedicado a representar o contexto sociopolítico da vida nas colónias, durante o século XIX e XX.

O único museu encontrado que cumpria objetivos semelhantes teve uma fugaz existência em Bristol, no Reino Unido. Designado por *British Empire and Commonwealth Museum*, manteve-se aberto ao público entre 2003 e 2008. Apesar do seu início promissor viu-se envolvido numa série de contratempos que levaram ao seu encerramento, como será abordado no quarto capítulo.

Assim sendo, o projeto apresentado neste trabalho parte neste exemplo, contudo dada a escassa bibliografia existente sobre o mesmo, baseada em apenas pequenos artigos na imprensa periódica, não permitiu compreender como seria o discurso expositivo e a museografia do espaço.

Com esta dissertação pretende-se primeiramente refletir sobre a evolução da forma de expor os exemplares coloniais e o seu significado e interpretação, desde as primeiras exposições coloniais realizadas em Portugal no final do século XIX até ao último museu de etnografia criado, culminando num projeto para a musealização da experiência colonial portuguesa. O projeto apresentado é assim, original e adaptado ao contexto português, colmatando uma lacuna existente.

Para compreender a origem e importância das Exposições Coloniais foi necessário retroceder às primeiras Exposições Universais organizadas na Europa e o ponto de partida foi a obra *Exposições Universais: Londres 1851* de Nicolau Andresen Leitão.<sup>1</sup> Depois de termos apreendido o contexto do surgimento das Exposições Universais ao nível europeu, prosseguimos para a pesquisa das Exposições Universais organizadas em Portugal e nesta etapa a história das Exposições cruza-se com a história da construção do Palácio de Cristal no Porto. A exposição está descrita na obra *Porto 1865: Uma Exposição*<sup>2</sup>, que nos permite compreender os antecedentes que preparam a Exposição Insular e Colonial de 1894, realizada neste espaço. Quanto a esta exposição concretamente, a bibliografia existente revelou-se muito escassa, poucos autores a referem e quando tal acontece, as referências são diminutas. Como tal, a pesquisa para este tema foi fundamentada nas fontes primárias encontradas, nomeadamente no catálogo da exposição, relatórios da Sociedade do Palácio de Cristal e publicações periódicas. Apesar da extensa pesquisa, não foram encontrados qualquer tipo de registos fotográficos relacionados com este evento, bem como plantas ou mapas da disposição dos expositores.

A I Exposição Colonial de 1934, por seu turno, é mais divulgada e existem vários artigos publicados sobre esta, de tal forma que em muitos dos trabalhos dedicados a exposições coloniais assume-se erroneamente que esta foi a primeira exposição colonial organizada no país. Primeiramente foram consultadas as fontes primárias, tais como o regulamento geral da exposição<sup>3</sup>, complementado com a obra “A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934: fotografias da Casa Alvão”<sup>4</sup> e a dissertação de mestrado “Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota”<sup>5</sup>

Ao fazer o levantamento das coleções coloniais presentes em museus portugueses deparamo-nos com a limitada bibliografia dedicada a este tema em concreto. As informações obtidas foram

---

<sup>1</sup> LEITÃO, Nicolau Andresen – *Exposições Universais: Londres 1851*. Lisboa: Edição Expo 98, 1994.

<sup>2</sup> AA.VV. – *Porto 1865: Uma Exposição*. Lisboa: Comissariado da Exposição de Lisboa, 1994.

<sup>3</sup> *Primeira Exposição Colonial Portuguesa, Porto 1934 – Regulamento Geral*. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria, Lda., 1934.

<sup>4</sup> SERÉN, Maria do Carmo - *A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934: fotografias da Casa Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia, 2001.

<sup>5</sup> GONÇALVES, Vera – *Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota*. Dissertação realizada no Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras do Porto, 2018 (Volume I).



compiladas a partir de obras ou artigos mais genéricos sobre as instituições e que faziam pequenas alusões às coleções coloniais. De destacar, contudo, a obra “O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade”<sup>6</sup>, tomo de referência, completo que descreve todo o historial da criação deste museu e descreve as suas coleções em pormenor.

A metodologia utilizada fundamentou-se primeiramente na pesquisa de bibliografia disponível em bibliotecas, nomeadamente da Faculdade de Letras, da Biblioteca Geral e da Biblioteca do Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, a Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto bem como a Biblioteca Pública Municipal do Porto. Foram igualmente consultadas dissertações e teses no servidor RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal.

Pretendia-se inicialmente complementar a pesquisa bibliográfica com a visita às instituições museológicas referidas no trabalho, todavia, a situação pandémica ocorrida em 2020 e 2021 condicionou este objetivo tendo sido apenas possível visitar o Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz, o Museu dos Descobrimentos, em Belmonte e o World of Discoveries, no Porto.

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, iniciando-se pela caracterização das Exposições Coloniais, utilizando como caso de estudo a Exposição Insular e Colonial de 1894 e a 1ª Exposição Colonial de 1934. Previamente faz-se uma breve contextualização da época colonial portuguesa e dos antecedentes destas exposições.

Já num contexto museológico, o segundo capítulo faz um levantamento das principais coleções de origem colonial existentes em Portugal em museus públicos (que não inclui museus de carácter militar ou coleções privadas por uma necessidade de limitação e foco da temática) de forma a criar uma aproximação à realidade existente nos museus portugueses e compreender a forma como estas coleções foram constituídas, bem como o seu significado dentro das instituições e o estado em que se encontram atualmente. Procura-se também compreender os motivos que impediram a concretização de um Museu Colonial em Portugal.

Avançando para a contemporaneidade, o capítulo 3 é dedicado à análise dos debates que ocorreram na esfera pública entre 2018 e 2019 a propósito da possível construção do “Museu das Descobertas”. Faz-se uma análise aos argumentos apresentados e interpreta-se o seu significado.

No capítulo final, apresenta-se uma proposta para a criação de um museu sobre a experiência colonial portuguesa, tendo como ponto de partida a análise de casos de estudo. Para caso de estudo nacional, escolheram-se duas exposições realizadas no Padrão dos Descobrimentos em intituladas “Racismo e Cidadania” e “Contar Áfricas”, patentes ao público em 2017 e em 2018, respetivamente. Estas exposições foram escolhidas pela forma como abordam temas controversos de uma forma

---

<sup>6</sup> Pereira, Maria Manuela Cantinho – O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa : Modernidade , Colonização e Alteridade, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2006.

construtiva e crítica, afastando-se dos estereótipos, contribuindo inclusive para os questionar. A terceira exposição referida foi organizada em 2015 na Galeria Municipal de Lisboa e tinha como título “Retornar-Traços de Memória”. Esta exposição é incluída pelo carácter quase pioneiro em dar visibilidade e abordar um período histórico tão delicado, que afetou milhares de portugueses e que ainda não foi suficientemente reconhecido.

Estas exposições estão alinhadas conceptualmente no que se pretende implementar no museu a projetar.

Quanto aos casos de estudo estrangeiros, focamo-nos no Museu do Quai Branly em Paris, não por considerarmos uma referência a seguir, mas sim como exemplo do que poderemos melhorar. Este museu foi constituído com a reestruturação e fusão de dois museus de etnologia, o Museu Nacional de Artes da África e da Oceânia e o museu do Homem, tendo optado por dar prioridade à componente estética dos objetos expostos, não dando relevo ao contexto histórico das peças em questão. Demonstramos as desvantagens desta abordagem e as consequências de não se assumir o passado colonial dos objetos expostos. O segundo caso de estudo refere-se ao “British Empire and Commonwealth Museum”, o único museu europeu que foi identificado como tendo características mais aproximadas ao que se pretendia implementar neste trabalho.

O projeto para a musealização da experiência colonial portuguesa é apresentado e analisa-se a questão do repatriamento de bens culturais de museus, tema incontornável na atualidade e em estreita ligação com os museus detentores de coleções coloniais.

Com este trabalho pretende-se lançar o debate sobre a criação de um museu sobre a experiência colonial e mostrar que a sua criação é necessária e premente para uma sociedade que se quer democrática e multicultural.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES COLONIAIS

### 2.1. INTRODUÇÃO

Partindo de um contexto europeu pretende-se compreender as características das exposições coloniais organizadas a partir do século XIX, mais concretamente as exposições desta tipologia que foram organizadas no Palácio de Cristal do Porto em 1894 e em 1934.

O capítulo inicia-se com uma breve contextualização da época colonial, o que nos permite compreender melhor as circunstâncias e motivações que levaram à criação destas exposições e inclui a descrição do surgimento das primeiras Exposições Universais, certames que foram o ponto de partida para a criação das Exposições Coloniais.

Neste capítulo focamo-nos na análise da Exposição Insular e Colonial de 1894 e da I Exposição Colonial de 1934, uma vez que ambas foram realizadas no mesmo local, mas apresentaram características distintas que nos permitem compreender a evolução na forma de expor e de comunicar os objetos coloniais.

### 2.2. BREVE CONTEXTO DA ÉPOCA COLONIAL

O Império Colonial Português iniciou-se em 1415 com a conquista de Ceuta e após o primeiro impulso dado pelo Infante D. Henrique, estendeu-se nos séculos seguintes pelo continente africano, asiático e sul americano, seguindo os interesses estratégicos e mercantilistas do país.

O Brasil, colónia predileta e próspera graças à exportação de açúcar e algodão durante o século XIX, torna-se independente em 1822. Nesta época, da multitude de territórios conquistados por Portugal, mantinham-se em África as colónias de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, e na Ásia as colónias de Macau, Timor e Índia Portuguesa (Goa, Damão e Diu).

Com a independência do Brasil, Portugal sofre uma grave crise económica, sem mercado para exportar parte da sua produção. O governo português volta-se então para as possessões africanas que até esse momento tinham tido pouco investimento da metrópole. Apesar de Portugal ter sido pioneiro na descoberta de territórios em África, apenas controlava as zonas mais próximas do litoral, sendo ainda necessário ocupar as zonas interiores e garantir o seu controlo administrativo e económico.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> LÉONARD, Yves – A ideia colonial, olhares cruzados (1890 – 1930), in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir) - *História da Expansão Portuguesa, Vol. 4*, Lisboa: Temas e Debates, 2000, p. 529.

As explorações dos territórios iniciam-se com o apoio científico da Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, promovendo missões cartográficas para o reconhecimento da região. Delimitam-se fronteiras e procura-se assegurar o domínio português de Angola e Moçambique.<sup>8</sup>

Na segunda metade do século XIX aumenta o interesse de várias potências europeias em possuir colónias no continente africano, sendo as colónias portuguesas alvo de cobiça.

Em 1884-85 é organizada a Conferência de Berlim para mediar os conflitos territoriais entretanto surgidos entre as diversas nações e a fim de definir as regras para o domínio europeu em África. Portugal reivindica o seu direito histórico à ocupação das colónias conquistadas no passado, mas este direito é preterido em lugar do seu domínio efetivo, com presença populacional e militar asseguradas. Os interesses de outras potências mais poderosas punham em risco os interesses nacionais e era essencial as colónias portuguesas serem asseguradas.

Embora os direitos históricos não tenham sido tidos em conta na Conferência de Berlim, no contexto nacional os direitos históricos são tidos em conta e considerados definitivos, contribuindo para a identidade nacional e a formação de uma ideologia colonial.<sup>9</sup>

Com o objetivo de defender os seus interesses, o governo português apresenta o chamado “Mapa cor-de-rosa”, assinalando a esta cor os territórios de Angola a Moçambique, que exigia estarem sob sua administração. A Coroa tinha inclusivamente patrocinado as expedições de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens a fim de explorarem a ligação terrestre entre estes dois territórios em 1884.

O projeto colonial português entra em conflito com o projeto do Reino Unido que visava a ligação da África do Sul ao Egito e este país não tarda em impor um *Ultimatum* ao governo português em 1890, exigindo a retirada imediata dos militares portugueses dos territórios entre Angola e Moçambique e D. Carlos I cede à imposição britânica.

O ultimato britânico marca um tempo de mudança no interesse demonstrado pelas colónias portuguesas. Se até então era evocada a necessidade de venda das colónias menos rendáveis, após as exigências britânicas as colónias tornaram-se uma esperança na prosperidade futura e assumindo-se a suposta vocação civilizadora do povo português, tornando as colónias inalienáveis. O *Ultimatum* veio incutir um espírito patriótico nos portugueses, como resposta à humilhação sentida e contribuiu para a associação próxima entre os ideais nacionalistas e os coloniais.<sup>10</sup>

Para fazer face a esta derrota era necessário alimentar os ânimos com a construção de mitos que justificassem o destino particular do povo português. Assim, resgatam-se os feitos heróicos do Infante D. Henrique e a epopeia de Camões, que são celebrados em comemorações, organizadas para

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 529.

<sup>9</sup> Ibidem, p.526.

<sup>10</sup> LÉONARD, Yves – A ideia colonial, olhares cruzados (1890 – 1930), in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir) - História da Expansão Portuguesa, Vol. 4, Lisboa: Temas e Debates, 2000, p.521.

lutar contra o «espírito de decadência» e transmitir a noção de grandeza do império, alicerçado num passado glorioso.<sup>11</sup>

Neste contexto foi celebrado em 1894 o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, que incluiu a Exposição Insular e Colonial no Palácio de Cristal do Porto, que será analisada mais adiante neste capítulo e contribuiu em grande medida para o processo de glorificação desta figura histórica.

A monarquia foi destituída em outubro de 1910 e em seu lugar foi implantado um regime republicano que defendia a descentralização financeira e administrativa das províncias ultramarinas.<sup>12</sup>

Após a queda da Primeira República e a consequente instauração de uma ditadura militar em 1926, as reformas realizadas anteriormente foram revertidas e a administração colonial foi centralizada novamente, com a publicação do Ato Colonial em 1930, idealizado por Salazar enquanto Ministro das Colónias interino. Redigido durante uma crise política e económica procurava-se definir o quadro jurídico de uma nova política colonial,<sup>13</sup> incluindo uma apologia à “missão histórica de colonizar e civilizar” os territórios coloniais.<sup>14</sup>

Na década de trinta, havia ainda um grande desconhecimento da população portuguesa acerca das colónias e a propaganda colonial incluía a “missão pedagógica” de divulgar as colónias junto da população da metrópole, apresentando-as com um discurso positivo e incentivo à emigração.<sup>15</sup> Esta “pedagogia” era desenvolvida sob diversas formas como a publicação de livros, organização de conferências ou exposições.<sup>16</sup> Organizada um ano após a fundação do Estado Novo, a I Exposição Colonial, no Palácio de Cristal do Porto, em 1934 insere-se neste esforço de divulgação das potencialidades das colónias portuguesas.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial inicia-se o processo de independência de muitas das colónias africanas. Situação fora do âmbito dos interesses de Salazar e da política colonial portuguesa que considerava as colónias como parte inseparável do território nacional e base da sua estratégia geopolítica. Sujeito às pressões internacionais, procura encontrar uma reforma no sistema colonial que não reforce a autonomia das colónias e que possa conduzir à sua independência mas que ao mesmo tempo seja favorável ao contexto político internacional. Assim, o Ato Colonial é revogado, definindo uma nova política para as colónias, reforçando a unidade nacional e são adotados os ideais

---

<sup>11</sup> Ibidem, p.522.

<sup>12</sup>MARQUES, A.H. Oliveira - Aspectos de política geral, in *Nova História da Expansão Portuguesa : O Império Africano 1890 – 1930*, Volume XI, Editorial Estampa: Lisboa, 2001, p.22.

<sup>13</sup> LÉONARD, Yves – O Império Colonial Salazarista, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5*, Lisboa: Temas e Debates, 2000, p.18.

<sup>14</sup> Ibidem, p.24.

<sup>15</sup> Ibidem, p.24.

<sup>16</sup>Ibidem, p.26.

luso-tropicalistas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que substituem a anterior ideologia mística imperialista que não será bem acolhida neste contexto.<sup>17</sup> O luso-tropicalismo defendia a singularidade da colonização portuguesa, favorável à mistura de culturas e em que não existiria racismo, ao contrário da colonização feita pelos outros países, assim, de uma forma pseudocientífica a teoria dava legitimação científica e justificação ideológica ao colonialismo português.<sup>18</sup>

Salazar manteve-se resistente à tentativa de independência das colónias e em 1961 o Império Colonial português começa a desmoronar-se com a ocupação de Goa pela União Indiana e a escalada de violência e conflitos militares em Angola contra o colonialismo português, que desencadearam o início da Guerra Colonial que se alastrou às restantes colónias africanas, terminado apenas em 1974 após o golpe de Estado militar.

O governo português reconhece a independência a todas as antigas colónias no ano seguinte exceto Timor e Macau. A primeira devido ao facto de ter sido ocupada pela Indonésia em 1975, em que Portugal não reconheceu quer a independência quer a ocupação indonésia e no caso de Macau, este território apenas foi devolvido à China em 1999.

Após a queda do Estado Novo chegaram a Portugal cerca de meio milhão de portugueses residentes nas colónias, vindos principalmente de Angola e Moçambique, em pleno processo de transição democrático.<sup>19</sup>

## **2.3. EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS**

### **2.3.1. ANTECEDENTES: EXPOSIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS**

Antes de caracterizarmos as exposições coloniais é necessário recuar às primeiras Exposições Universais, que originaram posteriormente as Exposições Coloniais.

As primeiras mostras com carácter internacional foram organizadas na segunda metade do século XIX, tendo se prolongando até ao século XX, face ao seu sucesso. Num mesmo espaço, o visitante poderia observar todas os desenvolvimentos realizados no âmbito da indústria e agricultura a nível internacional, pelo que as exposições eram a resposta à necessidade de exibição das novidades e do progresso trazido pela revolução industrial. Estas exposições permitiam a aproximação entre produtores e consumidores, estimulando o consumo e, por outro lado, permitiam a demonstração de

---

<sup>17</sup> LÉONARD, Yves – O Ultramar Português, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa: Temas e Debates, 2000, p.35.

<sup>18</sup> Ibidem, p.37.

<sup>19</sup> PIRES, Rui Pena – O Regresso das Colónias, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa: Temas e Debates, 2000, p.182.

prestígio e ostentação do grau de desenvolvimento de cada nação, que assim afirmava o seu poder económico e técnico.

A primeira Exposição Universal foi inaugurada em Londres a 1 de maio de 1851, a Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações.<sup>20</sup> Esta exposição foi consequência da evolução das exposições industriais e agrícolas de âmbito nacional, organizadas em diversas cidades europeias durante a segunda metade do século XVIII.

Após o sucesso da Exposição Universal em Londres, outras se seguiram à sua semelhança, organizadas nas principais cidades do mundo, com grandes indústrias e que tinham capacidade e edifícios para organizar um evento de tamanha exigência. Os exemplares que foram exibidos nesta mostra constituíram as coleções fundadoras de quatro instituições, em Londres: o Museu Victoria & Albert, o Museu de História Natural, o Museu da Ciência e o Instituto Imperial de Ciência e Tecnologia.<sup>21</sup>

Portugal também participou neste certame, mostrando principalmente produtos agrícolas.<sup>22</sup> Fez-se representar com cento e sessenta expositores,<sup>23</sup> uma quantidade pequena quando comparada com os mais de 100 000 expositores do país anfitrião, que ocupavam metade do recinto,<sup>24</sup> mas de grande significado para Portugal, que recebeu quinze medalhas e trinta e cinco menções honrosas<sup>25</sup> com a apresentação de apenas cento e sessenta expositores, sendo uma participação muito positiva. Uma década depois, mais precisamente em 1862, na exposição seguinte organizada em Londres, a Comissão Portuguesa foi presidida por D. Fernando II, o que nos revela a importância que estas exposições foram adquirindo para a afirmação do país<sup>26</sup> motivando com certeza a organização de uma exposição internacional em Portugal três anos depois: a Exposição Universal do Palácio de Cristal do Porto de 1865/1866.

---

<sup>20</sup>LEITÃO, Nicolau Andresen – Exposições Universais: Londres 1851. Lisboa : Edição Expo 98, 1994, p. 63.

<sup>21</sup> GONÇALVES, Vera – *Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota*. Dissertação realizada no Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras do Porto, 2018 (Volume I), p. 62.

<sup>22</sup>CASTRO, Maria João – Art and Progress; Portuguese colonial representations in the great world exhibitions. Progress(es), *Theories and Practices. Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress on Proportion Harmonies Identities (PHI 2017)*, October 4-7, 2017, Bari, Italy, p.311.

<sup>23</sup> VIEIRA, Maria de Fátima de Sousa Basto - « Os Dois “Palácios de Cristal” ou a Recepção da Exposição Mundial de Londres (1851) em Portugal » . *Revista da Faculdade de Letras : Línguas e Literaturas*. Série II, vol.18. Porto, 2001, p. 432.

<sup>24</sup>Ibidem, p. 429.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 434.

<sup>26</sup>CASTRO, Maria João – Art and Progress; Portuguese colonial representations in the great world exhibitions. Progress(es), *Theories and Practices. Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress on Proportion Harmonies Identities (PHI 2017)*, October 4-7, 2017, Bari, Italy. p. 311.

## 2.4. EXPOSIÇÃO UNIVERSAL NO PORTO – PALÁCIO DE CRISTAL

### 2.4.1. ANTECEDENTES: EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS REGIONAIS E NACIONAIS

Previamente à realização do grande empreendimento da Exposição Universal no Palácio de Cristal do Porto, outras exposições de âmbito mais modesto contribuíram para a acumulação de experiência, permitindo pôr em prática ambições maiores a seu tempo.

As duas exposições industriais precursoras realizadas no Porto foram organizadas pela Associação Industrial Portuense. A primeira em 1857, de cariz mais local, albergada no Asilo da Mendicidade, recentemente construído, teve um razoável sucesso e suscitou o interesse de muitos industriais. A segunda, realizada no Palácio da Bolsa em 1861, teve um âmbito nacional, com uma grande adesão dos industriais que se fizeram representar, com 952 expositores que apresentavam os principais produtos das fábricas nacionais.<sup>27</sup>

Quanto às exposições agrícolas, a primeira foi realizada em 1857 pela Sociedade Agrícola do Porto<sup>28</sup>, no Campo da Torre da Marca ( local onde foi criado o Jardim do Palácio de Cristal) , espaço escolhido pela sua área ampla que permitia a exposição de animais e máquinas.<sup>29</sup> Após esta exposição, outras foram sendo organizadas neste mesmo local, surgindo a necessidade da criação de uma Sociedade do Palácio Agrícola, Industrial e Artístico – futura Sociedade do Palácio de Cristal – com o intuito de construir um edifício adequado a exposições, inserido num espaço amplo de parques e jardins, incluindo projetos para espetáculos, academia e banda de música.<sup>30</sup>

A criação desta sociedade foi discutida a 30 de agosto de 1861, no Palácio da Bolsa, onde sob presidência de Guilherme Augusto Machado Pereira, estava reunido um grupo de ilustres portuenses ligados à indústria e ao comércio a fim de determinar as bases desta Sociedade, que daí em diante passou a designar-se por Sociedade do Palácio de Cristal Portuense.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> ALVES, Jorge Fernandes - «Expor e Catalogar...Devagar: As Exposições Industriais no Porto Oitocentista». *O Tripeiro*. Série VII, Ano XVIII, Nº 3, março de 1999. Porto: Associação Comercial do Porto, p.72.

<sup>28</sup> AAVV– *Porto 1865: Uma Exposição. Lisboa: Comissariado da Exposição de Lisboa, 1994*, p.28.

<sup>29</sup> GONÇALVES, Vera – *Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota*. Dissertação realizada no Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras do Porto, 2018 (Volume I), p.102.

<sup>30</sup> ALVES, Jorge Fernandes - «Expor e Catalogar...Devagar: As Exposições Industriais no Porto Oitocentista». *O Tripeiro*. Série VII, Ano XVIII, Nº 3, março de 1999. Porto: Associação Comercial do Porto, p. 73.

<sup>31</sup> GONÇALVES, Vera – *Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota*. Dissertação realizada no Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras do Porto, 2018 (Volume I), p.103.



#### **2.4.2. CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO DE CRISTAL DO PORTO**

O palácio de Cristal do Porto foi então contruído nos terrenos da Torre da Marca, segundo o projeto assinado por Thomas Dillen Jones. Eram notórias as semelhanças com o Palácio de Cristal londrino, no ferro e vidro aplicados, contudo, o granito atribuía-lhe uma estética caracteristicamente portuguesa e nortenha. Ao contrário da sua congénere de Londres, o seu objetivo não era ser um edifício temporário e desmontável.

Apesar do entusiasmo inicial, com o lançamento da primeira pedra em 1861, as obras só tiveram início no ano seguinte, após um sem número de contratempos e desânimos. A Câmara apoiou a iniciativa com a cedência de terrenos na proximidade da Torre da Marca, todavia ainda seria necessário proceder a expropriações de quintas na vizinhança, algumas amigavelmente, outras judicialmente, que contribuíram para o atraso da execução da obra. A este contratempo acresceu também a falência da empresa construtora S.D.Young & Cie, quando os alicerces do edifício já estavam a ser contruídos, as dificuldades financeiras pelo pouco entusiasmo na subscrição das ações e o pouco apoio manifestado pela comunidade de emigrantes no Brasil, desavindos com o governo de então. Apesar de todos os contratempos o edifício foi terminado em 1865.

#### **2.4.3. EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1865 – PALÁCIO DE CRISTAL**

A inauguração do Palácio de Cristal foi simultânea com a inauguração da sua primeira exposição e primeira exposição internacional do país e da Península Ibérica, a 18 de setembro de 1865, pelo rei D. Luís I.

A imprensa da altura foi bastante crítica da Exposição Universal e acolheu a iniciativa com algum ceticismo, criticando o excesso de pretensões em organizar uma exposição universal para a qual o Porto não teria infraestruturas à altura de tamanho evento.<sup>32</sup> Todavia, a nível internacional, a exposição teve uma boa participação, com a presença de um total de 3424 expositores de todo o mundo: 1614 portugueses, 752 das colónias, 499 franceses, 265 alemães, 107 ingleses, 89 belgas, 62 brasileiros, 24 espanhóis, 1 holandês, 5 suíços, 16 dinamarqueses, 2 russos, 1 turco, 1 do Japão e 1 dos EUA.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> ALVES, Jorge Fernandes - «Expor e Catalogar...Devagar: As Exposições Industriais no Porto Oitocentista». *O Tripeiro*. Série VII, Ano XVIII, Nº 3, março de 1999. Porto: Associação Comercial do Porto, p. 73.

<sup>33</sup> GONÇALVES, Vera – *Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota*. Dissertação realizada no Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras do Porto, 2018 (Volume I), p.140.

Neste certame os expositores distribuíram-se em quatro grandes divisões:<sup>34</sup> 1ª Divisão – Matérias – primas, 2ª Divisão – Máquinas, 3ª Divisão - Produtos Manufaturados e 4ª Divisão – Belas Artes.

A Exposição Universal encerrou a 2 de fevereiro de 1866, com a presença do rei D. Luís.<sup>35</sup>

## 2.5. EXPOSIÇÕES COLONIAIS

As Exposições Universais de âmbito mais generalista, frequentemente já incluíam expositores que incluíam produtos provenientes das colónias, como aconteceu na Exposição Universal organizada em Londres em 1851, em que mais de metade dos expositores nacionais incluíam produtos oriundos das suas colónias ou na Exposição de Paris em 1855, onde além dos expositores da metrópole, foram adicionados 741 expositores com produtos provenientes das colónias francesas de então.<sup>36</sup>

Portugal inclusivamente participou em alguns destes certames incluindo também produtos das suas colónias como no caso da Exposição Universal de Paris em 1878, em que se fez representar por dois pavilhões: um pavilhão designado para a metrópole, representando o portal sul do Mosteiro dos Jerónimos e o segundo pavilhão dedicado às colónias, combinando características manuelinas com azulejos neo-mudejar.<sup>37</sup> Os exemplares para esta exposição foram selecionados por João de Andrade Corvo (1824- 1890), diretor do Museu Colonial.<sup>38</sup>

Na Exposição Universal de Paris em 1889, realizada em comemoração do centenário da Revolução Francesa, Portugal participou novamente, desta vez apenas com um pavilhão replicando a Torre de Belém e cujo interior estava dividido em dezasseis salas, sendo onze dessas salas dedicadas às coleções coloniais, novamente organizadas por Andrade Corvo com objetos emprestados pelo Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa.<sup>39</sup> Constata-se que em ambas as exposições, os pavilhões portugueses foram representados com referências aos Descobrimentos, com a aplicação do estilo manuelino e a representação de edifícios icónicos desse período.

---

<sup>34</sup> Ibidem.

<sup>35</sup> Samodães, 2º Conde de – O palácio de Crystal Portuense, pp 77-78, cit. por GONÇALVES, Vera – *Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota. Dissertação realizada no Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras do Porto, 2018 (Volume I)*, p. 145.

<sup>36</sup> VIEIRA, Maria de Fátima de Sousa Basto - «Os Dois “Palácios de Cristal” ou a Recepção da Exposição Mundial de Londres (1851) em Portugal » . *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*. Série II, vol.18. Porto, 2001, p. 437.

<sup>37</sup> CASTRO, Maria João – Art and Progress; Portuguese colonial representations in the great world exhibitions. *in Progress(es), Theories and Practices. Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress on Proportion Harmonies Identities* (PHI 2017), October 4-7, 2017, Bari, Itália, p. 311.

<sup>38</sup> Luís Andrade Corvo foi diretor do Museu Colonial entre 1876 e 1890.

<sup>39</sup> CASTRO, Maria João – Art and Progress; Portuguese colonial representations in the great world exhibitions. *in Progress(es), Theories and Practices. Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress on Proportion Harmonies Identities* (PHI 2017), October 4-7, 2017, Bari, Itália, p. 311.

Verifica-se que com o crescente aumento de importância das colónias, aumentou também o seu destaque nas exposições, suscitando grande interesse nos visitantes pelo exotismo mostrado, bem como nos produtores coloniais, que teriam um espaço exclusivo para divulgar os seus produtos e matérias-primas. Assim sendo, as secções coloniais tornaram-se autónomas e organizaram-se exposições exclusivamente dedicadas à mostra de produtos provenientes dos territórios ultramarinos a partir da década de 1880.<sup>40</sup>

A primeira exposição exclusivamente de âmbito colonial foi estreada em 1883 em Amsterdão: a Exposição Internacional e Colonial, na qual Portugal não participou.<sup>41</sup>

Posteriormente foram realizadas outras exposições do mesmo âmbito durante o século XIX e continuadas até às primeiras décadas do século XX, nomeadamente:

- The Colonial and Indian Exhibition, Londres (1886)
- Exposition universelle, internationale et coloniale, Lyon (1894)
- Exposição Insular e Colonial, Porto (1894)
- Exposition internationale et coloniale, Rochefort - sur- Mer (1898)
- Exposition Coloniale, Paris (1907)
- Exposition Nationale et Coloniale, Marseille (1922)
- Exposition Coloniale Internationale, Paris (1931)

As primeiras exposições coloniais dos finais do século XIX tinham como intuito a exposição de produtos e matérias-primas produzidas nas colónias, mostrando as potencialidades e mais-valias que as colónias poderiam trazer. Tinham igualmente um carácter pedagógico, mostrando as virtudes da colonização. Em muitas das exposições coloniais, desde o início do seu surgimento, além dos produtos coloniais era comum encontrar a presença de “nativos”, simulando o seu dia a dia em réplicas de aldeamentos, que contribuiriam para o aumento do interesse dos visitantes da época. A representação destas “aldeias” rudimentares, com palhotas e povoadas por indivíduos, “selvagens” e pouco “civilizados” seria igualmente um argumento para a justificação da colonização destes povos e a sua presença era legitimada por permitir a realização de estudos de antropologia biológica, ciência em desenvolvimento e em estreita colaboração com o projeto colonial.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial deu-se início ao desmembramento da maioria impérios coloniais europeus, ditando o fim das Exposições Coloniais. Todavia, a última exposição foi realizada ainda em 1958, incluída no contexto da Exposição Universal de Bruxelas, como uma tentativa de

---

<sup>40</sup> SÁNCHEZ-GÓMEZ, Luis A. – “Human Zoos or Ethnic Shows? Essence and contingency in Living Ethnological Exhibitions”. *Culture & History Digital Journal*, vol. 2, nº 2, dezembro de 2013, p.9.

<sup>41</sup> CASTRO, Maria João – Art and Progress; Portuguese colonial representations in the great world exhibitions. in *Progress(es), Theories and Practices. Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress on Proportion Harmonies Identities (PHI 2017)*, October 4-7, 2017, Bari, Itália p. 310.

melhorar a imagem da colonização belga no Congo, com um discurso defendendo os valores morais da fraternidade inter-racial e incluindo artesãos congolezes a trabalhar nos seus artigos, de uma forma digna.<sup>42</sup> A exposição foi um sucesso na Bélgica, embora não tenha cumprido o seu propósito. Em 1960, após um ano de luta, a Bélgica reconhece a independência da nova República Democrática do Congo.<sup>43</sup>

Em Portugal foram realizadas três exposições coloniais. As duas primeiras tiveram lugar no Palácio de Cristal do Porto, a Exposição Insular e Colonial em 1894 e a Primeira Exposição Colonial Portuguesa<sup>44</sup> em 1934, a terceira designada por Exposição do Mundo Português aconteceu em Lisboa, em 1940, com o objetivo de comemorar o IX centenário da fundação de Portugal (1140) e o III centenário da restauração da independência (1640).<sup>45</sup>

A exposição colonial de 1894, apresentava ainda, algumas características de uma exposição industrial e agrícola, com destaque para a apresentação de produtos coloniais. Na segunda exposição em 1934, patrocinada pelo Governo e realizada um ano após o início do Estado Novo, há claramente um intuito de propaganda colonial e o espaço foi intervencionado e adaptado de forma a criar o impacto pretendido. O edifício do Palácio de Cristal foi remodelado e re-nomeado como “Palácio das Colónias” e foram criados eventos paralelos que complementarizavam a exposição tal como conferências, desfiles e outras atividades. A exposição incluiu ainda a presença de “nativos” de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Timor e Macau, que foram trazidos das colónias para viverem temporariamente em aldeias artificiais idealizadas para representar o seu território de origem.<sup>46</sup>

A Exposição do Mundo Português em 1940, teve maior impacto na memória coletiva nacional porque foi a mais ambiciosa e cobria uma área de terreno impressionante para a época. A Praça do Império tinha sido criada recentemente e toda a exposição foi desenvolvida em Belém, onde existiam vários elementos de referência dos Descobrimentos: o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém e a Praça Afonso de Albuquerque. Outros edifícios foram construídos especificamente para este evento e chegaram aos dias de hoje tais como o Museu de Arte Popular e o Padrão dos Descobrimentos. A secção colonial foi instalada no Jardim Tropical (Jardim Colonial, à época) e incluiu “nativos” provenientes das colónias portuguesas, tal como já tinha acontecido na exposição de 1934. Distribuíam-se em cinco pavilhões e em duas ruas, a de Macau e a da Índia, respetivamente.<sup>47</sup>

---

<sup>42</sup> SÁNCHEZ-GÓMEZ, Luis A. – “Human Zoos or Ethnic Shows? Essence and contingency in Living Ethnological Exhibitions”. *Culture & History Digital Journal*, vol. 2, nº 2, dezembro de 2013, p.16.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> A segunda exposição é designada por “Primeira Exposição Colonial”, possivelmente pelo facto de a anterior ter sido realizada ainda durante o regime monárquico.

<sup>45</sup> CASTRO, Maria João – Art and Progress; Portuguese colonial representations in the great world exhibitions. in *Progress(es), Theories and Practices. Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress on Proportion Harmonies Identities (PHI 2017)*, October 4-7, 2017, Bari, Itália, p. 312.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 312.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 313.

### 2.5.1. EXPOSIÇÃO INSULAR E COLONIAL DO PALÁCIO DE CRISTAL – 1894

Tal como já referimos, em Portugal, a primeira exposição com um cariz exclusivamente colonial foi organizada em 1894, no Porto. Segundo o *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa*<sup>48</sup>, a abertura da exposição aconteceu a 4 de março de 1894 e esteve patente nos espaços do Palácio de Cristal durante dois meses. Participaram na exposição as seguintes ilhas e colónias: arquipélago dos Açores, arquipélago da Madeira, arquipélago de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, Ilhas de São Tomé e Príncipe, Província de Angola, Províncias de Moçambique, Índia Portuguesa, Macau e Timor.

A Direção do Palácio de Cristal teve a iniciativa de realizar uma exposição colonial no decurso do ano de 1892, iniciando-se os primeiros contactos com o Governo e a Sociedade de Geografia de Lisboa.<sup>49</sup> A ideia surgiu após a realização da Exposição Industrial de 1891, em que uma seção do Museu Colonial de Lisboa suscitou o interesse dos visitantes, tornando-se o mote para a organização de uma exposição exclusivamente dedicada a produtos das colónias.

Inaugurada em 1894, data do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, natural do Porto, esta exposição teve assim um duplo propósito: o de dar a conhecer as potencialidades das colónias e o de homenagear o Infante D. Henrique, fazendo parte das Comemorações Henriquinas, celebração oficial organizada pela cidade do Porto.

No rescaldo do Ultimato Inglês de 1890, era necessário criar um estímulo no orgulho nacional, pelo que a comemoração do nascimento de um vulto de referência histórica permitia a aproximação a um momento de glória nacional e à unificação do país. uma vez que a “comemoração torna o passado presente e permite conceber o futuro como o prolongamento daquele”.<sup>50</sup> Acrescente-se também que outra motivação para a exposição seria a demonstração de fidelidade à monarquia, após a revolta republicana de 31 de janeiro de 1891, no Porto, que apesar do seu insucesso mostrou o descontentamento da população, face à humilhação sentida pela aceitação do Governo das condições impostas pela Grã-Bretanha. Refere-se inclusivamente no Relatório da Direcção, redigido em dezembro de 1893 que a exposição seria “destinada a patentear no seu conjunto os enormes recursos que dispõe a monarquia portuguesa e a comentar a união, que deve existir entre as partes que a compõem.”<sup>51</sup> A celebração dos feitos do Infante D. Henrique seria uma forma de reaproximação da

---

<sup>48</sup> *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

<sup>49</sup> Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal em 31 de Dezembro de 1892, p. 20

<sup>50</sup> JOÃO, Maria Isabel – *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Vol I. Dissertação de Doutoramento em História, Universidade Aberta, Lisboa, 1999, p.12.

<sup>51</sup> *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal em 31 de Dezembro de 1892*. Porto: Typographia Central, 1893, p.11.

grandeza do passado mitológico de afirmação nacional e o fomento de um espírito coletivo de identificação com o Império iniciado pelo Infante.

Para a sua organização, foi nomeada uma comissão executiva para representar a Sociedade do Palácio de Cristal, a Sociedade de Geografia de Lisboa e o Governo, constituída por dois delegados nomeados por cada instituição.

A comissão executiva foi presidida pelo Conde de Samodães, presidente da direção da Sociedade do Palácio de Cristal. O vice-presidente foi o Conselheiro Augusto de Carvalho, capitão de mar de guerra, antigo Governador de Timor, de Cabo Verde e da Índia portuguesa, na qualidade de delegado do Governo.

Requeru-se ao Governo a promoção da exposição junto dos governadores das províncias ultramarinas e à Sociedade de Geografia foi pedido apoio no empréstimo de coleções coloniais.

O Governo participou na divulgação da exposição junto dos governadores das províncias ultramarinas e promoveu as vantagens da participação, uma vez que fomentaria as relações comerciais entre essas e a metrópole.

O regulamento da exposição indica que a comissão executiva poderia criar comissões promotoras, constituídas por três ou mais indivíduos, residentes na metrópole ou nas colónias. Estas comissões tinham como funções a colheita e remessa dos produtos das colónias para a metrópole e a classificação e distribuição dos mesmos na exposição. Nesta exposição seriam apenas expostos produtos originários da colónias e ilhas adjacentes ou produtos que seriam exclusivamente destinados a estes locais. Haveria também um espaço destinado para a apresentação de objetos artísticos, raros e curiosos.

A inauguração aconteceu no dia 2 de março, revestida de pompa e circunstância com a presença da família real, sendo a cerimónia presidida pelo rei D. Carlos (1863 – 1908). A data foi cumprida, apesar de todas as dificuldades encontradas e da exposição ainda estar incompleta e estando só preenchida na nave central, uma vez que parte dos produtos coloniais ainda estavam a caminho de Lisboa ou em deslocação entre Lisboa e o Porto.<sup>52</sup>

A mostra estava organizada em três grandes grupos, subdivididos em várias classes: 1º grupo - Material destinado ao estudo e desenvolvimento das ilhas e colónias (tais como livros, cartas geográficas, pintura e fotografias); 2º grupo - Produtos naturais e agrícolas e matérias-primas e, por fim o 3º grupo - produtos manufacturados. Os grupos subdividiam-se em doze secções que correspondiam às regiões exibidas: 1ª secção – Arquipélago dos Açores; 2ª secção – Arquipélago da Madeira; 3ª secção – Arquipélago de Cabo Verde; 4ª secção – Guiné portuguesa; 5ª secção – Ilhas de

---

<sup>52</sup> *Relatório da Sociedade do Palácio de Cristal (...) em 31 de Dezembro de 1894*, p. 7.

S. Tomé e Príncipe; 6ª secção – Província de Angola; 7ª secção – Províncias de Moçambique; 8ª secção – Índia Portuguesa; 9ª secção – Macau; 10ª secção – Timor e as últimas duas secções incluíam “produtos europeus de fabrico exclusivo para as colónias portuguesas” e “coleções e publicações que se refiram a mais do que uma colónia”.<sup>53</sup>

O sistema de classificação permitia assim facilmente comparar o grau de desenvolvimento entre cada colónia, um dos objetivos da organização da exposição. Os três grupos referidos ainda se desdobravam em classes de produtos organizados por categorias (ver anexo 1).

Analisando o catálogo da exposição,<sup>54</sup> observa-se que a exposição albergou um total de trezentos e vinte e três expositores, referentes aos segundo e terceiro grupo. Em termos de proveniência geográfica, estes expositores estavam assim distribuídos:

- Arquipélago dos Açores: nove expositores
- Arquipélago da Madeira: cinquenta expositores
- Cabo Verde: treze expositores
- Guiné: quatro expositores
- São Tomé e Príncipe:
  - São Tomé: cinquenta e quatro expositores
  - Ilha de Príncipe: oito expositores
  
- Angola – oitenta e sete expositores
- Moçambique - dez expositores
- Índia Portuguesa - sete expositores
  
- Províncias de Macau e Timor:
  - Macau: três expositores
  - Timor: dois expositores<sup>55</sup>

Conclui-se assim, que as regiões com maior representatividade foram a Angola, com oitenta e sete expositores, o arquipélago da Madeira e São Tomé e Príncipe, os dois últimos com cerca de cinquenta expositores cada.

---

<sup>53</sup> *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> Um expositor pertencia à Comissão Promotora de Macau e Timor e outro expositor pertencia a Cypriano Forjaz Pereira Sampaio, Governador da província de Timor, no caso de Timor não havia a representação individual de uma casa comercial.

Lendo o catálogo, apercebemo-nos que muitos dos exemplares foram emprestados pelo Museu Industrial e Comercial de Lisboa<sup>56</sup>, possivelmente para colmatar lacunas de objetos em falta ou de difícil aquisição ou transporte.

O arquipélago dos Açores, fez-se representar principalmente por produtos alimentícios, tais como licores, manteigas, bolachas e biscoitos. Também foram exibidos alguns artigos têxteis e mobiliário em vime, cedidos pelo Museu Industrial e Comercial de Lisboa.

O arquipélago da Madeira, teve uma significativa representação de produtos florestais, com trezentas e trinta e nove diferentes amostras de madeira de árvores existentes no arquipélago e de produtos de caça e pesca, nomeadamente aves e peixes taxidermizados, todos enviados por D. Manuel Augusto Barreto, bispo do Funchal, constituindo parte da coleção existente no Seminário do Funchal, onde eram usados no ensino. De destacar que alguns dos produtos mais representativos da Madeira estavam bem destacados nesta exposição. Existiam vinte e um expositores de produtos alimentares, sendo que doze eram exclusivos de vinho e/ou cerveja, muitos exibindo vinho da Madeira. Os bordados em seda, bastante importantes na Madeira, ocupavam oito expositores. Finalmente, o mobiliário em vime também estava bem representado, com sete expositores.

O arquipélago de Cabo Verde, apresentava uma pequena diversidade de expositores expondo principalmente sal, algodão, tabaco e amostras de urzela e anil, usados em tinturaria. Os produtos alimentares para consumo, eram o café e o açúcar, sendo referido no catálogo da exposição que a plantação do café tinha à altura, grande desenvolvimento nas ilhas de S. Tiago, Fogo e Santo António<sup>57</sup>. Os produtos químicos e farmacêuticos enviados pela comissão promotora de Cabo Verde incluíam a casca de quina. De referir que a quina era eficaz no tratamento da malária, doença muito comum nessa época e, portanto, um produto de grande interesse.

No caso da Guiné, a maioria dos objetos enviados foram reunidos pela Comissão de promoção da Guiné e incluíam amostras de madeira, borracha, cera e óleo de palma. Foram enviadas vinte e oito amostras de diferentes madeiras e o catálogo incluía uma pequena descrição das características e utilidades de cada madeira. Os produtos vegetais não alimentares vegetais eram principalmente a borracha e os produtos de origem animal, a cera. Os produtos alimentares fizeram-se representar por diferentes amostras de milho, feijão e arroz. Os produtos químicos e farmacêuticos limitaram-se à apresentação de plantas com propriedades medicinais, incluindo-se em alguns casos a descrição do modo de aplicação e utilidade.

---

<sup>56</sup> O Museu Comercial e Industrial de Lisboa, foi criado nos finais do século XIX em Lisboa, ocupando uma ala do Mosteiro dos Jerónimos, onde atualmente se localiza o Museu de Marinha.

<sup>57</sup> *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, página 43.



A Ilha de S. Tomé, como já referido, foi a terceira província com maior quantidade de expositores presentes no certame. Existiram dez expositores com produtos minerais, entre os quais amostras de rocha basáltica, areia, cal, barro, água mineral e sal. Para além disso, existiram quinze representantes com amostras de produtos florestais, referindo-se particularmente ao Comendador Jacinto Carneiro de Sousa e Almeida, proprietário da roça “Porto Alegre” que enviou duzentas e oitenta e três amostras de madeira do tronco, raiz e casca de diferentes tipos de árvores da ilha. Havia ainda trinta expositores com produtos vegetais não alimentares, entre eles o latex, o coconote, o algodão, o coco e o carvão. Ao nível das substâncias alimentares preparadas, fizeram-se representar quarenta e três expositores, que apresentaram principalmente cacau, café, e azeite de palma. Os produtos químicos e farmacêuticos da região incluíam amostras de cascas de árvore e plantas com propriedades medicinais e cascas de quina.

A Província de Angola fez-se representar por dezoito expositores com produtos minerais, entre os quais cristal de rocha, fósseis, ferro, prata, cal, argila, sal e vários minérios. Tiveram grande destaque a exibição de amostras de madeiras locais, vários tipos de peles de animais, conchas e dentes. Os produtos vegetais, não alimentares, tiveram a representação de quarenta e dois expositores, que enviaram principalmente cânhamo, azeite de palma, algodão, borracha e tabaco. Existiam também vinte e dois expositores com produtos químicos e farmacêuticos, com amostras de quina e outras plantas com propriedades medicinais.

Relativamente a Moçambique, a maioria dos expositores eram dedicados à apresentação de produtos alimentares, tais como o café, o açúcar, o feijão, o milho, e o arroz, bem como aos produtos vegetais não alimentares, nomeadamente a borracha, o tabaco e o algodão. De referir que as amostras de açúcar foram enviadas pela Companhia de Açúcar de Moçambique, indicando-se no catálogo da exposição que o açúcar desta empresa era à altura vendido em Lisboa, no Porto e em Coimbra, mostrando um maior grau de industrialização em relação às outras colónias.<sup>58</sup>

A Índia exibia principalmente amostras variadas de madeira e de arroz, com vinte e nove qualidades diferentes em exposição.

Em relação a Macau, o número de expositores era bastante reduzido, destacando-se a apresentação de produtos em seda, presentes tanto nos casulos de seda e seda em rama, como processada em amostras de tecidos ou bordada em bolsas, trinta amostras de diferentes chás, bules para chá e outros objetos em porcelana.

Por fim, Timor, era a região com menos expositores, apresentando vinte e uma amostras de madeira, amostras de algodão e de plantas utilizadas em tinturaria. As substâncias e produtos

---

<sup>58</sup> *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, página 322.

alimentares transformadas incluíam quatro variedades de arroz, milho, feijão e três variedades de café.

A exposição incluía ainda uma secção dedicada às máquinas e maquinismos, todavia, a maioria das colónias participaram com objetos de caça e pesca. A ausência de equipamentos mais elaborados pode ter acontecido devido à dificuldade de aquisição ou de transporte, mas observa-se claramente uma preponderância de matérias-primas em exposição em detrimento de produtos manufaturados.

Quanto ao primeiro grupo, que reunia material destinado ao estudo e desenvolvimento das ilhas e colónias, teve a participação de noventa e um expositores. Entre eles conta-se a participação de dez redações de imprensa periódica, nomeadamente, três de Moçambique, três de Angola, uma de S. Tomé e Príncipe, uma de Macau e duas de Lisboa, demonstrando o esforço de desenvolvimento dessas províncias. A nível de representações oficiais, participam a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Associação dos Engenheiros Civis, a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a Direção Geral do Ultramar, a Imprensa Nacional de Moçambique e Imprensa Nacional de Goa, o Ministério da Marinha e Ultramar, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, o Museu Industrial e Comercial de Lisboa e a Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outras. Entre as várias obras apresentadas, contam-se roteiros e estudos históricos e geográficos, relatórios de governadores das províncias, estudos sobre instrução naval, mapas e cartas topográficas. Com a apresentação de obras impressas sobre temas coloniais estudados por portugueses, bem como de fotografias de obras de engenharia realizadas e de revistas de obras públicas – no caso da Associação dos Engenheiros Civis - pretendia-se demonstrar o efetivo conhecimento dos territórios em que Portugal pretendia investir o seu projeto colonial. A participação de imprensas e de redações de imprensa periódica coloniais demonstravam o grau de desenvolvimento dessas colónias, introduzido pelos portugueses e eram um testemunho dos supostos benefícios da colonização.

### **2.5.2. 1ª EXPOSIÇÃO COLONIAL - 1934**

Os anos 30 do século XX trouxeram preocupações e incertezas em relação às colónias portuguesas. Cobiçadas por outras nações, como a África do Sul com pretensões sobre Moçambique ou a Alemanha com pretensões sobre Angola, era novamente premente divulgar junto dos portugueses, o Império colonial português, mostrar os seus benefícios e justificar a sua existência. Para tal contribuiu a organização da 1ª Exposição Colonial no Palácio de Cristal do Porto. Esta exposição aconteceu num contexto de reformas políticas e de outras iniciativas culturais com um pendor político. É um período de consolidação de um novo regime político, o Estado Novo, iniciado em 1930, que

pretendia o rompimento com o passado próximo para a afirmação de uma nova ideologia e de um novo projeto colonial, focado na centralização e rentabilização das colónias. No ano anterior à sua organização tinha sido publicado o Ato Colonial, cujo 2<sup>a</sup> artigo defendia a função histórica de Portugal colonizar domínios ultramarinos e civilizar as suas populações,<sup>59</sup> esta mostra pretendia demonstrar ao público da metrópole as capacidades da Nação de materializar esse desígnio.

Apesar de ter sido realizada nos mesmos espaços que a Exposição Colonial e Insular de 1894 e a temática da exposição ser semelhante, constata-se que os mecanismos utilizados para divulgar a obra colonial portuguesa e os seus territórios foram bastante melhorados e pensados ao detalhe para atingir um fim específico. Já não estamos perante uma mostra de produtos coloniais semelhante às exposições industriais e agrícolas dos finais do século XIX, em vez disso, houve um esforço bem arquitetado de criar um impacto visual, para que a mensagem fosse facilmente entendida e cativante, mesmo para o visitante mais leigo ou iletrado, como iremos ver mais adiante. Inaugurada a 16 de junho de 1934, foi a primeira exposição colonial portuguesa oficialmente patrocinada, sendo promovida pelo governo central e apoiada pelo governo local, além de ter sido apoiada financeiramente pela Associação Industrial Portuense<sup>60</sup> e pelo Grupo Pró-Colónias do Porto<sup>61</sup>, formado em 1930 e com sede na Associação Comercial do Porto. Contou ainda com um subsídio do governo, de valor considerável, para a época.

Henrique Galvão foi nomeado diretor técnico da exposição. Sendo um experiente militar, conhecedor dos territórios africanos, grande apoiante e impulsionador da política colonial e com vasta experiência na organização de eventos de promoção colonial, tais como a representação colonial portuguesa na Exposição Colonial de Paris em 1931 e as “Feiras de Amostras Coloniais”, realizadas em 1932, em Luanda e Lourenço Marques<sup>62</sup> apresentava-se como a escolha apropriada para a organização deste evento.

À semelhança da exposição colonial anterior, Henrique Galvão pretendia mostrar aos habitantes da metrópole o que eram as colónias e seus benefícios para o país:

*“Não se tem ensinado ao povo o que são as colónias: não se lhe tem dito que esses territórios imensos (...) lhe rendem, em benefícios de toda a ordem, moral e materialmente, enormes*

---

<sup>59</sup> Decreto-lei nº 22.465, de 11 de abril de 1933. *Acto Colonial*, p.1.

<sup>60</sup> MARRONI, Luísa - «Portugal não é um país pequeno. A Lição de Colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934».

*História: Revista de Letras da Universidade do Porto*. IV Série, Volume 3. Porto: 2013, p.64.

<sup>61</sup> MORRONI, Luísa – “Portugal não é um país pequeno”. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto. *História: Revista de Letras da Universidade do Porto*. IV Série, Volume 3. Porto: 2013, p.61.

<sup>62</sup> MARRONI, Luísa – “Portugal não é um país pequeno”. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto. *História: Revista de Letras da Universidade do Porto*. IV Série, Volume 3. Porto: 2013, p.61.

*vantagens; não se lhe tem provado (...) que estão nas colónias a esperança da nossa grandeza e o motivo mais forte da nossa existência como povo independente na Europa.”<sup>63</sup>*

Assim, considerava a exposição como uma lição que podia ser dada aos portugueses sobre as colónias, “na impossibilidade de levar todos os portugueses às colónias”.<sup>64</sup>

A cobertura fotográfica oficial deste evento ficou a cargo de Domingos Alvão (1872 – 1956), fotógrafo português de qualidade reconhecida, com vários prémios ganhos em exposições nacionais e internacionais, sendo um colaborador frequente em várias revistas. Este fotógrafo tinha um stand nos Jardins do Palácio de Cristal durante a exposição e que fez o registo diário dos eventos realizados,<sup>65</sup> o que nos permite hoje conseguir reconstruir com muito mais facilidade os espaços da exposição, do jardim e de todos os acontecimentos que decorreram durante este certame, ao contrário do que se verificou na Exposição Insular e Colonial de 1894 em que não foi possível encontrar nenhum registo fotográfico da sua realização e apenas se pode descrever a partir dos registos bibliográficos.

A entrada na exposição fazia-se pelo portão central que dava acesso à “Praça do Império”, espaço ajardinado em frente ao Palácio de Cristal, preparado propositadamente para este evento e que ao centro exibia um imponente “Monumento ao Esforço Colonizador Português”. Esta obra em granito, da autoria de José Sousa Caldas (1894 – 1965) e do Alferes Ponce de Castro (? -?) é constituída por um paralelepípedo de grandes dimensões ao centro, com dez metros de altura, rodeado por seis esculturas que alegoricamente representavam os intervenientes na colonização: um médico, um agricultor, um comerciante, um missionário, um militar e uma mulher, cada um identificado com um atributo. Estas esculturas representariam os cidadãos anónimos que contribuíram para a colonização, ao centro, no paralelepípedo inscritos a dourado os nomes de muitos dos considerados heróis coloniais, tais como: Serpa Pinto, Mouzinho de Albuquerque, Andrade Corvo, Sá da Bandeira, entre outros.<sup>66</sup>

As avenidas do jardim e o próprio edifício do Palácio de Cristal foram intervencionados e renomeados com uma designação relacionada com as colónias, nomeadamente a fachada do Palácio foi remodelada ao estilo Art Déco e a sua designação alterada para Palácio das Colónias, criando uma unidade entre o interior da exposição e o exterior envolvente.

---

<sup>63</sup> *Primeira Exposição Colonial Portuguesa, Porto 1934 – Regulamento Geral*. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria, Lda., 1934, p.7.

<sup>64</sup> *Primeira Exposição Colonial Portuguesa, Porto 1934 – Regulamento Geral*. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria, Lda., 1934, p.8.

<sup>65</sup> Serén, M. do C.- A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934: fotografias da Casa Alvão. Porto: Centro Português de Fotografia, 2001, p.33.

<sup>66</sup> Esta escultura foi transferida para a Praça do Império na zona da Foz, no Porto na década de 1980.

O Palácio das Colónias seria destinado à “representação oficial do Império nas suas expressões espiritual, moral, política e económica”, enquanto os jardins seriam ocupados pela representação etnográfica e por atrações e diversões destinadas ao lazer dos visitantes, tais como o parque zoológico.<sup>67</sup>

A nave central do Palácio continha a secção oficial do evento, onde foi desenvolvida a “lição do colonialismo português”<sup>68</sup>, com organização a cargo do Governo. Distribuída por quinze temas, esta secção foi dedicada aos Descobrimentos e à colonização dos portugueses no século XV. Iniciava-se na “Sala Histórica” onde planiférios mostravam as viagens de exploração portuguesas. Os restantes objetos expostos na sala remetiam para as primeiras “grandes conquistas” portuguesas tais como o túmulo do vice-rei Afonso de Albuquerque, transportado de Goa e exposto numa posição central na exposição, o elmo e a espada de D. João I, usados em Ceuta, a estátua do Infante D. Henrique. Nas vitrines eram exibidos documentos e instrumentos náuticos.<sup>69</sup>

Após a Sala Histórica, ainda na nave central, apresentava-se a obra colonial portuguesa da primeira metade do século XX, tais como a fundação de vilas e cidades, a educação e a construção de infraestruturas, em suma, a demonstração da modernidade e civilização levada até os territórios desprovidos dela. A colonização era assim legitimada por direitos históricos de conquistas passadas que garantiam argumentos para a continuação da missão civilizadora portuguesa.

A Sala do Arquivo Histórico Colonial mostrava nas suas vitrines documentos, mapas e desenhos setecentista sobre o Brasil, o Livro do Foral de Ceilão, relatórios de expedições africanas do século XIX e o manuscrito da Carta Orgânica do Império Colonial.<sup>70</sup> Estes documentos de inegável valor histórico serviriam como testemunho material do conhecimento que Portugal detinha sobre esses territórios, dando-lhe um estatuto especial de autoridade para os civilizar. O espaço temporal mais uma vez é focado no século XVI e no século XIX e XX.

As duas naves laterais foram destinadas às secções particulares, contando com seiscentos expositores.<sup>71</sup> Uma nave continha os expositores da Metrópole com produtos destinados às colónias

---

<sup>67</sup> Primeira Exposição Colonial Portuguesa, Porto 1934 – Regulamento Geral. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria, Lda., 1934, p.8.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>69</sup> Serén, Maria do Carmo- *A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934: fotografias da Casa Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia, 2001, pp. 105 e 106.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>71</sup> RIBEIRO, Carla - Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, in *Cescontexto - Direitos e Dignidade: Trajetórias e experiências de luta - IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos Africanos – VOLUME I, Nº 13, p. 92.*

e a outra nave era dedicada às matérias-primas coloniais que teriam interesse ao mercado metropolitano.<sup>72</sup>

Os expositores participantes distribuíam-se em três classes: oficiais, particulares das colónias e particulares da Metrópole. Os produtos apresentados dividiam-se por dezasseis grupos, distribuídos em cinquenta classes, à semelhança da Exposição Insular e Colonial em 1894.<sup>73</sup>

No interior do Palácio a exposição tinha um carácter mais pedagógico enquanto que o jardim era dedicado a uma componente mais recreativa e complementava a exposição com stands comerciais e industriais.

Noutra secção da exposição estavam representados os diferentes grupos étnicos que constituíam o Império e que poderiam ser vistos ao vivo nas aldeias de indígenas construídas nos jardins do Palácio de Cristal. As colónias foram representadas com habitações típicas, habitadas por naturais que representavam os aldeamentos, os costumes e modos de vida, estereotipados. Eram modelos vivos de “nativos inferiores” e “incivilizados”, que assim justificavam a necessidade de políticas coloniais que levassem a civilização até estes povos “primitivos”.

Observou-se um grande contraste entre a representação da metrópole e a representação das colónias, sendo notório e intencional, o desfasamento entre as duas populações. Mais do que mostrar os povos das províncias ultramarinas, era necessário justificar as políticas coloniais.

Apesar do objetivo principal da exposição ser a educação dos portugueses acerca dos assuntos coloniais, as atividades de lazer não foram descuradas e assim sendo, além do edifício principal existiu um parque zoológico, uma livraria colonial, um salão de conferências, provas de produtos coloniais, um teatro e cinema, bem como um teleférico e um comboio turístico<sup>74</sup>.

Paralelamente à exposição foram organizados eventos culturais tais como o primeiro Colóquio de Antropologia Colonial realizado em Portugal.

A 1ª Exposição Colonial encerrou a 30 de setembro de 1934, com um cortejo alegórico que percorreu as ruas do Porto, desde a Foz até aos jardins do Palácio de Cristal e recebeu um milhão e trezentos mil visitantes.<sup>75</sup> Foi uma demonstração simbólica da grandeza do império, com a participação de dezenas de carros alegóricos e figurantes que representavam figuras históricas e as diversas

---

<sup>72</sup> Primeira Exposição Colonial Portuguesa, Porto 1934 – Regulamento Geral. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria, Lda., 1934, p.25.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.18.

<sup>74</sup> RIBEIRO, Carla - Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, in *Cescontexto - Direitos e Dignidade: Trajetórias e experiências de luta - IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos Africanos – VOLUME I, Nº 13*, pp. 88 – 100, p. 92.

<sup>75</sup> MARRONI, Luísa – “Portugal não é um país pequeno”. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto. *História: Revista de Letras da Universidade do Porto. IV Série, Volume 3*. Porto: 2013, pp.61-62.

colónias e regiões de Portugal, dando o “tom patriótico do encerramento e a «união de povos» que se pretendia assegurar.”<sup>76</sup>

## 2.6. CONCLUSÃO

Com a evolução da política colonial e o desenvolvimento de uma ideologia e propaganda colonial organizada, observamos que as exposições coloniais portuguesas adaptam e melhoram a forma de expor e diversificam os recursos utilizados.

Apesar de não ter sido possível localizar registos fotográficos ou mesmo uma planta com a distribuição da Exposição Insular e Colonial de 1894 - dificultando a comparação com a 1ª Exposição Colonial – é notória a semelhança desta exposição com as exposições industriais e comerciais realizadas até então, como é confirmado no regulamento da exposição onde se lê que se pretendia organizar uma “exposição comercial, industrial e agrícola, destinada a fazer conhecer, o mais exactamente possível, o estado de adiantamento actual, sob qualquer daqueles aspectos, tanto das nossas colónias como das ilhas adjacentes”.<sup>77</sup> Assim, o principal objetivo é a mostra de matérias-primas das colónias e o potencial comercial que apresentavam, embora lendo o catálogo da exposição sejamos elucidados que teria havido intensão de incluir uma secção histórica que não teria sido concretizada por falta de apoios.<sup>78</sup>

A 1ª Exposição Colonial, realizada no mesmo espaço da anterior, embora já no contexto do Estado Novo, em 1934, inclui recursos visuais de maior impacto. Embora presente à semelhança da exposição anterior as matérias-primas provenientes das colónias e produtos manufacturados na metrópole com destino às colónias, a secção histórica tem um maior destaque, incluindo sectores dedicados aos Descobrimentos e à obra realizada nas colónias, representados com recurso da dioramas, esculturas, imagens e gráficos, numa clara propaganda política de glorificação da suposta missão civilizadora da nação portuguesa.

---

<sup>76</sup> Serén, Maria do Carmo- *A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934: fotografias da Casa Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia, 2001, p.138.

<sup>77</sup> Regulamento da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894, in *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.XXV.

<sup>78</sup> *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p. XVII.

### **3. PROJETOS SOBRE UM MUSEU COLONIAL – UM PROJETO JAMAIS CONCRETIZADO**

#### **3.1. INTRODUÇÃO**

Neste capítulo refletimos sobre os projetos passados, relativamente à instituição de um Museu Colonial em Portugal, e compreender os motivos do seu insucesso, considerando ainda os objetos trazidos das antigas colónias, presentes atualmente nos museus portugueses.<sup>79</sup> Procurar-se-á fazer um levantamento dos principais museus públicos nacionais que incluam no seu acervo exemplares de proveniência colonial e compreender em que circunstâncias foram coletados e com que objetivo.

Os museus nacionais guardam exemplares de proveniência colonial de áreas científicas tão diversas como a geologia, a antropologia, a etnografia, a botânica e a zoologia. Primeiramente coletados pelo seu exotismo cativante, a partir da segunda metade do século XVIII, assistimos a um interesse científico e útil que visa servir os interesses da metrópole, como iremos constatar mais adiante.

A pesquisa incidu sobretudo em museus de história natural e ciência, etnologia, arqueologia e museus municipais, não tendo sido incluídos museus de índole militar por necessidade de circunscrever a pesquisa.

#### **3.2. COLEÇÕES COLONIAIS: COMO SURGEM NOS MUSEUS?**

A expansão marítima e a exploração geográfica do mundo permitiram a chegada à Europa dos primeiros objetos exóticos, que foram guardados nos Gabinetes de Curiosidades de então. Estas coleções privadas, constituídas nos séculos XVI, XVII e até à primeira metade do século XVIII, eram caracterizadas pela acumulação de objetos pela sua beleza, raridade ou exotismo, refletindo o modelo de conhecimento da época, enciclopédico e ainda pouco sistematizado.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> Neste capítulo abordar-se-á apenas os museus e coleções coloniais criadas em Portugal continental, não obstante terem sido igualmente formados museus coloniais nas ex-colónias, nomeadamente Angola e Moçambique durante o período mencionado.

<sup>80</sup> BRÍGOLA, João – *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.64.



Apesar da sua falta de organização sistemática, geralmente estas coleções encontravam-se organizadas em três classes: *Naturalia*, *Artificialia* e *Antiquitas*.<sup>81</sup> A classe *Naturalia* continha os exemplares de fauna, flora, mineralogia e exemplares curiosos de territórios extra-europeus, a segunda classe continha objetos de arte e instrumentos científicos e por último, a classe *Antiquitas* incluía todas as antiguidades e vestígios do passado. Estes objetos acumulados ainda não eram considerados objetos de estudo, eram curiosidades exóticas para deleite e contemplação. Os objetos de arte que pertenciam às antigas coleções privadas de *Artificialia*, vão dar origem aos futuros museus de arte e história, o grupo que reunia a *Naturalia* – os exemplares científicos – vão formar os futuros museus de ciência, de história natural, arqueologia e etnografia.<sup>82</sup>

Em Portugal, segundo indicação de João Brígola, no reinado de D. Manuel I, já existiriam exemplares oriundos de territórios ultramarinos no Paço Real da Ribeira<sup>83</sup>, nomeadamente marfins do Congo, trazidos por Diogo Cão em 1486.<sup>84</sup> Até à primeira metade do século XVIII, existiriam numerosos gabinetes de curiosidades privados em Lisboa que continham exemplares recolhidos em territórios ultramarinos, contudo, o terramoto de 1755 pouco vestígio deixou destas coleções.

Na segunda metade do século XVIII estas coleções tornaram-se mais organizadas e seguem uma sistemática científica. Criam-se assim os Gabinetes de História Natural, sob a influência de Lineu e da sua Sistemática Natural. As coleções privadas, exclusivas de uma minoria endinheirada são cedidas a instituições que gradualmente aceitam a visita de um público cada vez mais alargado.

Sob influência do Iluminismo, assistimos a um interesse científico, fundamentado na utilidade que visa servir os interesses da metrópole, surgindo como consequência um grande interesse no estudo da História Natural e como resposta são criados três museus dedicados ao seu estudo, ensino e difusão: o Real Museu da Ajuda, o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra e o Museu da Real Academia de Ciências.

---

<sup>81</sup> DUARTE, Alice - A museologia antropológica no século XIX em Portugal, in *Trabalhos De Antropologia E Etnologia*, Volume 39, Número 1-2, 2020, p.71. Consulta efetuada em: 16.07.2020. Disponível em : [//ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9683](https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9683)

<sup>82</sup> VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira - *Os museus do Porto no Século XIX. Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal*. Vol. I. Dissertação apresentada ao Curso de Conservador de Museu. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1970, p. 3.

<sup>83</sup> BRIGOLA, João – Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal, in *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 44.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – Apontamentos sobre museologia, museus etnológicos, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971, p.22.

### 3.3. PRIMEIROS MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL NO SÉCULO XVIII

#### 3.3.1. REAL MUSEU DA AJUDA (SÉCULO XVIII)

Em 1768<sup>85</sup> foram criados o Museu de História Natural e o Real Jardim Botânico da Ajuda, próximo do Palácio Real que estava em construção, na zona lisboeta da Ajuda, que tinham como principal objetivo proporcionar uma educação científica prática ao príncipe D. José, filho primogénito da futura rainha D. Maria I e herdeiro do trono.<sup>86</sup>

Este Museu foi contemporâneo do Museu da Academia de Ciências de Lisboa (1779) e do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra (1772). Domenico Vandelli (1735 - 1816), foi o seu primeiro diretor, entre 1768 e 1810, acumulando esta função com a direção do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra.<sup>87</sup> Esta ligação às duas instituições revelar-se-ia muito proveitosa no contexto das Viagens Filosóficas, como iremos observar mais adiante.

Os exemplares destas coleções foram coletados para o estudo da Natureza e para a aplicação prática dos seus produtos, como podemos constatar no texto do manual “*Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos Productos, e notícias pertencentes à História da Natureza, para formar hum Museo Nacional*”, escrito em 1781, que entre outros temas, recomenda as informações que o naturalista viajante deverá recolher acerca dos exemplares observados, tais como a observação das plantas e o registo do seu uso na alimentação, vestuário, tingimento ou fins medicinais; no caso dos animais deveriam perceber igualmente a sua utilidade no serviço doméstico, e em relação aos minerais, compreender como eram extraídos e usados, etc.<sup>88</sup>

O desenvolvimento das coleções foi pouco significativo durante a primeira década de existência do Museu, sendo fruto de ofertas pontuais, na maioria dos casos.<sup>89</sup> Durante o reinado de D. Maria I, na década dos anos oitenta, do século XVIII, houve um grande impulso no seu crescimento, reunidas principalmente no contexto das viagens filosóficas realizadas às colónias de então e que

---

<sup>85</sup> CERÍACO, Luís Miguel Pires - *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência, Especialidade em Museologia, Évora, 2014*, p.59.

<sup>86</sup> CARVALHO, Rómulo - *A História Natural em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987, pp. 66 e 67.

<sup>87</sup> BRÍGOLA, João – Domenico Vandelli – um naturalista italiano ao serviço de Portugal e do Brasil, in *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli, Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008*, pp.41 – 52, p.48.

<sup>88</sup> “Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos (...)” cit. por ALMAÇA, Carlos – *A Natural History Museum of the 18th Century :The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*, Lisboa: Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural),1996, p.8.

<sup>89</sup> CERÍACO, Luís Miguel Pires - *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência, Especialidade em Museologia, Évora, 2014, p.63.

permitiram reunir um numeroso acervo de espécimes animais, vegetais e minerais.<sup>90</sup> Além destas coleções, o museu também recebeu coleções organizadas por particulares, ao que não será alheio o facto de Vandelli ter mantido uma larga rede de correspondentes nacionais e internacionais de colecionadores, incluindo Lineu. A título de exemplo, Rómulo de Carvalho, refere na obra *“História Natural em Portugal no século XVIII”*, que António Jacinto de Araújo oferece a Sua Majestade, em 1798 a sua coleção particular de mais de sete mil exemplares, que incluía espécimes de animais e de minerais, provenientes do Brasil e das então colónias portuguesas de África e Timor e também de exemplares que hoje em dia seriam incluídos na categoria de antropologia, tais como adornos de penas de aves, pratos e talheres de tartaruga, entre outros.<sup>91</sup> O Museu da Ajuda também fornecia exemplares para instituições de ensino como a Universidade de Coimbra e a Academia de Ciências de Lisboa.<sup>92</sup>

As viagens filosóficas consistiram em expedições patrocinadas pela Coroa portuguesa realizadas por naturalistas formados na Universidade de Coimbra que foram enviados para as colónias portuguesas para o estudo e recolha de exemplares de História Natural que pudessem ser úteis para exploração e usufruto da Metrópole. Estes naturalistas após a sua formação na Universidade de Coimbra, realizavam um estágio no Museu da Ajuda, a fim de ganharem competências práticas que incluíam a preparação e a identificação dos exemplares.<sup>93</sup> Esta cooperação entre instituições seria facilitada pelo facto de os formandos terem sido alunos de Vandelli na Universidade de Coimbra e este ser o diretor do Museu da Ajuda à altura. Em 1783 é enviado para Angola, Joaquim José da Silva e o naturalista italiano Ângelo Donatti, para Moçambique e Goa, Manuel Galvão da Silva (1750 - ?), para Cabo Verde, João da Silva Feijó (1760–1824), e por fim, Alexandre Rodrigues Ferreira foi enviado para o Brasil.<sup>94</sup>

Após o termino de todas as viagens filosóficas realizadas, em Novembro de 1794, Alexandre Rodrigues Ferreira concluiu o inventário de todos os produtos naturais e manufacturados, livros e instrumentos, pertencentes ao Real Gabinete de História Natural, Jardim Botânico e edifícios associados.<sup>95</sup> As coleções de Zoologia continham 7732 espécimes, as coleções de Botânica incluíam 4396 espécimes em herbário, 1055 amostras de sementes provenientes da América, África e Ásia e

---

<sup>90</sup> CARVALHO, Rómulo - *A História Natural em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987, p. 73.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>92</sup> CERÍACO, Luís Miguel Pires - *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência, Especialidade em Museologia, Évora, 2014, p.131.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p.78.

<sup>94</sup> CARVALHO, Rómulo - *A História Natural em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987, p. 93.

<sup>95</sup> ALMAÇA, Carlos – *A Natural History Museum of the 18th Century :The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*, Lisboa: Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural),1996, p.12.

315 amostras de madeiras recolhidas na sua maioria no Brasil, entre outros exemplares.<sup>96</sup> Quanto aos minerais, existiam 6552 amostras, entre rochas, minerais e fósseis. A coleção também incluía pedras preciosas, tais como 13 diamantes, 81 topázios, 14 ametistas, entre outros, 94 amostras de prata e 81 amostras de ouro em várias formas, pó, folha e barra.<sup>97</sup> A coleção de “produtos artificiais”, produzidos pelo Homem, - que hoje em dia seriam incluídos nas coleções de Antropologia – era constituída por 3412 exemplares, principalmente do Brasil mas também incluía objetos coletados no continente Africano, tais como instrumentos musicais, armas, adornos e outros objetos de uso doméstico.<sup>98</sup> Os exemplares provenientes do Brasil estavam representados em maior número uma vez que o Brasil à altura era uma colónia em ascensão, o que motivaria o estudo da sua flora, fauna e em particular os minerais que poderiam ser explorados para proveito da Coroa portuguesa.

A partir da década de noventa do século XVIII, o Museu da Ajuda teve perdas significativas nas suas coleções com a sua dispersão para outras instituições e as pilhagens sofridas nos inícios do século XIX, durante as Invasões Francesas.

O Museu da Academia de Ciências de Lisboa recebeu muitos dos exemplares coletados no Brasil, Angola, Moçambique e Cabo Verde, por ordem do Príncipe Regente dada em maio de 1795.<sup>99</sup> Outros exemplares foram transferidos mais tarde para o Museu da Universidade de Coimbra, em 1806. Foram enviados aproximadamente 432 espécimes de zoologia, 283 espécimes de botânica, 500 exemplares de mineralogia e 416 objetos etnográficos, na sua maioria provenientes do Brasil, à semelhança do que sucedeu com o Museu da Academia de Ciências.<sup>100</sup>

As pilhagens feitas pelo embaixador de França, o general Jean Lannes em 1803 e posteriormente pelo general e naturalista Etienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772 – 1884) em 1808, no contexto das Invasões Napoleónicas, contribuíram em larga escala para a decadência e encerramento do museu.

As pilhagens realizadas pelo general Lannes parecem ter incidido nos exemplares de maior valor comercial e ornamental, a destacar, 126 espécimes de aves, 2185 espécimes de conchas e 15 amostras de ouro. Segundo Carlos Almaça, esta pilhagem representou 30 % de perda da coleção de zoologia em relação ao inventário de 1794 e cerca de 20% de perda das amostras de ouro existentes.<sup>101</sup>

O general Saint-Hilaire, por seu turno, focou-se em espécimes com interesse científico, em falta nos museus franceses, em especial exemplares provenientes do Brasil. Em resultado desta

---

<sup>96</sup> Ibidem, p.13.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> Ibidem, pp.16 e 17.

<sup>100</sup> ALMAÇA, Carlos – *A Natural History Museum of the 18th Century :The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*, Lisboa: Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural),1996, p.18.

<sup>101</sup> Ibidem, p.19.

pilhagem foram perdidos: 72 espécimes de mamíferos, 32 espécimes de répteis, 100 espécimes de peixes e o maior dano, provocado nas coleções de aves, insetos e conchas, com uma perda de 387, 508 e 468 exemplares respetivamente.<sup>102</sup> As coleções botânicas também foram afetadas, tendo sido pilhados os herbários referentes à flora do Brasil, Angola, Cabo Verde e Goa. Quanto à coleção de mineralogia, foram perdidas 291 amostras, principalmente referentes a quartzos, gemas, metais e fósseis.<sup>103</sup> Em conclusão, a “visita” do General Saint-Hilaire resultou numa perda de 20% das coleções de zoologia, 65% das coleções de botânica e 4,5% das coleções de mineralogia.<sup>104</sup>

Com a iminente ameaça das invasões napoleónicas, a Família Real foge para o Brasil em novembro de 1807 e naturalmente a manutenção do Museu deixa de ser uma prioridade.

Após as transferências de coleções para outros museus e as pilhagens sofridas, a coleção de zoologia ficou reduzida a metade e a coleção botânica a um terço do que existia originalmente, entrando o museu gradualmente em decadência.

A Família Real regressa, entretanto, do Brasil em 1821 e o Real Paço da Ajuda é utilizado novamente, embora apenas para cerimónias protocolares e para a organização de eventos políticos e religiosos.<sup>105</sup> Em 1836, a situação de indefinição do Museu é finalmente resolvida com a transferência das coleções restantes para o Museu da Academia de Ciências de Lisboa.<sup>106</sup>

### **3.3.2. MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1772)**

O Colégio de Jesus, anexo à Sé Nova, estava desocupado desde a extinção e expulsão da Companhia de Jesus em 1759. Em 1772, no contexto da Reforma Pombalina, este espaço foi adaptado ao ensino experimental das ciências, o que incluiu a criação de um Museu de História Natural uma vez que a nova reforma pretendia dotar o ensino universitário de uma educação científica experimental para a qual era indispensável a existência de uma coleção de exemplares para estudo.<sup>107</sup>

O espólio do museu foi fundado com a coleção pessoal de Domenico Vandelli, primeiro diretor do Museu de História Natural. A sua coleção distribuía-se por vinte e oito armários e era constituída por amostras de minerais, exemplares de zoologia, um herbário, artefactos asiáticos e africanos e

---

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Ibidem, p.20.

<sup>104</sup> Ibidem, p.21.

<sup>105</sup> SOARES, Luís – *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como museu (1910 – 1981)*, Tese de Doutoramento em História de Arte, Especialização em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016., p.15.

<sup>106</sup> ALMAÇA, Carlos – *A Natural History Museum of the 18th Century :The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*, pp.21 e 22.

<sup>107</sup> CARVALHO, Rómulo - *A História Natural em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987, p. 45.

algumas antiguidades e coleções de numismática.<sup>108</sup> Mais tarde, em 1805 e 1806 o museu recebeu coleções etnográficas provenientes do Museu da Ajuda, recolhidas por Alexandre Rodrigues Ferreira na sua expedição ao Brasil. A coleção de artefactos etnográficos era significativa e ocupava duas galerias do museu, na década de 60 do século XIX.<sup>109</sup>

Inicialmente a Galeria de Zoologia era constituído por duas salas, uma vez que parte do edifício tinha sido ocupado pelo hospital. No final dos anos 50 do século XIX, o hospital é transferido para o Colégio das Artes e o colégio de S. Jerónimo, permitindo a expansão do museu para estas salas, sendo criadas as galerias de Mineralogia, Geologia e Paleontologia.<sup>110</sup>

A organização do museu reflete a progressiva especialização da ciência e em 1885, as áreas científicas do Museu de História Natural são individualizadas e constituem-se secções, cada uma com o seu diretor e professor da respetiva cadeira. Formam-se assim as secções de: Botânica, Zoologia, Mineralogia e Geologia e Antropologia. É também nesta altura que as coleções de Botânica e Antropologia são transferidas para o Colégio de S. Bento.<sup>111</sup>

No início do século XX, começa-se a desenvolver o ramo da investigação e as secções museológicas incluem laboratórios associados que ganham autonomia.<sup>112</sup>

Em 1991 é criada uma unidade orgânica designada por Museu de História Natural, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.<sup>113</sup>

## **COLEÇÕES DE ZOOLOGIA**

Após a transferência do hospital para o Colégio das Artes houve um aumento considerável de espaço disponível para a expansão das coleções. O hospital ocupava o primeiro piso do edifício que foi melhorado e ocupado pelas coleções de zoologia.

Ao longo do século seguinte o museu foi sendo enriquecido com coleções particulares ofertadas, adquiridas em casas especializadas ou recolhidas no contexto de expedições científicas.<sup>114</sup> Concretamente em relação às coleções de zoologia, houve uma predominância no estudo da fauna nacional, que não exigia recursos tão dispendiosos como o estudo da fauna colonial e esta área foi o

---

<sup>108</sup> PEREIRA, Gilberto; PIRES, Catarina - O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: Valorização de um património científico singular in GRANATO, Marcus e LOURENÇO, Marta (coord.) , *Coleções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*, RIO de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010, p. 200.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 204.

<sup>113</sup> Ibidem.

<sup>114</sup> *Gabinete de História Natural: revivências*, 2000, pp 27 – 79, cit. por MENDES, Marta - *Concepções de reserva: os museus da cidade de Coimbra*, Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestrado em Museologia, 2005, p. 87.

objeto de estudo da maioria dos diretores e naturalistas deste museu.<sup>115</sup> Todavia na década de oitenta do século XIX, o museu recebe uma coleção de aves africanas enviadas pelo Museu de Lisboa<sup>116</sup>, bem como exemplares coletados por Adolpho Möller (1842-1920), inspetor interino do Jardim Botânico de Coimbra na sua missão científica a São Tomé em 1885.<sup>117</sup> Embora fosse uma missão botânica para recolha de espécimes para o herbário da Universidade de Coimbra, Möller também efetuou a recolha de fauna africana, acontecendo frequentemente na época, um naturalista colher outros exemplares além da sua área de investigação. As coleções coloniais vieram a ser enriquecidas no princípio do século XX, com a oferta de mamíferos africanos por Theodoro José da Cruz.<sup>118</sup>

### **COLEÇÕES DE BOTÂNICA**

As coleções de botânica foram transferidas do Colégio de Jesus para o Colégio de S. Bento em 1873 com a mudança da aula de Botânica para esse espaço, pela maior proximidade do Jardim Botânico. São transferidos o Museu de Botânica e o herbário. Nesse mesmo ano, Júlio Henriques (1838 – 1928) assume o lugar de Professor de Botânica e de Diretor do Jardim Botânico. Com grande dinamismo procura melhorar a qualidade do ensino da Botânica na Universidade de Coimbra e para tal tem a iniciativa de fundar uma sociedade de estudos Botânicos, a Sociedade Broteriana, desenvolveu o Herbário da Universidade de Coimbra (COI) e o Jardim Botânico e preocupa-se igualmente em desenvolver o Museu de Botânica.

Interessava-se pela agricultura colonial e em particular pela cultura da quina, planta fundamental para o combate à malária, que era uma doença com grande ocorrência em Portugal e nas ex-colónias na década de sessenta do século XIX.<sup>119</sup> Foi um grande impulsionador de explorações científicas e da coleta de plantas para o Herbário da UC.<sup>120</sup>

Luís Wittnisch Carrisso (1886 – 1937), ocupou o lugar de Júlio Henriques após este se ter retirado, continuando a desenvolver o estudo das plantas africanas principalmente de Angola, ex-colónia onde realizou três expedições que contribuiriam para o enriquecimento do herbário.<sup>121</sup>

---

<sup>115</sup> CERÍACO, Luís Miguel Pires - *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência Especialidade: Museologia, Évora, 2014, pp. 441 e 442.

<sup>116</sup> *Ibidem*, pp. 447.

<sup>117</sup> *Ibidem*, pp. 445.

<sup>118</sup> *Ibidem*, pp. 447.

<sup>119</sup> PERPÉTUO, Natacha Catarina, GONÇALVES, Maria Teresa et al - O contributo de Júlio Henriques para o conhecimento da diversidade vegetal de São Tomé e Príncipe, *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 2012, Lisboa, p. 612.

<sup>120</sup> MENDES, Marta - Conceções de reserva: os museus da cidade de Coimbra, Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestrado em Museologia, 2005, p.82.

<sup>121</sup> “História do Herbário da Universidade de Coimbra”, in *Herbário da Universidade de Coimbra*. Consultado a: 20.08.2022. Disponível em: [https://www.uc.pt/herbario\\_digital/history/historia\\_coi](https://www.uc.pt/herbario_digital/history/historia_coi)

Especificamente quanto às coleções provenientes das ex-colónias, o herbário ainda durante a sua direção recebeu as coleções de Angola de John Gossweiler, realizadas a partir de 1903 e as coleções também angolanas de Frederico Welwitsch (1853-1861).<sup>122</sup> Os restantes exemplares adicionados ao herbário provenientes das ex-colónias, foram coletados mais recentemente, a partir da década de oitenta do século XX, após a independência dos antigos territórios coloniais.<sup>123</sup> Atualmente o COI possui aproximadamente um total de 800.000 exemplares<sup>124</sup>, pertencendo 240.700 exemplares à Coleção Africana.<sup>125</sup>

Quanto ao Museu de Botânica, as suas coleções de proveniência colonial incluem amostras de madeiras, produtos vegetais, frutos conservados em álcool e artigos manufaturados a partir de matérias vegetais. Parte destes exemplares são possivelmente provenientes da Exposição Insular e Colonial do Porto de 1894, conforme listagem encontrada numa carta enviada a Júlio Henriques, contudo, a identificação dos exemplares em questão é dificultada pela falta de documentação.

Posteriormente em 1911, o Jardim Botânico, O Museu e o Laboratório são fundidos numa instituição designada por Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques. Esta instituição funciona até 1991, ano em que o Museu Botânico volta a constituir uma secção do Museu de História Natural, enquanto o Jardim e o Herbário se tornam unidades anexas ao Departamento de Botânica.<sup>126</sup>

## **COLEÇÕES DE ANTROPOLOGIA**

As coleções de Antropologia estiveram localizadas no Colégio de Jesus até serem transferidas para o Colégio de S. Boaventura nos anos dez do século XX e transferidas novamente em 1949, com a demolição deste edifício no contexto da construção da cidade universitária. Na década de 60 as coleções foram realojadas na Colégio de São Bento, entretanto reabilitado.<sup>127</sup>

Bernardino Machado (1851-1944) foi o primeiro professor da cadeira de Antropologia, criada em 1885, acumulando com o cargo de diretor do Museu e Laboratório de Antropologia.

Em 1907, Eusébio Tamagnini (1880-1972) substituiu Bernardino Machado nas suas funções, cargos que ocupa durante aproximadamente cinquenta anos. Certamente compreenderia a importância das coleções de Antropologia Colonial do Museu quando promoveu o Curso Livre de

---

<sup>122</sup> Ibidem.

<sup>123</sup> Ibidem.

<sup>124</sup> “Sobre o Herbário da Universidade de Coimbra”, in *Herbário da Universidade de Coimbra*, Consultado a: 20.08.2022. Disponível em: [https://www.uc.pt/herbario\\_digital/About](https://www.uc.pt/herbario_digital/About)

<sup>125</sup> Ibidem.

<sup>126</sup> MENDES, Marta - *Concepções de reserva: os museus da cidade de Coimbra*, Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestrado em Museologia, 2005, p.79.

<sup>127</sup> MENDES, Marta - *Concepções de reserva: os museus da cidade de Coimbra*, Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestrado em Museologia, 2005, p.73.



Etnografia Colonial. Este curso criado no ano letivo de 1912/13 pretendia dar a conhecer as sociedades dos povos colonizados por Portugal, abordando tanto as características dos povos como os artefactos de cultura material produzidos por estes. O programa incluía o estudo das populações africanas, da Índia, Macau e Timor, embora incidisse principalmente nos primeiros.<sup>128</sup>

Na década de 40 as coleções de antropologia colonial foram mais descuradas uma vez que os interesses dos diretores estavam canalizados para outras áreas de investigação mais próximas da Antropologia Biológica.<sup>129</sup>

Em 1952 ressurgiu o interesse pelas coleções coloniais com a entrada de Alberto Xavier da Cunha na direção do Museu e Laboratório Antropológico. Foi inclusive publicado o catálogo – inventário das coleções de Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor, editado pela Junta de Investigações do Ultramar, instituição com a qual o Museu formaliza a sua colaboração.<sup>130</sup>

Atualmente o museu - incorporado no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, criado em 2006 - é constituído por coleções etnográficas portuguesas, africanas e brasileiras, que ocupam três salas de reserva, uma delas visitável. Possui também coleções de Antropologia Biológica, nomeadamente três coleções osteológicas humanas e uma coleção de instrumentos antropométricos<sup>131</sup>, possuindo aproximadamente 14 000 exemplares.<sup>132</sup>

### 3.3.3. MUSEU DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (1779)

A fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa (ACL) deveu-se à iniciativa de dois portugueses “estrangeirados”, membros da Royal Society de Londres, que regressados a Portugal ao constatarem o atraso científico do país no século XVII, perceberam a necessidade da criação de uma Academia que fomentasse o seu progresso<sup>133</sup>, o naturalista Abade José Correia da Serra (1750 – 1823), botânico muito conceituado e D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões (1719 – 1806) que se

---

<sup>128</sup> AREIA, M.L., ROCHA, M.A. Tavares da – Ensino da Antropologia, in *100 anos de Antropologia em Coimbra, 1885 – 1985*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 18 e 19.

<sup>129</sup> Ibidem, pp. 20 e 22.

<sup>130</sup> Ibidem, pp. 22 e 23.

<sup>131</sup> MENDES, Marta - *Concepções de reserva: os museus da cidade de Coimbra*, Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestrado em Museologia, 2005, p.76.

<sup>132</sup> CASALEIRO, Pedro – A reorganização das coleções da Universidade de Coimbra, Museu da Ciência, *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia das Países de língua Portuguesa e Espanhola*, Volume I, p. 297.

<sup>133</sup> BASTOS, Cristiana – Of Objects, Networks, Politics and Poetry: The Royal Academy of Sciences of Lisbon in the Context of the Enlightenment, in DELICADO, Ana (Ed) - *Associations and Other Groups in Science: an Historical and Contemporary Perspective*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 18.

torna seu mecenas. Juntos, idealizaram uma Sociedade que promovesse a ciência e o livre pensamento, agitando o marasmo que tinha tomado o país.

A ação da Academia inicialmente compreendia três classes: Ciências Naturais, Ciências Exactas e Ciências Morais e Belas Letras.<sup>134</sup> A Classe de Ciências Naturais ficou a cargo de Domingos Vandelli,<sup>135</sup> um dos sócios fundadores da instituição.<sup>136</sup> A sua atividade foi vasta em prol do desenvolvimento da ciência, incluindo iniciativas no ramo agrícola e industrial, na saúde pública e no ensino, sendo este último um dos motivos para o interesse na criação de um museu de história natural e um jardim botânico na instituição.

A primeira sede da Academia de Ciências incluiria também o museu da instituição, como refere Alberto Iria, “já então funcionava também no Palácio das Necessidades, o próprio Gabinete de História Natural da jovem Academia Real das Ciências de Lisboa”<sup>137</sup>, uma vez que seria um objetivo manifestado pelos seus sócios desde o início da fundação da instituição.<sup>138</sup>

O estudo da História Natural era entendido numa vertente prática, para aplicação no desenvolvimento da agricultura do país e das potencialidades de uso de matérias-primas das colónias e desta forma, a Academia promoveu a colheita destes exemplares junto dos seus sócios. Com o objetivo de auxiliar os sócios menos versados em História Natural, foi publicado em 1781 um folheto: “*Breves Instrukções aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes à História da Natureza, para formar um Museo Nacional*”<sup>139</sup> que incluía recomendações sobre a forma de coletar, preservar e transportar os exemplares de forma a otimizar a sua conservação, bem como as referências e anotações que deveriam acompanhar cada exemplar de forma a regularizar a metodologia utilizada em campo. Estas obras eram importantes também na formação dos naturalistas viajantes incumbidos das Viagens Filosóficas que se começaram a preparar nesta altura e que em muito contribuíram para a recolha de exemplares dos museus. Os futuros naturalistas receberiam uma formação com a duração de cinco anos, sob orientação de Vandelli, na Universidade de Coimbra e no Museu da Ajuda, que complementaria com formação prática.<sup>140</sup>

---

<sup>134</sup> GOUVEIA, António Jorge Andrade de - *Comemoração do II Centenário da Fundação da Academia das Ciências de Lisboa*, in *Separata Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, 1978-1979*, p.334.

<sup>135</sup> PEREIRA, Maria Manuela Cantinho – *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2005, p. 44.

<sup>136</sup> GOUVEIA, António Jorge Andrade de - *Comemoração do II Centenário da Fundação da Academia das Ciências de Lisboa*, in *Separata Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, 1978-1979*, p.334.

<sup>137</sup> IRIA, Alberto – *A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa in História e desenvolvimento da Ciência em Portugal*, *Separata do II volume, de História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal, Lisboa*, 1986, p. 1293.

<sup>138</sup> CARVALHO, Rómulo - *A História Natural em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987.p. 78.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>140</sup> PEREIRA, Maria Manuela Cantinho – *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2005, p. 49.

O núcleo fundador do Museu da Academia de Ciências foi constituído com as coleções do Frei José Mayne (1723 - 1792)<sup>141</sup>, sócio efetivo desta instituição que teria ao longo do tempo reunido uma coleção significativa de exemplares de história natural com o objetivo de a utilizar no ensino da História Natural, projeto que não se chegou a realizar.<sup>142</sup>As suas coleções passaram a ser administradas pela Academia de Ciências de Lisboa desde 24 de Dezembro de 1792, após o seu falecimento.<sup>143</sup> Outros exemplares foram oferecidos pelos sócios da Academia, enviados do Brasil, de Goa, Moçambique, entre outros<sup>144</sup> e que assim permitiram a constituição de coleções de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Antropologia (à época incluída no ramo da História Natural). O museu recebeu também exemplares recolhidos por Alexandre Rodrigues Ferreira durante a sua Viagem Filosófica ao Brasil.<sup>145</sup>

Em 1836 as coleções do Real Museu da Ajuda, como referido anteriormente, são transferidas para o Museu da ACL.<sup>146</sup> O regulamento do Museu é publicado em 1839 e renovado em 1853, ainda que já se fizesse sentir a pressão para efetuar a transferência das coleções de zoologia, botânica e mineralogia para a Escola Politécnica de Lisboa<sup>147</sup>, o que acaba por se concretizar em 1858, embora neste ano sejam apenas transferidas as coleções de Zoologia e Mineralogia. As coleções de Botânica só iriam ser transferidas em 1877, com a decisão de João de Andrade Corvo.<sup>148</sup> As coleções de Antropologia mantiveram-se no Museu da Academia de Ciências.

Hoje em dia, o Museu reflete o seu passado conturbado em consequência da movimentação e transferência de coleções, que resultaram em coleções fragmentadas, com pouco investimento e manutenção devido às dificuldades financeiras que a instituição atravessa. O Museu encontra-se fechado, embora disponível para consulta de investigadores e as visitas são efetuadas por marcação.

---

<sup>141</sup> Ibidem, p.44.

<sup>142</sup> Ibidem, p.58.

<sup>143</sup> AMARAL, Ilídio – *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa*, p.28

<sup>144</sup> PEREIRA, Maria Manuela Cantinho – *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2005, pp. 59 – 61.

<sup>145</sup> IRIA, Alberto – *A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa in História e desenvolvimento da Ciência em Portugal, Separata do II volume, de História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Lisboa, 1986, p. 1292.

<sup>146</sup> ANTUNES, Miguel Telles e CANTINHO, Manuela – *Coleções Etnográficas da Academia das Ciências de Lisboa: Colômbia Britânica, Havai e Peru*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015, p.3.

<sup>147</sup> PEREIRA, Maria Manuela Cantinho – *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2005, p.62.

<sup>148</sup> Ibidem.

### 3.4. INICIATIVAS DE CONSTITUIÇÃO DE MUSEUS COLONIAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

#### 3.4.1. MUSEU COLONIAL (1870)

Ao longo do século XIX há um novo interesse pela parte do Estado na criação de um Museu Colonial, exclusivamente dedicado a estas coleções. Em 1838, Sá da Bandeira, então chefe de governo fomenta a recolha de exemplares nas colónias com o objetivo de criar um museu, embora nas colónias em vez de na metrópole.<sup>149</sup>

Em dezembro de 1868, Sá da Bandeira introduz uma reforma na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar em que a partir desse momento a Direção Geral do Ultramar passaria a ser responsável pelas explorações científicas no Ultramar, assim como pela constituição de coleções e organização das exposições com produtos coloniais.<sup>150</sup> Havia a necessidade de conhecer os territórios e das suas potencialidades, desenvolver o comércio e divulgar o conhecimento.

A participação de Portugal em exposições internacionais e universais terá contribuído para a decisão do Governo em criar um museu dedicado aos produtos coloniais, sendo que os exemplares de origem colonial enviados para a Exposição Universal de Paris em 1867 constituíram o núcleo fundador do Museu Colonial de Lisboa.<sup>151</sup>

No ano seguinte, Sá da Bandeira (1795-1876) centralizou a organização de exposições coloniais no Governo, em vez de deixar nas mãos de expositores privados, aprovando legislação que atribuía ao Ministério da Marinha e do Ultramar a responsabilidade da recolha, acondicionamento, transporte e exposição dos produtos coloniais na metrópole e no estrangeiro.<sup>152</sup> Em dezembro de 1869, este Ministério nomeou uma comissão encarregue de organizar o Museu Colonial de Lisboa (MCL) que abriu as portas ao público a 15 de maio de 1870.<sup>153</sup>

O regulamento deste museu foi aprovado oito meses após a sua inauguração e nele é definido que as coleções coloniais ficariam sob a tutela da Direção Geral do Ultramar – pertencente ao Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar -, e que esta instituição tinha como objetivo “coligir, classificar, conservar e expor ao exame publico os diversos productos e quaisquer objectos que possam servir ao conhecimento, estudo económico e aproveitamento das variadas riquezas das nossas

---

<sup>149</sup> Portaria de 19 de Julho de 1838 in *Boletim do Conselho Ultramarino, Legislação novíssima, 1834 – 1851*, p.54 cit. por CANTINHO, Manuela – Coleções etnográficas extra-ocidentais em Portugal : passado, presente e futuro. *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa*, 2010, pp.1- 10, p.5.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>151</sup> CANTINHO, Manuela - *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 86.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>153</sup> *Ibidem*.

possessões ultramarinas”, bem como a organização de exposições de produtos coloniais.<sup>154</sup> A classificação e distribuição dos produtos era realizada de acordo com as seguintes divisões: 1ª divisão – História Natural, 2ª divisão – Agricultura, 3ª divisão - Florestas, 4ª divisão - Matérias extrativas, 5ª divisão - Artefactos, 6ª divisão - Objetos raros e curiosos e por fim, 7ª divisão - Produtos estrangeiros.<sup>155</sup>

A sede do Museu localizava-se no primeiro piso da Escola Naval, na Rua do Arsenal, até ao seu encerramento em 1892. As coleções distribuíam-se por cinco salas e uma extensa galeria.<sup>156</sup>

Como já referido, o museu foi inicialmente constituído com parte das coleções de produtos coloniais remetidos à Exposição Universal de Paris, realizada em 1867<sup>157</sup> e foi sendo desenvolvido com as ofertas de produtos remetidos por funcionários coloniais que atendiam às solicitações do Governo do envio de produtos representativos das colónias.

Os produtos coloniais eram solicitados através de circulares emitidas pelo Governo para as colónias. Os objetivos destas recolhas já não se prendiam com exemplares de história natural como nos princípios do século XIX, em vez disso, solicitavam-se aos produtores das colónias objetos e matérias-primas que apresentassem interesse comercial e industrial.<sup>158</sup>

Foram diretores do Museu: António Júlio de Castro Pinto de Magalhães (1870 – 1875), Luís de Andrade Corvo (1876 – 1890) e António Duarte Ramada Curto (1890 – 1892).<sup>159</sup> Além do diretor, os funcionários do museu eram resumidos a um ajudante, um porteiro e um servente, recrutados no Ministério do Ultramar e nomeados pelo Governo.<sup>160</sup>

Quanto ao seu financiamento, esta instituição era mantida com a dotação das colónias, a venda de catálogos e a taxa cobrada pela visita às exposições.<sup>161</sup>

O museu cumpriu o objetivo de organizar a representação colonial do país em exposições universais, tendo participado na Exposição Universal de Paris de 1878, durante a direção de Andrade Corvo. Este diretor, atendendo aos objetivos comerciais do museu, idealizou a publicação de um catálogo dos produtos expostos no museu para consulta dos visitantes nacionais e estrangeiros que tivessem interesse em fazer uma encomenda.<sup>162</sup> Para tal, elaborou instruções específicas para cada

---

<sup>154</sup> «Regulamento do Museu Colonial, e das exposições e concursos de productos ultramarinos», *Diário do Governo*, 26 de Janeiro de 1871, pp. 99 e 100.

<sup>155</sup> *Ibidem*.

<sup>156</sup> CANTINHO, Manuela - *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p.88.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>158</sup> CANTINHO, Manuela - *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 96 e 97.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>160</sup> Artigo 15º e 17º do Regulamento do Museu Colonial de Lisboa, 26 de Janeiro de 1871, cit. por CANTINHO, Manuela - *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p.90.

<sup>161</sup> CANTINHO, Manuela - *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p.91.

<sup>162</sup> *Ibidem*, p.93.

entidade colonial, solicitando um levantamento exaustivo de informações sobre os produtos, de uma forma clara e útil.”<sup>163</sup> O museu seria assim considerado um “mostruário” para a divulgação de produtos coloniais e não um “museu de história natural”.

A constante solicitação de exemplares para a participação em exposições prejudicou grandemente a viabilidade do museu uma vez que não existindo uma coleção específica para empréstimos, a coleção permanente estava em constante circulação, não havendo o devido cuidado na sua devolução, tendo sido causados vários danos durante o transporte, inutilizando inclusive muitos dos objetos.<sup>164</sup> Este facto deve ter contribuído para o fecho do Museu Colonial em 1892. No Decreto-lei publicado nesse ano, que determina a transferência das coleções deste museu para o Museu da Sociedade de Geografia. Esta ação é justificada pela necessidade de economia nas despesas públicas e apresentada como solução para a falta de instalações próprias e da pouca visibilidade da coleção, que ao ser incorporada numa instituição como a Sociedade de Geografia de Lisboa teria mais visitantes.<sup>165</sup> Ainda segundo o mesmo documento, deveria ser organizada uma comissão para realizar o inventário do museu previamente à sua transferência<sup>166</sup>, o que segundo Manuela Cantinho, não se chegou a concretizar, resumindo-se a identificação dos objetos às etiquetas que os acompanhavam.<sup>167</sup> A tarefa de conciliar duas coleções com características distintas – a coleção proveniente do MCL com um cariz eminentemente comercial e a coleção do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa com um carácter científico – era por si complexa, tendo sido dificultada pela ausência de documentação associada à coleção recebida.

Após a incorporação das coleções do Museu Colonial de Lisboa, o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa adota a designação de “Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa”.

### **3.4.2. MUSEU DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1884)**

Durante o século XIX surgiram Sociedades de Geografia por toda a Europa com o objetivo de promover as políticas de colonização e apoiarem os trabalhos de exploração científica e geográfica nos territórios coloniais que se pretendiam ocupar. A Sociedade de Geografia de Paris é fundada em 1821,

---

<sup>163</sup> Ibidem, p.93.

<sup>164</sup> Ibidem, pp.94 e 95.

<sup>165</sup> Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar – 3ª Repartição, *Diário do Governo*, 10 de Março de 1892, p. 50.

<sup>166</sup> Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar – 3ª Repartição, *Diário do Governo*, 10 de Março de 1892, p. 51.

<sup>167</sup> CANTINHO, Manuela - *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 417.

a de Berlim em 1828, a de Londres em 1830 e décadas depois é criada a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) em 1875<sup>168</sup>, num contexto em que os interesses nacionais em África colidiam com pretensões de nações poderosas europeias.

Entre 1876 e 1884, intensificaram-se as explorações científicas no continente africano, aumentando consequentemente a tensão entre as potências europeias com pretensões coloniais. Para evitar futuros conflitos, organiza-se a Conferência de Berlim em 1884 a fim de estabelecer novas regras de ocupação e definir a delimitação de fronteiras.<sup>169</sup> Como resultado, impôs-se um novo critério para o reconhecimento dos direitos de ocupação territorial, fundamentado na ocupação efetiva dos territórios em vez dos direitos históricos, como até então. Esta decisão não era favorável para Portugal, país que já havia conquistado territórios em África desde o século XV mas que então apenas ocupava efetivamente uma pequena área desses territórios. Consciente da necessidade de argumentar com os direitos históricos de Portugal sobre territórios disputados por outros países, a SGL assume como um dos seus objetivos a exploração e o estudo científico dos territórios ultramarinos bem como o desenvolvimento de um programa colonial de formação e divulgação sobre as colónias.<sup>170</sup> Assim, a SGL apoia as explorações realizadas em Angola e Moçambique por Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens, entre outros; dedica-se à organização de comemorações de efemérides históricas relevantes e patrióticas e prepara um museu colonial.

O Museu da Sociedade de Geografia não foi constituído de imediato, não obstante estar contemplado nos seus primeiros estatutos em 1876.<sup>171</sup> Mesmo não sendo constituído imediatamente e não existir exatamente um modelo ou programa definido para o museu, tal não impediu que fossem solicitados sempre que possível, exemplares aos seus sócios correspondentes.<sup>172</sup> Os sócios correspondentes dispersos pelas colónias foram fundamentais para o engrandecimento do museu, tendo sido enviados exemplares por missionários, membros militares, comerciantes, entre outros.<sup>173</sup> Outros exemplares foram recolhidos durante as expedições científicas, apoiadas pela SGL.

Em 1884, o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa é aberto ao público e em 1892 recebe as coleções do Museu Colonial de Lisboa, como já foi referido, fundindo as coleções dos

---

<sup>168</sup> AIRES-BARROS, Luís – Os 140 Anos da Sociedade de Geografia de Lisboa, in *Sociedade de Geografia de Lisboa 1875 – 2015, 140 anos*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2016, p. 5.

<sup>169</sup> SAMPAIO, Thiago - Geografia e Colonialismo: a Sociedade de Geografia de Lisboa na virada de Oitocentos, in *XIII Semana de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista: Cultura e Direitos Humanos nas Relações Internacionais*, São Paulo, 2015, p.3.

<sup>170</sup> “Dicionário de Historiadores Portugueses, da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo”, in *Sociedade de Geografia de Lisboa*. Consultado a: 30.07.2021. Disponível em : [https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade\\_geografia.pdf](https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade_geografia.pdf), p.3.

<sup>171</sup> PEREIRA, Maria Manuela Cantinho – *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2005, p.300.

<sup>172</sup> Ibidem, p.301.

<sup>173</sup> Ibidem, p.306.

dois museus e adotando a designação de Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Após sucessivas mudanças de instalações, em 1897 a Sociedade de Geografia é transferida para o local que ocupa atualmente na Rua das Portas de Santo Antão, tendo sido o museu instalado em três galerias da Sala Portugal.<sup>174</sup>

A Sociedade de Geografia teve uma importante participação nas Exposições coloniais e universais que se vão organizando um pouco por toda a Europa, sendo responsável por organizar a representação nacional nestes certames. A partir dos anos vinte do século XX, a SGL perde esse protagonismo e o Estado toma o cargo de organizar a Primeira Exposição Colonial do Porto em 1934 e a Exposição do Mundo Português seis anos depois, em Lisboa. As coleções da exposição permanente têm menos apoio do Governo e o museu perde visibilidade, agravada com a criação de um novo museu, igualmente de âmbito colonial, o Museu de Etnologia do Ultramar – atual Museu Nacional de Etnologia- em meados dos anos sessenta.<sup>175</sup>

Após a Revolução de 1974, a Sociedade de Geografia atravessa um período conturbado pela sua associação à época colonial e apenas a partir dos anos oitenta, gradualmente os seus exemplares são emprestados para integrarem exposições em outros museus e as coleções voltam a ser valorizadas.<sup>176</sup>

Mais recentemente, nas últimas décadas, o museu tem investido na inventariação, estudo, restauro e exposição das suas coleções, recorrendo ao apoio de projetos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, assim como na reabilitação das suas salas de exposição.<sup>177</sup>

### **3.5. FINAL DA MONARQUIA E INÍCIO DA REPÚBLICA (1905-1926)**

#### **3.5.1. MUSEU ETNOGRÁFICO PORTUGUÊS (MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA) (1893)**

O atual Museu Nacional de Arqueologia, localizado no Mosteiro dos Jerónimos – que partilha com o Museu de Marinha - é herdeiro do Museu Etnográfico Português, fundado em 1893. Idealizado por Leite de Vasconcellos (1858 – 1941) - que foi igualmente o seu primeiro diretor - este museu foi criado graças ao apoio de Bernardino Machado (1851- 1944), Ministro das Obras Públicas à época,

---

<sup>174</sup> Cantinho, Manuela – O Espólio Cultural da Sociedade de Geografia de Lisboa: a Biblioteca , a Cartoteca, a Fototeca e o Museu Etnográfico e Histórico, in *Sociedade de Geografia de Lisboa 1875 – 2015 , 140 anos*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2016, p.26.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p.28.

<sup>176</sup> Cantinho, Manuela – O Espólio Cultural da Sociedade de Geografia de Lisboa: a Biblioteca , a Cartoteca, a Fototeca e o Museu Etnográfico e Histórico, in *Sociedade de Geografia de Lisboa 1875 – 2015 , 140 anos*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2016, p.26.

<sup>177</sup> *Ibidem*.



“lente catedrático” de Antropologia da Universidade de Lisboa e antigo professor desta disciplina na Universidade de Coimbra, com já referido.<sup>178</sup>

O museu teve um início modesto, tendo sido provisoriamente instalado numa sala da Comissão Geológica em 1894.<sup>179</sup> Três anos depois, em 1897, o Museu foi transferido para salas da Academia de Ciências de Lisboa, onde incluía uma secção de Antropologia e uma secção de Etnografia<sup>180</sup>. Nesse mesmo ano altera a sua designação para “Museu Etnológico” prevenindo possíveis equívocos com o Museu Etnográfico Colonial da Sociedade de Geografia.<sup>181</sup>

O acervo do museu foi inicialmente constituído com a coleção arqueológica de Estácio da Veiga (1828 – 1891), comprada pelo governo à sua família e a de Leite de Vasconcelos e posteriormente foi aumentando com a incorporação de exemplares pertencentes ao Estado, compra de objetos, dádivas, depósitos e com o resultado das escavações feitas por Leite de Vasconcelos.<sup>182</sup> Com o aumento do acervo houve a necessidade de expansão do museu, que em 1900 foi instalado no Mosteiro dos Jerónimos na secção anteriormente ocupada pelo extinto Museu Agrícola.<sup>183</sup>

Esta transferência teve um impacto positivo na instituição. Finalmente muitas das peças foram desenhadas e acondicionadas convenientemente, uma vez que o museu passou a ocupar três pisos de uma ala do Mosteiro e ainda um barracão anexo,<sup>184</sup> o pessoal do museu aumentou e foram melhorados os seus serviços de apoio, tendo sido acrescentada uma biblioteca, um gabinete de fotografia e desenho e uma oficina de restauro. Foi ainda herdada a mobília expositiva do antigo Museu Agrícola.<sup>185</sup>

O museu tinha como propósito “representar a parte material da vida do povo português, isto é, tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza”, constituindo uma exposição permanente de objetos representativos de todas as épocas da civilização portuguesa para educar o público.<sup>186</sup> Como afirmou Leite de Vasconcelos acerca dos objetivos do museu: “Um povo que ignora a sua história, e os elementos de toda a ordem que o constituem, não pode ter ideal. E um povo sem ideal é como se estivesse morto.”<sup>187</sup>

---

<sup>178</sup> VASCONCELLOS, J. Leite – *História do Museu Etnológico Português (1893 – 1914)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1915., p. 13.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>185</sup> VASCONCELLOS, J. Leite – *História do Museu Etnológico Português (1893 – 1914)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1915, pp. 3 e 4.

<sup>186</sup> *Ibidem*, pp. 13 e 14.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 14.

Relembre-se que o Ultimato inglês tinha acontecido recentemente, o que deve ter contribuído para o interesse na exaltação da nacionalidade portuguesa.

O acervo distribuía-se por três secções principais: Arqueologia, Etnografia e Antropologia, e de duas subsecções: a secção colonial portuguesa e a secção estrangeira.<sup>188</sup>

Aparentemente a secção colonial é organizada após a transferência das coleções para o Mosteiro dos Jerónimos e sabe-se que em 1904 esta secção ocuparia o piso térreo do museu, juntamente com a secção pré-histórica e parte da secção romana, separada da secção de arqueologia, etnografia e antropologia portuguesas que ocupavam o segundo andar.<sup>189</sup>

Leite de Vasconcellos num artigo da sua autoria sobre o museu escrito em 1905, adverte que esta coleção é “extremamente modesta” uma vez que esta área da Etnografia era da responsabilidade do Museu Colonial da Sociedade de Geografia de Lisboa.<sup>190</sup> A secção colonial também não deveria ser extensa uma vez que era uma coleção organizada com fins comparativos, como elucida Leite de Vasconcellos: “A coleção que organizei no Museu Etnológico tem por fim sobretudo, além de estabelecer comparações gerais, pôr diante dos olhos dos que visitam a secção prehistorica exemplares etnográficos dos selvagens que ajudem a entender o modo de viver e a arte dos homens primitivos, bem como o uso de instrumentos e outros artefactos prehistoricos (...)”.<sup>191</sup>

Esta secção incluía exemplares de Angola, Moçambique, Guiné e S. Tomé<sup>192</sup>, tais como armas de madeira e de ferro, amuletos e esculturas usadas em rituais, objetos utilitários tais como móveis, talheres, copos e pratos, vestuário e cachimbos e continha também alguns objetos provenientes da Índia.<sup>193</sup>

Luíz Chaves, reputado etnógrafo e conservador neste museu, considerava relevante a existência de uma coleção colonial na instituição, embora não equiparada à coleção dita principal e apenas para efeitos comparativos, partilhando a opinião de Leite de Vasconcellos: “Justifica-se a existência deste documentário no Museu Etnológico. É certo que o objectivo essencial do Museu é estudar pelas raças, que deixaram vestígios materiais na metrópole portuguesa, a formação étnica portuguesa. No entanto, a «pequena casa lusitana», estendeu-se ao que temos que chamar a «grande

---

<sup>188</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 261.

<sup>192</sup> CHAVES, Luíz – A coleção demonstrativa da Secção Ultramarina, no Museu Etnológico, in *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II, p.46.

<sup>193</sup> VASCONCELLOS, J. Leite – *História do Museu Etnológico Português (1893 – 1914)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1915, p 261.

casa lusitana» aquém e além-mar; o Museu deve abranger numa secção complementar, mas com a necessária importância, o estudo de todas as populações do Império.”<sup>194</sup>

Atualmente a coleção colonial encontra-se acondicionada em reserva e não faz parte da exposição permanente do museu.

### 3.5.2. MUSEU MUNICIPAL SANTOS ROCHA (1894)

O Museu Municipal da Figueira da Foz deve-se aos esforços de António Santos Rocha, ilustre e respeitado figueirense, que apesar da sua formação em Direito, encontrou na arqueologia e museologia duas das suas grandes paixões. Figura pública, foi vereador municipal (1877) e Presidente da Câmara Municipal da mesma cidade por duas vezes (1878 – 1880 e 1902 – 1904).<sup>195</sup>

Em 1875 conclui o bacharelato de Direito na Universidade de Coimbra e cinco anos depois dá início às escavações arqueológicas no concelho da Figueira da Foz.

Em consequência das suas campanhas de escavação, reúne uma considerável quantidade de materiais arqueológicos que necessitavam de um edifício que os acomodasse.

Em 1892 propõe à Câmara Municipal da Figueira a criação de um museu para albergar todo o espólio arqueológico entretanto recolhido, com a preocupação de evitar a dispersão e perda do material e é-lhe disponibilizado a Casa do Paço<sup>196</sup> para a sede do museu a título provisório e a 6 de maio de 1894 o museu é finalmente aberto ao público.

As coleções fundadoras do museu são constituídas pelas coleções reunidas por Santos Rocha, mas também por doações de coleções de numismática e de arqueologia.<sup>197</sup>

Inicialmente o Museu era constituído por quatro salas, onde estavam distribuídas as coleções em quatro secções: Arqueologia Pré-histórica, Sala de Comparação, Arqueologia Histórica e Arqueologia Industrial. A este tempo já existiriam exemplares de origem colonial na Sala de Comparação, onde estavam expostas “peças de mobiliário do *selvagem* dos nossos tempos e mobiliário do homem neolítico”<sup>198</sup> Portanto, os exemplares de proveniência colonial não tinham uma existência autónoma na exposição, eram elementos de comparação com os achados arqueológicos, entretanto encontrados. Exemplares provenientes do Brasil e das colónias portuguesas da África

---

<sup>194</sup> CHAVES, Luíz – A colecção demonstrativa da Secção Ultramarina, no Museu Etnológico, in *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II, p.46.

<sup>195</sup> AZEVEDO, José Pires Lopes de – O Dr. António dos Santos Rocha, in *Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Centenário (1894 – 1994)*, p.15.

<sup>196</sup> Edifício nobre na Figueira da Foz.

<sup>197</sup> PEREIRA, Isabel e CARDOSO, Ana Paula – Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Notícia Histórica, in *Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Centenário (1894 – 1994)*, p.33.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p.34.

ocidental, partilhavam a sala com machados de pedra e outros artefactos pré-históricos. O grande interesse de Santos Rocha, à semelhança dos seus contemporâneos era o estudo das origens do Homem, daí o interesse na arqueologia pré-histórica. Esta ideia é confirmada no catálogo do Museu, publicado em 1905: “A secção chamada de *ethnologia dos povos selvagens dos tempos modernos* não tem autonomia própria, mas funciona como sala de comparação e reúne objectos que possam interessar ao estudo *ethnographico do selvagem dos tempos pré-históricos*.”

Em 1899 termina a construção do edifício destinado à Câmara Municipal, onde o primeiro andar foi reservado para a instalação do Museu Municipal. Neste ano, o museu é transferido para as novas instalações, mantendo a organização e a museografia das secções existentes anteriormente nas instalações da Casa do Paço. No ano seguinte, o museu recebe “uma colecção de artigos gentílicos de Timor, cerâmica, tecidos, armas adornos, utensílios de trabalho, etc. que o doador adquirira durante a última estação naval naquela ilha” e em 1903 foram doados exemplares provenientes do Congo português, uma colecção de artigos gentílicos doados pelo 1º Tenente da armada João dos Santos Pereira Jardim.

O museu desenvolve-se e ganha relevo na vida cultural da Figueira da Foz, interrompido em 1910 com o falecimento de Santos Rocha. Como consequência, o Museu entra num período de decadência, interrompido apenas em 1939, sob a direcção do Professor António Vitor Guerra.<sup>199</sup> Durante a sua estadia como diretor do Museu, foi dada prioridade ao desenvolvimento da secção de arte, com a aquisição de obras de pintura e escultura, bem como o depósito de escultura religiosa.<sup>200</sup>

O crescente investimento nas colecções de arte criou limitações de espaço e o museu foi transferido para o segundo piso da Câmara Municipal em 1945. Com esta transição, a museografia foi melhorada, criaram-se secções, como a secção de Armaria, Cerâmica, Numismática, Pintura e Escultura e a anterior Sala de Comparação foi renovada como Sala de Etnografia, as colecções etnológicas foram autonomizadas das colecções de arqueologia e expostas como exemplares independentes.<sup>201</sup>

Mesmo melhorando as condições de exposição dos exemplares, a limitação de espaço exigiu a transferência das colecções para um edifício mais adequado. Em 1962 iniciou-se o projeto para a construção de um novo edifício para o Museu<sup>202</sup> que, todavia, começou a ser construído entre 1966 e 1972.<sup>203</sup> Nesta altura já estava prevista uma sala para etnografia africana num piso intermédio.

---

<sup>199</sup> PEREIRA, Isabel e CARDOSO, Ana Paula – Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Notícia Histórica, in *Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Centenário (1894 – 1994)*, p.48.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Ibidem, p.59 e 60.

<sup>202</sup> Ibidem, p.60.

<sup>203</sup> Ibidem, p.61.

Com o realojamento da coleção no novo edifício a coleção etnográfica foi individualizada definitivamente da coleção arqueológica.<sup>204</sup> Esta coleção inclui exemplares do Congo, Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Timor, Índia e China, incorporados no Museu principalmente no século XIX, através de doações e depósitos feitos por personalidades da rede de contatos de Santos Rocha<sup>205</sup>, tais como o Comandante João Jardim seu familiar e amigo que por depósito cedeu uma coleção timorense que incluía tecidos e objetos relacionados com a tecelagem, cerâmica, acessórios de indumentária, entre outros objetos de uso doméstico.<sup>206</sup>

Atualmente a sala de Etnografia ainda se mantém, expondo exemplares de Moçambique e Timor e na sala de Arte Indo-Portuguesa é exibido o mobiliário de origem oriental. A maioria das coleções de proveniência colonial encontra-se em reserva uma vez que o foco do Museu hoje como nos primeiros tempos, continua a ser as coleções arqueológicas do concelho da Figueira da Foz.

### **3.5.3. COMISSÃO DE CARTOGRAFIA E O INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (1883-2015)**

Em 1882, Guilherme Capelo apresentou um projeto de levantamento da carta hidrográfica de Angola à Sociedade de Geografia e tal ocasião proporcionou a realização da extrema necessidade e urgência de se fazer o levantamento hidrográfico das possessões portuguesas de então, em que muito ainda se encontrava por fazer, e assim, foi encaminhada para o Ministério da Marinha e Ultramar, uma proposta a criação de um grupo de trabalho, especializado, com esforço conjunto de técnicos adequados que de uma forma organizada prosseguissem o trabalho que já teria sido iniciado individualmente.<sup>207</sup> O levantamento cartográfico e a demarcação de fronteiras eram um requisito fundamental para a ocupação efetiva dos territórios coloniais.

O Governo compreende a necessidade apontada, a que não é alheio o facto de o Ministro da Marinha e Ultramar, Pinheiro Chagas ser membro da Sociedade de Geografia e em 1883 é fundada a Comissão de Cartografia, constituída por profissionais com larga experiência como o major de engenharia, Agostinho Pacheco Leite de Bettencourt, o capitão tenente da armada real, Hermenegildo de Brito Capelo e o primeiro tenente da armada real, Roberto Ivens, sendo o primeiro presidente e tutelada por este Ministério.<sup>208</sup>

---

<sup>204</sup> Ibidem, p.67.

<sup>205</sup> PEREIRA, Maria Isabel Sousa – Coleções Orientais do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, *in Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Centenário (1894 – 1994)*, p.161.

<sup>206</sup> Ibidem.

<sup>207</sup> LOBATO, Alexandre – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 49.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 53.

Nos anos da Ditadura, a Comissão de Cartografia é alvo de uma remodelação, inserida numa reforma que visava a reorganização dos serviços do Ministério das Colónias, pelo decreto nº 26 180 de 7 de Janeiro de 1936. Com o desenvolvimento das campanhas de cartografia dos terrenos coloniais quase completas, o reconhecimento geográfico e o estabelecimento de fronteiras praticamente concluídos era fundamental diversificar as áreas de estudo área e ampliar as funções da Comissão de Cartografia, tendo sido esta substituída pela Junta das Missões Geográficas e Coloniais.<sup>209</sup> Competia-lhe entre outras funções, orientar e promover os trabalhos de investigação científica colonial; organizar missões científicas às colónias; conservar o material coletado pelas missões e promover a publicação dos resultados das investigações efetuadas.<sup>210</sup>

O Decreto-lei nº 35 395 de 26 de Dezembro de 1945, indica-nos que a Junta, por diversas dificuldades, só foi efetivamente constituída em 1940. Apesar das dificuldades encontradas, foram realizadas missões nos anos seguintes, cumprindo os planos de investigação científica colonial traçados para o plano quinquenal de 1942-1947 e foi ainda elaborado o Atlas do Império Colonial Português<sup>211</sup>, contudo, tornou-se indispensável melhorar a organização de uma instituição com tamanha dimensão e com as crescentes solicitações de pesquisa científica colonial, antecipava-se o seu continuo desenvolvimento e expansão. O decreto indica-nos que a promoção da ocupação científica do Ultramar por parte do Ministério das Colónias tinha como objetivos: “melhorar as condições económicas e físicas da vida dos indígenas e dos colonos”; “explorar eficientemente os recursos coloniais” e “contribuir para melhor conhecimento do globo”, demonstrando a ligação entre as políticas coloniais e a pesquisa científica nos territórios.<sup>212</sup> Este decreto inclui, ao contrário do anterior, uma preocupação em preservar os originais dos espécimes bem como da documentação coletada durante as missões a ser incluídos num Museu Colonial - cuja organização é incluída nas suas competências<sup>213</sup> - mas pretendia-se que sempre que existam duplicados de exemplares, que estes possam ser oferecidos às Universidades<sup>214</sup>, pretendia-se também que a Junta fosse encarregue da “organização, conservação e estudo do herbário do Ministério das Colónias”, centralizando desta forma todos os herbários que existissem dispersos em outros organismos dependentes.<sup>215</sup>

Em 1973, uma nova reforma na Junta, proporciona-lhe uma maior autonomia administrativa e financeira, reorganiza a sua estrutura com a supressão de certos organismos e a integração de outros,

---

<sup>209</sup> Decreto-lei nº 26 180 de 7 de Janeiro de 1936, p. 14.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>211</sup> Decreto-lei 35 395 de 26 de Dezembro de 1945, pp. 1197 e 1198.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 1198.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 1199.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 1198.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 1200.

como o Arquivo Histórico Ultramarino, o Jardim e Museu Agrícola do Ultramar e o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.<sup>216</sup>

Com o desmembramento do Império Colonial Português após o 25 de Abril, colocaram-se enormes desafios a uma instituição de tão grande envergadura e dispersão espacial de edifícios, cuja fundamentação de existência se focava no estudo científico de um território colonial que o tinha deixado de ser.

Em 1979 a Junta das Missões Geográficas e Coloniais é extinta e é substituída pelo Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical.<sup>217</sup> O decreto-lei indica que todo o património a cargo da Junta irá transitar para o Laboratório, mas não é referido em nenhum momento a situação do Jardim – Museu Agrícola do Ultramar nem do Museu de Etnologia do Ultramar. Em 1982 a designação é alterada para Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) para melhor refletir o seu carácter de instituto público. Entre outras atribuições, competia-lhe “inventariar e organizar, em colaboração com os departamentos ministeriais competentes, o património de índole científica e técnica tropical existente em Portugal”.<sup>218</sup> Este decreto – lei finalmente assegura explicitamente a incorporação do Museu Nacional de Etnologia no IICT.<sup>219</sup>

Após um longo período de indefinição, em 2015 a tutela do IICT é transferida para a Universidade de Lisboa, passando o seu património museológico a ser da responsabilidade do Museu Nacional de Ciência e História Natural.

#### **3.5.4. JARDIM BOTÂNICO COLONIAL DE LISBOA E O MUSEU AGRÍCOLA COLONIAL (ATUAL JARDIM BOTÂNICO TROPICAL DE LISBOA) (1906)**

O Jardim Botânico Tropical, à altura denominado Jardim Colonial, foi criado originalmente em 1906 pelo decreto régio de D. Carlos I, da autoria de Manoel António Moreira Júnior (1866-1953), Ministro da Marinha e do Ultramar, para apoio ao ensino agronómico colonial<sup>220</sup> - estabelecido nesse

---

<sup>216</sup> Decreto-lei nº 583 de 6 de Novembro de 1972, p. 2116.

<sup>217</sup> Decreto-lei nº 532 de 31 de Dezembro de 1979, p.112.

<sup>218</sup> Decreto-lei nº 105 de 8 de Abril de 1982, p. 843.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p. 844.

<sup>220</sup> GONÇALVES, L. J. R. - *Rinocerontes do Museu Agrícola do Ultramar*, p. 108, cit. por CARDOSO, Cláudia – *O Jardim*

*Botânico Tropical/IICT e os seus espaços construídos: uma proposta de reprogramação funcional e museológica integrada.*

Dissertação de mestrado em Museologia e museografia, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2013, pp.34-

35.

mesmo ano, no Instituto Superior de Agronomia e Veterinária<sup>221</sup> - situando-se em terrenos e em estufas da antiga propriedade dos condes de Farrobo, próximo do Jardim Zoológico.<sup>222</sup>

Os terrenos tornaram-se insuficientes para as necessidades de expansão do jardim, condicionado pela sua proximidade com o Jardim Zoológico e conseqüentemente em 1912 o Jardim Botânico Colonial foi transferido para a sua localização atual em Belém, ocupando parte dos terrenos das Reais Quintas de Belém, que incluíam a Quinta da Calheta e o seu palácio e à altura pertencentes ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.<sup>223</sup>

Os jardins existentes foram adaptados a jardim tropical, entre 1910 e 1917, pelo jardineiro – chefe, o agrónomo Henri Navel (1878 -1963), que renova o traçado dos arruamentos e inclui a construção de um lago e de uma estufa.<sup>224</sup>

O Museu Agrícola Colonial, previsto igualmente no decreto régio é instalado no Palácio da Calheta, embora apenas em 1916, devido a atrasos na cedência do palácio, e é finalmente inaugurado em 1929.<sup>225</sup> Este museu tinha como objetivo apoiar o ensino da agronomia e da silvicultura coloniais, em conjunto com o jardim, bem como de divulgar os produtos agrícolas e florestais das colónias, os seus usos e potencialidades económicas. As coleções, distribuídas por doze salas do Palácio, foram constituídas com produtos enviados pelas respetivas administrações coloniais<sup>226</sup> Além da exposição referida, o museu também organizou uma importante Xiloteca, criada em 1914 e continuamente aumentada com as amostras recolhidas durante as missões organizadas pelos técnicos do Jardim e Museu Agrícola Tropical, bem como um Herbário com cerca de 50 000 exemplares, incluído exemplares colhidos pelo botânico suíço-alemão John Gossweiler (1873 – 1952), que foi posteriormente incorporado no herbário do IICT.<sup>227</sup>

Em 1940, devido à sua localização estratégica em Belém e à sua ligação às colónias portuguesas, este jardim recebe a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, exposição já referida no capítulo anterior. No Palácio da Calheta esteve exposto “o artesanato colonial, amostras

---

<sup>221</sup> O Instituto Superior de Agronomia e Veterinária em 1910 é extinto e dá origem ao Instituto Superior de Agronomia (ISA) e à Escola Superior de Medicina Veterinária.

<sup>222</sup> RODRIGUES, Ana Duarte - A Linguagem do Império nas esculturas do Jardim Botânico Tropical em Lisboa, in *Revista Brasileira de História da Mídia*, Volume 5, Número 1, 2016, pp.64 – 65.

<sup>223</sup> RODRIGUES, Ana Duarte - A Linguagem do Império nas esculturas do Jardim Botânico Tropical em Lisboa, in *Revista Brasileira de História da Mídia*, Volume 5, Número 1, 2016, p.65.

<sup>224</sup> DIAS, José – Que fazer com o património das coleções científicas coloniais depois do fim do Império?, in *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - Museologia e Interdisciplinaridade*. Volume 6, Número 11, 2017, p.99.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>227</sup> GOMES, Sara - *Etnobotânica no Jardim botânico Tropical: o seu interesse para o público*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Área de especialização de Natureza e Conservação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, p. 31.



de produtos coloniais e espécimes embalsamadas”<sup>228</sup> e na Estufa Principal foram expostos exemplares da flora colonial, tais como café, cacau, baunilha, entre outros.<sup>229</sup>

Foram construídos pavilhões dedicados a cada colônia e a outros temas como o “Pavilhão dos Cafés Coloniais”, o “Pavilhão das Missões Religiosas” ou o “Pavilhão de Arte Indígena”, entre outros e foram reconstituídas aldeias de nativos “para mostrar os diversos povos do Império Português”<sup>230</sup>. A maioria das estruturas foram removidas após a exposição, mas outras foram mantidas e ainda podem ser encontradas hoje em dia no jardim, como o edifício da Casa Colonial (hoje em dia denominada Casa da Direção), o antigo Restaurante Colonial, o Pavilhão das Matérias Primas e o Arco de Macau,<sup>231</sup> que assinalava a entrada na Rua de Macau, durante a exposição. Os catorze bustos africanos e asiáticos produzidos pelo escultor Manuel de Oliveira, em 1939 e 1940 para a “Galeria dos Povos do Império”, encontram-se atualmente dispersos pelo jardim.<sup>232</sup>

Cinco anos após a Exposição do Mundo Português, o Jardim Colonial e o Museu Agrícola Colonial, até então entidades independentes, fundem-se e deixam de depender pedagogicamente do Instituto Superior de Agronomia (ISA),<sup>233</sup> passando a estar sob a alçada do Ministério das Colônias.<sup>234</sup>

Em 1951, acompanhando a alteração da denominação do Ministério das Colônias para Ministério do Ultramar, também o Jardim e o Museu Agrícola Colonial passam a ser denominados “Jardim e Museu Agrícola do Ultramar” .<sup>235</sup>

Em 1974, com o fim regime do Estado Novo e início do desmembramento do Ministério do Ultramar, a tutela do Jardim - Museu Agrícola do Ultramar é transferida para o Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>236</sup> e em 1983 é integrado no Departamento de Ciências Agrárias do Instituto de Investigação Científica Tropical, aquando da reestruturação desta instituição, já referida anteriormente. A sua designação acompanha a alteração da tutela, passando a designar-se por Jardim – Museu Agrícola Tropical. Segundo o decreto-lei que estabeleceu a reestruturação do IICT, estaria

---

<sup>228</sup> GONÇALVES, L. J. R. - Rinocerontes do Museu Agrícola do Ultramar, in *Rhinos are coming*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes - Universidade de Lisboa, 2014, p. 110.

<sup>229</sup> RODRIGUES, Ana Duarte - A Linguagem do Império nas esculturas do Jardim Botânico Tropical em Lisboa, in *Revista Brasileira de História da Mídia*, Volume 5, Número 1, 2016, p.65.

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> DIAS, José – Que fazer com o patrimônio das coleções científicas coloniais depois do fim do Império?, in *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - Museologia e Interdisciplinaridade*. Volume 6, Número 11, 2017, p. 100.

<sup>232</sup> RODRIGUES, Ana Duarte - A Linguagem do Império nas esculturas do Jardim Botânico Tropical em Lisboa, in *Revista Brasileira de História da Mídia*, Volume 5, Número 1, 2016, pp.65-66.

<sup>233</sup> COSTA, Carina Mendes – *Gestão e Manutenção de Espaços Verdes, Caso de Estudo: Botânico Tropical*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2019, p.11.

<sup>234</sup> GONÇALVES, L. J. R. - Rinocerontes do Museu Agrícola do Ultramar, in *Rhinos are coming*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes - Universidade de Lisboa, 2014, p. 110; Diário do Governo nº 47, 1ªSérie, Portaria nº 10: 888 de 5 de Março de 1945, p. 132.

<sup>235</sup> GONÇALVES, L. J. R. - Rinocerontes do Museu Agrícola do Ultramar, in *Rhinos are coming*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes - Universidade de Lisboa, 2014, p. 110.

<sup>236</sup> Ibidem, p. 111.

previsto a manutenção e aumento das coleções dos exemplares no museu, bem como o desenvolvimento de atividades de intercâmbio científico e museológico<sup>237</sup> contudo, tal não se verificou e o museu fechou nesse ano, embora oficialmente tenha sido extinto em 2006, ano em que o Jardim passa a ter a designação de Jardim Botânico Tropical, que permanece até hoje.<sup>238</sup>

O Palácio da Calheta é readaptado às necessidades decorrentes do processo de reestruturação do IICT e em 2003, no rés-do-chão do edifício é criada uma biblioteca e Centro de Documentação e Informação e um espaço de exposição.<sup>239</sup>

Em 2015, o Jardim Botânico Tropical e o antigo Museu Agrícola Colonial, juntamente com o Instituto de Investigação Tropical são integrados na Universidade de Lisboa, como já referido anteriormente e geridos conjuntamente com o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC),<sup>240</sup> embora já em 2012 se tenham iniciado esforços no sentido de se constituírem reservas visitáveis no Palácio da Calheta e de recuperar as coleções que aqui se encontravam, que incluíam os exemplares que restavam do antigo Museu Agrícola Colonial, tais como a xiloteca e as coleções de etnografia da Missão Antropológica de Moçambique (1936 – 1956), e da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946 – 1947), recolhidas efetuadas pelos investigadores do IICT encaixotadas após o encerramento do Museu na década de 90.<sup>241</sup>

As coleções foram reorganizadas e acondicionadas em quatro salas de reserva no primeiro piso. Duas das salas receberam a coleção remanescente do antigo Museu Agrícola Colonial (1929 – 1992), constituída por um “acervo bastante diversificado, com exemplares de fauna embalsamados e em meio líquido, fibras vegetais, sementes, resinas, utensílios domésticos, alfaias agrícolas, armas, cestaria e artesanato”<sup>242</sup>, na terceira sala foi acondicionado o acervo da Missão Antropológica de Moçambique, constituído por cerca de 700 exemplares recolhidos entre 1936 e 1956 e por último o acervo da coleção etnográfica da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, recolhida em 1946 e

---

<sup>237</sup> Decreto-lei nº 160/ 83 de 19 de Abril de 1983, pp. 1340 – 1341.

<sup>238</sup> COSTA, Carina Mendes – *Gestão e Manutenção de Espaços Verdes, Caso de Estudo: Botânico Tropical*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2019, pp. 11-12.

<sup>239</sup> CARDOSO, Cláudia – *O Jardim Botânico Tropical/IICT e os seus espaços construídos: uma proposta de reprogramação funcional e museológica integrada*. Dissertação de mestrado em Museologia e museografia, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2013, p.61.

<sup>240</sup> DIAS, José – Que fazer com o património das coleções científicas coloniais depois do fim do Império?, in *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - Museologia e Interdisciplinaridade*. Volume 6, Número 11, 2017, p.96.

<sup>241</sup> COSTA, Marta; et al – «Criação de Reservas Técnicas para as Coleções Científicas do IICT - A Work in Progress», p.198.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p.199.

1947, constituída por 91 exemplares de diferentes tipologias, incluindo objetos de adorno, instrumentos musicais e objetos de uso ritual, entre outros.<sup>243</sup>

Recentemente, em 2019 iniciarem –se as obras de requalificação do Jardim, concluídas em 2020, e irão incluir a recuperação do património edificado, como o Restaurante Colonial /Casa de Chá e o Palácio da Calheta, encerrado ao público de momento.<sup>244</sup>

### **3.5.5. COLEÇÕES COLONIAIS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (SÉC. XX)**

Inicialmente os museus da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto foram criados em cada departamento/área científica e ocuparam salas da antiga Faculdade de Ciências desta universidade, a atual Reitoria. Aqui foram criados o Museu de Zoologia, o Museu de Antropologia e o Museu de Mineralogia e Geologia. O Museu de Botânica existiu no edifício do Jardim Botânico da Universidade do Porto, atual Galeria da Biodiversidade – Centro de Ciência Viva.

#### **MUSEU DE ZOOLOGIA**

O Museu de Zoologia da Universidade do Porto foi fundado por Augusto Nobre, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Reitor. Ocupava quatro salas do edifício da Faculdade de Ciências<sup>245</sup>, insuficientes para as coleções que se foram reunindo e com espaço limitado para se expandir.

A maioria das coleções de zoologia são de espécimes de Portugal continental, em especial de animais marinhos, principalmente de moluscos em resultado das colheitas realizadas pelo Professor Augusto Nobre no âmbito das suas investigações. Pontualmente foram oferecidos alguns exemplares provenientes das antigas colónias, nomeadamente exemplares do Brasil muito valiosos, como a coleção de colibris oferecida pelos herdeiros do seu coletor Braga Júnior<sup>246</sup> e um esqueleto montado de um elefante coletado em Moçambique e oferecido pelo Dr. Cláudio Ferreira, médico do Quadro de Saúde do Ultramar.<sup>247</sup>

---

<sup>243</sup> Ibidem.

<sup>244</sup> “Programa de Recuperação e Beneficiação – Jardim Botânico Tropical”, in *Universidade de Lisboa*. Consulta realizada em: 05.04.2021. Disponível em <https://reabilitacao-jbt.ulisboa.pt/>

<sup>245</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.11.

<sup>246</sup> Ibidem, p.12.

<sup>247</sup> Ibidem, p.14.

## **MUSEU MINERALÓGICO E GEOLÓGICO**

O Museu de Mineralogia e Geologia teve a sua origem no fim do século XIX, por iniciativa do Conselheiro Venceslau de Lima (1858 – 1919).<sup>248</sup>

Na década de 60 do século XX, este museu repartia-se por seis salas, quatro no rés-de-chão e duas na sobreloja. Ainda nesta época, foi organizada uma seção de Mineralogia e Petrologia Ultramarinas pelo Prof. Montenegro de Andrade (1918-2012)<sup>249</sup>, geólogo de formação, com experiência em geologia de Angola pelo trabalho desempenhado nos Serviços de Geologia e Minas nessa antiga colónia, foi ainda professor de Mineralogia e Geologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e diretor do Museu Mineralógico e Geológico entre 1964 e 1974.<sup>250</sup>

No rés-de-chão existia a Sala de Estratigrafia, onde estavam expostos grande quantidade de fósseis, a Sala de Paleontologia, a Sala de Petrografia e a Sala de Mineralogia Portuguesa, que incluía algumas amostras das províncias ultramarinas.

Na sobreloja existia a Sala de Mineralogia Estrangeira e a Sala de Petrografia do Ultramar.

## **MUSEU DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

O Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto foi fundado em 1912 por Mendes Correia, o seu primeiro diretor e o primeiro professor de Antropologia da UP.<sup>251</sup> Foi grande impulsionador do desenvolvimento das coleções deste museu, muito por conta dos inúmeros contactos que tinha com personalidades influentes do seu tempo. As primeiras coleções deste museu foram constituídas pelos exemplares recolhidos em escavações efetuadas por si ou por colaboradores da instituição.

Muitos dos exemplares coloniais presentes nestas coleções foram coletados em contexto de investigações promovidas por Mendes Correia devido à sua influência enquanto presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais onde promoveu investigações na área da antropologia, etnologia e arqueologia, em Moçambique, na Guiné, em Timor e em Goa.<sup>252</sup> Mendes

---

<sup>248</sup> Ibidem, p.18.

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.18.

<sup>251</sup> MATOS, Patrícia Ferraz de - *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade: Antropologia Social e Cultural, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012, p.24.

<sup>252</sup> *Etnologia e Arqueologia – Mendes Correia, Ciclo de Exposições “Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores”*, Porto: Universidade do Porto, 2005, p.3.

Correia abordava o estudo científico dos povos coloniais em três campos: Antropologia Física, Etnologia e Arqueologia.<sup>253</sup> Desde o seu falecimento em 1960 que a incorporação de novo acervo diminuiu consideravelmente.<sup>254</sup>

O museu originalmente estava instalado em duas salas de exposição permanente do rés-de-chão do edifício da Faculdade de Ciências, atual Reitoria. Na Sala Metropolitana estavam expostas coleções arqueológicas e etnográficas, incluindo coleções de Antropologia Física em algumas vitrinas, tais como exemplares osteológicos portugueses e coloniais.<sup>255</sup> Na Sala ou Museu Ultramarino eram exibidos diversos exemplares coloniais na sua maioria resultantes das Missões Antropológicas realizadas, tais como exemplares da Guiné, e de Moçambique. Além destes também estavam expostos exemplares de Angola, oferecidos e exemplares de Timor, em menor quantidade.<sup>256</sup> Esta sala existiu até 1974, quando na sequência de um incêndio no edifício a exposição foi desmontada, os exemplares foram acondicionados em reserva e a sala não foi reaberta.<sup>257</sup>

Nas suas reservas existem variadas coleções: Arqueologia, Etnografia, Antropologia, Numismática, Fotografia, Documentação, Instrumentos Antigos e Filmes, divididas em três áreas: Portugal, Colonial e Estrangeiro.<sup>258</sup> Relativamente ao acervo de origem colonial, o museu possui exemplares de Arqueologia provenientes de Angola e Índia, quanto às coleções de Etnografia Colonial, estas são constituídas por objetos provenientes de Macau, Índia, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Guiné e Timor, sendo mais numerosa a coleção de Angola, com várias exemplares que foram incluídos em exposições internacionais.<sup>259</sup> As coleções de Antropologia Colonial incidem principalmente em exemplares osteológicos dado que o foco do ensino da Antropologia da Universidade do Porto era a Antropologia Física, mais do que a Antropologia Cultural como era o caso da Universidade de Coimbra. Nesta coleção existem exemplares da Índia, Angola, Guiné e Moçambique, na sua maioria compostos por crânios.<sup>260</sup> Estes exemplares foram na generalidade enviados por investigadores seus conhecidos ou funcionários coloniais a desempenhar funções no

---

<sup>253</sup> *Ibidem*.

<sup>254</sup> CUNHA, Maria José – As coleções de Arqueologia e Antropologia do Museu de História Natural da Universidade do Porto, in *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología*. Vol.6, 2012, p. 155.

<sup>255</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.15; CUNHA, Maria José – As Coleções Antropológicas do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, in *Actas do 1º Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Vol. I. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2009, p 264.

<sup>256</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.17.

<sup>257</sup> CUNHA, Maria José – As coleções de Arqueologia e Antropologia do Museu de História Natural da Universidade do Porto, in *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología*. Vol.6, 2012, p. 160.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>260</sup> *Ibidem*.

terreno e os restantes objetos provenientes de Moçambique foram coletados durante as Missões Antropológicas e Etnológicas.<sup>261</sup>

Os exemplares de proveniência colonial são em maior número nesta área científica uma vez que a investigação antropológica esteve interligada com o projeto colonial estatal durante o Estado Novo, auxiliando-o e justificando a intervenção nas então colónias portuguesas.

## **MUSEU DE BOTÂNICA**

O Museu de Botânica situava-se na Casa Andersen do Jardim Botânico, no Campo Alegre, (atualmente a Galeria da Biodiversidade) partilhando as instalações com o Instituto de Botânica “Dr. Gonçalo Sampaio”. Neste museu, o foco das coleções incidia principalmente na flora de Portugal continental, expondo coleções botânicas<sup>262</sup> na galeria do edifício, tais como fósseis e peças fabricadas com materiais naturais vegetais, uma coleção de aproximadamente mil amostras de madeira de quase todo o mundo, incluindo Brasil e África.

Em duas vitrines estavam expostas coleções de frutos, sementes e madeiras, coletadas em S. Tomé pelo Prof. Arnaldo Rozeira, diretor do Instituto de Botânica e de Moçambique, coletadas pelo Dr. Santos Júnior, que embora fosse Antropólogo de formação realizou igualmente colheitas de exemplares botânicos e zoológicos durante a Missão Antropológica a Moçambique.

O museu incluía ainda um herbário com 2378 espécies de plantas da flora de Portugal em aproximadamente 9000 exsicatas<sup>263</sup>, incluindo alguns milhares de plantas pertencentes à Flora do Ultramar.<sup>264</sup> Na década de 60 contavam-se, aproximadamente 5000 exemplares provenientes de São Tomé e Príncipe, colhidos pelo Prof. Arnaldo Rozeira durante os três anos em que participou na Missão Científica a esta antiga colónia,<sup>265</sup> 2000 exemplares provenientes de Angola e cerca de 4000 exemplares provenientes de Moçambique.<sup>266</sup>

---

<sup>261</sup> Ibidem, p. 266.

<sup>262</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.20.

<sup>263</sup> Amostra de planta prensada e seca, preparada numa folha de herbário.

<sup>264</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.21.

<sup>265</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.21; COSTA, Ana Rita de Castro – *Coleções Botânicas das ilhas de São Tomé e Príncipe no Herbário PO do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto: desvendar dados científicos e históricos a partir de espécimes de herbário*, Dissertação de Mestrado em Ecologia e Ambiente, Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2019, p. 35.

<sup>266</sup> JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, p.21.

Atualmente estas coleções encontram-se reunidas com as restantes coleções de ciência e de história natural no pólo central do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, criado em 2015, no edifício da Reitoria do Porto.<sup>267</sup>

### **3.6. ESTADO NOVO (1933 – 1974)**

#### **3.6.1. MUSEU DE ETNOLOGIA DO ULTRAMAR (MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA) (1965)**

Nos anos 50 do século XX, observou-se um novo impulso na Antropologia com o grupo liderado pelo antropólogo Jorge Dias (1907–1973). Diretor da Missão de Estudos e Minorias Étnicas do Ultramar Português, constituída pela Junta de Investigações do Ultramar, em conjunto com os seus colaboradores, Margot Dias (1908-2001) e Manuel Viegas Guerreiro (1912–1997), realizam várias campanhas em Angola e Moçambique decorridas entre 1957 e 1961. Como resultado destas expedições, foram coletados aproximadamente 300 exemplares, com os quais foi organizada a exposição “Vida e Arte do Povo Maconde”, em 1959. Esta coleção foi o início do pequeno museu universitário formado por Jorge Dias em 1960, no Instituto Superior de Ciências Sociais Política Ultramarina (ISCSPU) onde lecionava, e que foi sendo enriquecido com material coletado em outras missões ou adquirido a colecionadores privados.<sup>268</sup>

Em 1962, é criado o Centro de Estudos de Antropologia Cultural e a Missão Organizadora do Museu do Ultramar, ambas trabalhando em parceria, sob direção de Jorge Dias, tendo a última como objetivo a recolha, estudo e documentação do que deveria ser reunido no futuro Museu do Ultramar.<sup>269</sup> Anteriormente, em 1945 o Ministro do Ultramar de então, incumbiu a Junta de Investigações do Ultramar de organizar o “Museu Colonial Português”<sup>270</sup>, preparando e conservando os exemplares colhidos nas missões de forma a poderem constituir o acervo deste museu.<sup>271</sup> A intenção seria de criar um museu que reunisse as várias áreas do conhecimento sobre os territórios

---

<sup>267</sup> “Sobre o MHNC- UP”, in Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, [s.d]. Consultado em: 29.09.2021. Disponível em: <https://mhnc.up.pt/sobre-o-mhnc-up/>

<sup>268</sup> LOBATO, Alexandre – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983., p. 418; *Peoples and Cultures - Overseas Museum of Ethnology Lisbon*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972, p. 3.

<sup>269</sup> LOBATO, Alexandre – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 417.

<sup>270</sup> Decreto-lei nº 35 395 de 26 de Dezembro de 1945, p. 1199.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 1198.

do Ultramar. O futuro Museu de Etnologia do Ultramar (atual Museu Nacional de Etnologia) seria uma parte desse museu que se pretendia formar.<sup>272</sup>

A Missão Organizadora do Museu do Ultramar principiou o projeto pela incorporação dos exemplares recolhidos pela Missão das Minorias Étnicas, e posteriormente, foram inventariados os exemplares e coleções etnográficas que se encontravam dispersos por várias instituições dependentes do Ministério do Ultramar.<sup>273</sup>

As primeiras instalações – ainda que provisórias - do Museu de Etnologia do Ultramar tomaram forma no rés-do-chão do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), inaugurado em 20 de novembro de 1962.

Inicialmente o objetivo seria a criação de um museu que representasse a cultura material dos territórios ultramarinos portugueses, contudo Jorge Dias não concordava com a visão dualista da maioria dos museus de etnologia estrangeiros que dividiam a cultura dos povos em civilizada e exótica. Em seu lugar, propunha um museu que documentasse a cultura de Portugal do Ultramar bem como o Portugal metropolitano e eventualmente abarcando a Etnologia Geral, incluindo a cultura de todos os povos.

Embora o Museu tenha sido criado em 1962, apenas foi formalizado em 1965 com a publicação do Decreto nº 46 254 /65 , de 19 de Março, que o reconheceu como uma instituição dependente da Junta de Investigações do Ultramar<sup>274</sup> e conferindo-lhe como principais objetivos “a recolha, conservação, restauro e catalogação de todos os materiais que, pelo seu interesse etnológico ou antropológico, convenha reunir e preservar como centro de educação e órgão impulsionador da investigação dentro dos ramos da ciência que lhe estão adstritos”<sup>275</sup>, revelando uma atitude progressista face ao que era comum na museologia da época, com o interesse em construir um museu que não se limitasse à preservação e exposição de objetos mas que incluísse a componente de investigação do acervo e a educação de públicos.

Os exemplares do museu de Etnologia são apresentados pela primeira vez a um público mais alargado numa pequena exposição organizada na Galeria de Arte Moderna, em Belém em 1965 e em 1972 o Museu faz uma apresentação geral das suas coleções ultramarinas na Galeria Nacional de Arte

---

<sup>272</sup> “Logo que for estruturado o Museu do Ultramar, previsto no nº 20º do artigo 11º do Decreto-Lei nº 35 395, de 26 de Dezembro de 1945, o Museu de Etnologia do Ultramar será integrado nele sob a forma de sector ou de departamento, definindo-se nessa altura a sua articulação com a direcção superior do museu a criar.”, Decreto nº 46 254 de 19 de Março de 1965, p. 344.

<sup>273</sup> LOBATO, Alexandre – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983., p. 418.

<sup>274</sup> *Peoples and Cultures - Overseas Museum of Ethnology Lisbon*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972, p.17 ; Decreto nº 46 254 /65 , de 19 de Março, p. 344.

<sup>275</sup> Decreto nº 46 254 de 19 de Março de 1965, p. 344.



Moderna, em Belém numa exposição designada por «Povos e Culturas»,<sup>276</sup> onde na ocasião, foi anunciada a futura construção de um edifício para instalação do museu<sup>277</sup> que só iria ser inaugurado 1976.

As atividades do Centro de Estudos de Antropologia Cultural e do Museu de Etnologia complementavam-se, dedicando-se às missões de recolha e estudo de culturas, à atividade expositiva e pedagógica, e ao apoio aos museus etnográficos nacionais,<sup>278</sup> pondo efetivamente em prática o que foi idealizado no decreto de 1965, referido anteriormente.

A grande maioria das coleções deste museu pertencem ao *Portugal Ultramarino*, principalmente aos territórios africanos, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde, Timor e Macau, mas também a Portugal metropolitano e insular. Os exemplares foram recolhidos no contexto de uma missão de investigação, organizada pelo museu, ou em outros casos foram doados por instituições ou adquiridos a colecionadores privados de forma a completar lacunas que existiam nas coleções.

Em 1989, o Museu de Etnologia do Ultramar passa para a tutela do então Instituto Português dos Museus (IPM) e altera a sua designação para Museu Nacional de Etnologia.<sup>279</sup> O Museu adquire finalmente um âmbito mais universalista, como seria a intenção do seu fundador e primeiro diretor, Jorge Dias, contudo, perde a componente de investigação, extinta com a mudança de tutela.

### 3.7. PROJETOS DE MUSEUS COLONIAIS NÃO CONCRETIZADOS

Além dos Museus Coloniais que existiram e foram remodelados ou extintos, existiram propostas e projetos para outros museus coloniais que não chegaram a ser concretizados. Dois desses projetos foram apresentados em conferências realizadas em paralelo com exposições coloniais já referidas no capítulo anterior.

---

<sup>276</sup> LOBATO, Alexandre – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 426.

<sup>277</sup> CANTINHO, Manuela – Jorge Dias e o Museu do Homem Português, in *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos, 1883-2010*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010, p. 97.

<sup>278</sup> LOBATO, Alexandre – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 418.

<sup>279</sup> CANTINHO, Manuela – Jorge Dias e o Museu do Homem Português, in *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos, 1883-2010*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010, p. 97.

### 3.7.1. PROJETO PARA UM MUSEU COLONIAL (1934)

Associada à 1ª Exposição Colonial Portuguesa em 1934, foi organizado o primeiro Congresso de Antropologia Colonial no país. O seu foco era principalmente direcionado para a Antropologia Física, muito em voga na época, impulsionada com os trabalhos desenvolvidos por Mendes Correia, contudo entre as comunicações apresentadas, encontram-se duas referindo especificamente a importância e necessidade da criação de um museu de etnologia colonial em Portugal. Debruçamo-nos, especialmente sobre a comunicação apresentada por Luiz Chaves, com o título “Museu etnográfico do Império Português – *Sua necessidade – Um plano de organização*”.

O etnólogo Luiz Chaves apresentou um modelo delineado do museu colonial que pretendia, inclusive com indicação da temática das salas e dos objetos que deveriam incluir. Pretendia que o museu fosse a materialização da “obra civilizadora dos Portugueses através dos tempos” e para tal iria incluir a representação dos territórios coloniais de então e os antigos territórios conquistados pelos portugueses, mas, entretanto, perdidos. O museu seria um exemplo e referência de nacionalidade e glória: “A quem desconheça Portugal, mostre-se-lhe o museu. A quem desconheça a obra dos Portugueses, ontem e hoje, o que foi e o que é, mostre-se-lhe o museu.”<sup>280</sup>

A exposição iria apoiar-se grandemente em objetos com grande impacto visual e de interpretação mais acessível, possivelmente para apelar a um público leigo e generalista embora assumisse uma leitura didática da exposição, era concebida como uma lição. Existiriam mapas dos territórios, mapas políticos, etnográficos, geográficos, estatísticos, coleções de utensílios, manequins representariam ambientes rurais e domésticos característicos de cada região e estátuas de “heróis do Império”<sup>281</sup> e símbolos alusivos aos Descobrimentos como a esfera armilar, representariam a “alma Portuguesa”. A exposição teria um fio condutor, guiado por Camões, que “emprestaria” as estrofes dos Lusíadas à entrada das salas.

Segundo o seu projeto, a visita iniciar-se-ia no vestíbulo, que funcionaria como uma introdução e contextualização, recorrendo a mapas sobre os Descobrimentos e estátuas, de Camões, Infante D. Henrique, D. João I, D. João II, D. Manuel I e a esfera armilar ao centro. O restante museu estaria distribuído por sete secções, que deveriam corresponder ao mesmo número de salas. Seriam abordados os territórios coloniais de então, distribuídos pelos quatro continentes, da Europa Insular, África, Ásia e Oceânia e também os antigos territórios colonizados por Portugal, estes apresentados

---

<sup>280</sup> CHAVES, Luíz – Museu etnográfico do Império Português – Sua necessidade – Um plano de organização, in *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II, p.28.

<sup>281</sup>Ibidem.

em secções complementares, tais como Brasil e Marrocos. As restantes duas salas seriam dedicadas ao folclore e à exposição de bibliografia de carácter iconográfico.

Como referido anteriormente, os elementos sugeridos para as diferentes secções eram idênticos, a museografia da exposição apoiava-se em trechos das estrofes de Camões alusivas à temática da secção, mapas, representação de cenas da vida rural e doméstica com manequins, a exibição de objetos e produtos característicos da região e estátuas de “heróis nacionais” e também de alegorias, tais como a Ásia, a Oceânia e representações estilizadas das diferentes “Raças”. Pretendia-se assim mostrar um “tipo” que fosse facilmente identificável. No caso da Europa insular, incluir-se-iam as estátuas de Gonçalves Zarco, Gonçalo Velho Cabral e Tristão Vaz. No caso da secção de África, e da Ásia, seriam incluídas também “cenas da vida das missões e das guarnições militares”.<sup>282</sup>

O projeto para este museu tinha muitas semelhanças com a Exposição Colonial apresentada no Porto, apoiava-se no impacto visual de mapas e de esculturas heroicas, tal como na Exposição Colonial onde foram apresentados mapas e foram colocadas estátuas de exploradores nos jardins, pretendia-se mostrar o passado glorioso de Portugal e legitimar o prolongamento do projeto de colonização e assim era fundamental mostrar de uma forma fácil e didática a um público leigo os motivos pelos quais Portugal deveria continuar este projeto.

### **3.7.2. PROJETO PARA UM MUSEU COLONIAL (1940)**

Outro projeto para a criação de um Museu Colonial foi apresentado por Joaquim dos Santos Júnior (1901-1990), no Congresso Colonial, evento associado à Exposição do Mundo Português realizada em Lisboa em 1940.

Santos Júnior, à época professor auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Chefe da Missão Antropológica de Moçambique e “discípulo” de Mendes Correia, apresentou o seu projeto para um Museu Colonial numa comunicação que é em parte, resultante das visitas que o Dr. Santos Júnior fez em 1938 aos museus coloniais de Paris, de Bruxelas, de Amsterdão, de Berlim e de Munique, enquanto elemento da comissão encarregue pelo Ministro das Colónias de então, Dr. Francisco Vieira Machado de estudar a criação do futuro Museu Colonial Português.<sup>283</sup>

---

<sup>282</sup>CHAVES, Luíz – Museu etnográfico do Império Português – Sua necessidade – Um plano de organização, *in Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II, p.35 e 38

<sup>283</sup>JÚNIOR, Joaquim Santos – *Museu Colonial: Comunicação apresentada ao Congresso Colonial*, Lisboa: Bertrand, 1940, p.11.

O museu proposto iria enaltecer o “esforço titânico e perseverante que foi necessário despender no descobrimento, conquista e ocupação dos nossos domínios de Além – Mar” mas também iria incluir secções científicas dedicadas a várias áreas do conhecimento aplicadas aos territórios coloniais tais como a etnografia, zoologia, botânica, mineralogia, arte indígena e economia, com o objetivo de divulgar as riquezas do “vasto domínio ultramarino” junto dos visitantes da metrópole e de incentivar a sua emigração para as colónias, mostrando a “extraordinária facilidade de instalação e adaptação do branco na grande maioria das nossas colónias, especialmente de Angola e de Moçambique, que, pela sua vastidão, são aquelas que carecem de maior número de portugueses da metrópole”.<sup>284</sup>

Em consonância com os valores da época, exaltaria os heróis nacionais, tendo como referência os Descobrimientos portugueses e enalteceria o espírito missionário e civilizador com o fim de legitimar a colonização dos territórios ultramarinos portugueses.

A inclusão de temas científicos demonstraria a capacidade portuguesa do domínio do conhecimento colonial e reflete as campanhas das Missões Científicas Coloniais que começaram a ganhar forma na década de trinta do século XX: “A par de salas onde brilha o heroísmo da descoberta e de conquista, onde refulja a santidade da acção missionária e transpareça a acção política de valorização que vem de há séculos, haverá salas de interesse económico, de puro aspecto científico, salas de etnografia, de mineralogia, de zoologia e de botânica. O Museu Colonial será o grande Museu Português.”<sup>285</sup>

O Museu seria instalado em edifício próprio e compreenderia as secções: Secção de História (Descobrimiento, Ocupação e Conquista); Secção de Etnografia; Secção de Ciências Naturais (Antropologia, Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia) e por fim, Secção dos Produtos Coloniais, Economia e Higiene.

A par do Museu Colonial, propõe a criação de um Instituto Colonial dedicado em exclusivo à investigação científica em todos os ramos e que pudesse assim, complementar a ação educativa do museu. Inclui também a possibilidade de existirem exposições temporárias e mesmo de exposições itinerantes e preocupa-se com os serviços técnicos do museu, referindo a inclusão de instalações para receção de peças, conservação e restauro, classificação e inventariação, serviços fotográficos e arquivo, influência com certeza das visitas realizadas aos museus estrangeiros.

---

<sup>284</sup> Ibidem, p.5.

<sup>285</sup> Ibidem, p.7.

### 3.8. CONCLUSÃO

Após a análise das coleções, constatamos que tipicamente as coleções coloniais portuguesas, formadas desde o século XVIII até ao início do século XX, seguiam uma museologia tradicional, que incluía: salas com acumulação de exemplares que eram apenas mostrados, sem legenda ou quando existente incluía pouca informação acerca do exemplar. Primeiro mostrados como troféus exóticos, posteriormente como objetos de comparação do nível de desenvolvimento entre europeus e africanos e finalmente como uma coleção individual. Excetua-se o Museu Nacional de Etnologia, criado nos anos cinquenta, do século XX e que adotou uma museologia mais progressista, que seguia os ideais da Nova Museologia. A disposição dos exemplares foi mais cuidada, com maior contextualização e preocupação com a “cenografia”. A investigação das coleções era incluída como um dos objetivos do museu.

Constatamos que efetivamente nenhum museu dedicado a coleções coloniais vingou com sucesso. Os primeiros museus com coleções de origem colonial, formados no século XVIII, tais como o Museu da Ajuda ou o Museu da Academia de Lisboa, viram as suas coleções serem dispersas por outros museus, ambos com dificuldades financeiras na manutenção do seu acervo. Desta época, ainda resiste o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, herdeiro do Museu de História Natural. O primeiro museu dedicado às coleções coloniais que é fundado, é criado sob a tutela do Ministério da Marinha e do Ultramar e não consegue vingar, muito por conta da sua equipa reduzida, um financiamento insuficiente e a pouca visibilidade que as suas instalações lhe proporcionavam. Poucos anos após a sua abertura, as suas coleções são transferidas para o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Sendo esta instituição privada, o seu museu teve pouco apoio financeiro e funcionários insuficientes, tendo pouca visibilidade. O antigo Museu Etnográfico Português e o Museu Municipal Santos Rocha, fundados com um ano de diferença, nunca tiveram como objetivo formar uma coleção colonial de referência uma vez que apenas eram usadas como coleções comparativas.

O Instituto de Investigação Científica Tropical, foi incumbido em 1945 de criar um grande Museu Colonial Português, que não chegou a ser concretizado na totalidade. Este museu estava projetado para abarcar as várias áreas do conhecimento relacionado com as colónias portuguesas, sendo o Museu de Etnologia do Ultramar (atual Museu Nacional de Etnologia) considerado parte desse grande museu que se havia de criar no futuro. O Museu Nacional de Etnologia foi o único museu que foi construído de raiz com o objetivo de ser um museu colonial nacional, todavia o seu criador e primeiro diretor pretendia a criação de um museu de carácter universalista, sem distinção entre etnologia colonial e etnologia europeia.

Verifica-se que existe uma grande ignorância sobre os acervos coloniais, são pouco conhecidos pelos investigadores e do público, pouco investigados e divulgados,<sup>286</sup> consequência problemática do pós 25 de Abril em que muitas coleções coloniais atravessaram um período de incerteza e de cortes de financiamento.

Embora saibamos alguns processos em que os exemplares coloniais chegaram aos museus de Portugal, exemplares esses que carregam a memória dos povos e locais que representam, não nos revelam o contexto e o relacionamento entre as populações colonizadas e os colonizadores em territórios tão vastos como a Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Timor e Goa. Como musealizar as histórias e vivências experienciadas durante a época colonial através da cultura material presente num museu? Um projeto para este museu será desenvolvido no quarto capítulo.

---

<sup>286</sup> CANTINHO, Manuela – Coleções etnográficas extra-ocidentais em Portugal: passado, presente e futuro. *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa, 2010, pp.1- 10., p. 8.

## 4. DEBATES ATUAIS SOBRE A REPRESENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PASSADO COLONIAL PORTUGUÊS – O CASO DO “MUSEU DAS DESCOBERTAS”

### 4.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo coloca-se em perspetiva o debate decorrido, em 2018 e 2019, em torno da possível construção de um “Museu das Descobertas”, em Lisboa, e que envolveu agentes políticos, académicos e membros da sociedade civil. Embora a tentativa de criar um museu desta temática em Lisboa tenha sido recorrente em várias épocas anteriores - tendo sido sempre infrutífera -, procura-se compreender que argumentos foram utilizados atualmente para apoiar ou criticar a sua construção, bem como outros tópicos e preocupações que foram abordados. Inclui-se a opinião do Primeiro-Ministro, António Costa (o Presidente da República não emitiu nenhuma opinião pública a este respeito, de que tenhamos tido conhecimento) e da associação mais relevante para a museologia portuguesa, o ICOM – Portugal. Para o efeito, efetuámos uma recolha de artigos publicados em periódicos *online*, principalmente artigos de opinião escritos por historiadores e profissionais de museus. Foram também efetuadas visitas a espaços museológicos dedicados aos Descobrimentos, tais como o Museu dos Descobrimentos, em Belmonte, e o World of Discoveries no Porto, permitindo-nos analisar as narrativas escolhidas para a museografia deste tema.

### 4.2. ANTECEDENTES

Como referido, este não foi o primeiro projeto proposto em anos recentes sobre esta temática. Recuando a 2012, existiu um projeto/ideia para o “Museu da Viagem Portuguesa” promovido pelo Secretário de Estado de Cultura, Barreto Xavier que propunha a sua instalação no novo edifício construído para o Museu dos Coches. Contudo o edifício já estava em fase de conclusão e não seria possível alterar as suas funções, pelo que as novas instalações do Museu dos Coches foram inauguradas em 2015.<sup>287</sup>

A designação do museu prendia-se com o facto de Portugal ser “uma terra de viajantes - os que chegam e os que partem. Há uma viagem coletiva a contar, que pode ser balizada com o início da nacionalidade e percorrida até aos dias de hoje, com todos os portugueses que estão espalhados pelo

---

<sup>287</sup> XAVIER, Jorge Barreto – “Museus, Poder, Comunidade – uma hiperconectividade evidente” in *Observador*, 18 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 29.10.2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/museus-poder-comunidade-uma-hiperconectividade-evidente/>

mundo, com todos os que aqui fixam a sua casa.”<sup>288</sup> Ou seja, pretendia mostrar a globalização impulsionada pelos portugueses e que segundo Barreto Xavier poderia igualmente ter a designação de Museu das Descobertas. Barreto Xavier não concordava com a criação de um museu municipal, mas sim nacional e propunha o edifício da Cordoaria Nacional como espaço para instalar o futuro museu.

Em 2015, Fernando Medina num projeto feito em parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Turismo, propunha a criação de um núcleo dedicado aos Descobrimentos na Ribeira das Naus. Nesta ocasião, a proposta de criação deste museu não levantou tanta controvérsia como a que se verificou mais recentemente. Fosse porque não teve a mesma visibilidade na comunicação social ou porque a polémica da hipotética instalação do edifício em doca seca se sobrepôs ao tema do museu, o que é certo é que não suscitou os mesmos debates que aconteceram em 2018.

De referir que este primeiro projeto de Fernando Medina não teve desenvolvimento, uma vez que foi chumbado pela Direcção-Geral do Património Cultural (GGPC) e pela Secção do património arquitetónico e arqueológico do Conselho Nacional de Cultura. Esse projeto consistia na construção na Ribeira das Naus, antiga estrutura portuária do século XVIII, de um edifício com uma área de “cerca de 1500 m<sup>2</sup>” e a instalação de “um objecto” com “a forma e a volumetria de uma nau”, com cerca de 40 metros de comprimento.<sup>289</sup> Na réplica da nau os visitantes iriam ver como é que se construíam os navios e como é que as viagens eram preparadas<sup>290</sup> e o outro edifício seria um espaço museológico.

O projeto foi apoiado por um protocolo entre a Marinha, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Associação de Turismo de Lisboa e a sua abertura estava prevista para o Verão de 2016.<sup>291</sup>

Os chumbos prenderam-se principalmente com o facto de o projeto pôr em causa as características da Doca Seca, não estando assegurada a devida conservação das estruturas originais da Ribeira das Naus, e perturbar a sua leitura e o risco de segurança pública devido às previsões de subida do nível do mar, bem como o risco de expor tesouros nacionais num local tão vulnerável. Com críticas tão fortes ao projeto de edificação do museu, não houve espaço de debate para criticar o conteúdo do mesmo e este projeto ficou sem efeito.

---

<sup>288</sup> Ibidem.

<sup>289</sup> BOAVENTURA, Inês – “Museu em forma de nau chumbado por ser intrusivo e representar um perigo “ in *Público*, 5 de Março de 2016. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/03/05/local/noticia/museu-em-forma-de-nau-chumbado-por-ser-intrusivo-e-representar-um-perigo-1725249>

<sup>290</sup> PINCHA, João Pedro - “Da nau enalhada à Descoberta discreta, um museu aos tropeções”, in *Público*, 19 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/19/culturaipsilon/noticia/da-nau-enalhada-a-descoberta-discreta-um-museu-aos-tropecoes-1830528>

<sup>291</sup> Ibidem.



### 4.3. PROJETO PARA UM MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS

Apesar de o projeto idealizado em 2015 não ter sido realizado, a intenção não foi esquecida e ressurgiu em 2017. Em 30 de Agosto de 2017, Fernando Medina apresentou o seu programa eleitoral para as eleições autárquicas de outubro de 2017, tendo em vista o mandato de 2017 - 2021. Entre as propostas para a área da Cultura, Fernando Medina propunha “Criar o Museu da Descoberta, como estrutura polinucleada na cidade que inclua alguns espaços/museus já existentes e outros a criar de novo, e que promova a reflexão sobre aquele período histórico nas suas múltiplas abordagens, de natureza económica, científica, cultural, nos seus aspetos mais e menos positivos, incluindo um núcleo dedicado à temática da escravatura.”<sup>292</sup> Apesar de não adiantar muito acerca do projeto nem do conteúdo expositivo que se pretendia incluir, é notória a disponibilidade para abordar os Descobrimentos numa vertente mais ampla e transversal, incluindo temas mais desconfortáveis como a escravatura. No programa de governação da cidade de Lisboa a descrição do futuro museu é semelhante, mudando apenas a designação do museu que é alterada para “Museu da Descoberta”. Esta é a primeira de muitas designações que serão propostas e debatidas sobre este projeto de museu e que iremos analisar de seguida.

Curiosamente, outra coligação política (CDS - PP – MPT – PPM), igualmente candidata à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, também apresentou uma proposta semelhante no Programa de Governo e não teve as mesmas repercussões que a realizada por Fernando Medina porque provavelmente não foi divulgada na comunicação social. A coligação CDS – PP – MPT – PPM, propunha criar “a «Casa dos Descobrimentos», um ponto de partida interpretativo, interativo e adequado a públicos de todas as idades, que enquadre a história das nossas navegações e seja o ponto de partida para um roteiro de visita à Lisboa dos Descobrimentos, passando pelos monumentos, ruas e museus, explicando e chamando a atenção para os aspetos e as peças mais relevantes.”<sup>293</sup>

---

<sup>292</sup> *Programa de Governo da cidade de Lisboa, 2017/2021*, p.100.

<sup>293</sup> *Assunção Cristas pela Nossa Lisboa - Programa Eleitoral, 2017/2021*, Nossa Lisboa, Coligação CDS- PP – MPT – PPM, p.103.

#### 4.4. RECEÇÃO DA PROPOSTA

A proposta não teve reações imediatas na comunicação social, mas em Março do ano seguinte, a publicação de um artigo no jornal *Expresso* sobre a criação de um memorial da escravatura em Lisboa, acendeu a discussão.<sup>294</sup> O monumento foi um dos projetos aceites no âmbito do Orçamento Participativo de Lisboa 2017/18, proposto por uma associação de afrodescendentes (DJASS – Associação de Afrodescendentes). Comentando a possibilidade de este memorial ser construído em conjunto com o Museu das Descobertas, a presidente da associação, Beatriz Dias, não considerava que o projeto proposto se enquadrasse no referido museu e refere que o monumento a criar seria contra a celebração das Descobertas. Seria um “monumento que dê a conhecer o passado, reconheça o papel de Portugal no comércio de escravos, a resistência das populações africanas e aborde os efeitos deste comércio na existência do racismo atual”.<sup>295</sup> Beatriz Dias considerou também que este memorial poderia ser um primeiro passo para a futura criação de um museu da história da escravatura e do colonialismo.<sup>296</sup>

A possibilidade de ambos os projetos serem realizados em conjunto prende-se com o facto de a proposta para o Museu dos Descobrimentos incluir um núcleo dedicado à escravatura, deixando pouco claro se a referência seria uma sala do museu ou um memorial.<sup>297</sup> O mesmo artigo inclui ainda alguns testemunhos de investigadores e historiadores, que apresentaram brevemente a sua opinião acerca da designação e da criação do Museu dos Descobrimentos, com argumentos a favor e contra.

Em abril de 2018 é publicado, no jornal *Expresso*, uma carta aberta que junta mais de uma centena de assinaturas contra a designação de “Museu das Descobertas”. Entre os participantes contam-se historiadores e cientistas sociais, portugueses e estrangeiros. Posicionavam-se contra a designação de “Museu das Descobertas” porque consideravam que essa designação “cristaliza uma incorrecção histórica”, pois apesar de o “vocábulo «descobrimento» no singular e no plural, ter sido utilizado nos séculos XV e XVI para descrever o facto de se terem encontrado terras e mares

---

<sup>294</sup> MARTINS, Christiana – “Lisboa terá um memorial da escravatura” in *Expresso*, 17 de Março de 2018. Consulta realizada em: 2.11.2021. Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2018-03-17-Lisboa-tera-um-memorial-da-escravatura>

<sup>295</sup> MARTINS, Christiana – “Lisboa terá um memorial da escravatura” in *Expresso*, 17 de Março de 2018. Consulta realizada em: 2.11.2021. Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2018-03-17-Lisboa-tera-um-memorial-da-escravatura>

<sup>296</sup> CANELAS, Lucinda - “Um memorial aos escravos para que Portugal se ponha no lugar das vítimas”, in *Público*, 22 de Novembro de 2017. Consulta realizada em: 7.11.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/11/22/local/noticia/um-memorial-aos-escravos-para-que-portugal-se-ponha-no-lugar-das-vitimas-1793404>

<sup>297</sup> MARTINS, Christiana – “Lisboa terá um memorial da escravatura” in *Expresso*, 17 de Março de 2018. Consulta realizada em: 2.11.2021. Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2018-03-17-Lisboa-tera-um-memorial-da-escravatura>

desconhecidos na Europa”, é uma referência eurocêntrica.<sup>298</sup> Uma vez que o resultado da expansão foi o contato com povos de outras culturas era importante incluir o seu ponto de vista como parte interveniente nesse processo, em vez de serem reduzidos ao “papel de objecto da acção descobridora”. A designação “Museu das Descobertas” iria, segundo os subscritores, reduzir os factos históricos ao ponto de vista português, “impondo-o a outros que dele não partilham” e, em vez disso, deveria valorizar as experiências de todos os intervenientes envolvidos.<sup>299</sup> Outra das justificações para a escolha de outro nome para o museu prende-se com o facto de a expressão “Descobrimientos” estar bastante conotada com o Estado Novo, por ter sido frequentemente utilizada para celebração de um passado histórico glorificado. Sublinham que “a questão não é apenas a do nome, mas aquilo que o nome representa enquanto projecto ideológico.” Apresentam ainda o exemplo de alguns museus que consideram que tenham sido espaços “determinantes nas novas formas de pensar a história”<sup>300</sup>, tais como o National Museum of African American History & Culture, o Museu Afro Brasil e o International Slavery Museum em Liverpool.

#### 4.5. DESENVOLVIMENTO DOS “DEBATES” NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em abril e maio de 2018 foram publicados vários artigos de resposta aos argumentos apresentados nesta carta aberta. As questões levantadas prenderam-se principalmente na designação escolhida e no seu significado e interpretação.

Certos historiadores mostraram-se a favor do uso da designação “Descobrimientos”, justificando que apesar de a palavra ter sido bastante usada durante o Estado Novo, já era um termo utilizado antes de Salazar e que se continuou a usar muito depois. A este respeito, salientaram a existência da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos, “sem que essa designação tenha conotado a dita comissão com o salazarismo ou imposto alguma carga ideológica ao seu trabalho ou ao país.”<sup>301</sup>

Outros intervenientes no debate afirmaram que as palavras são passíveis de transmitir uma grande carga ideológica e que o seu uso deve ser questionado, referindo a sua conotação com o Estado

---

<sup>298</sup> MARGATO, Cristina – “A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão?”, in *Expresso*, 12 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 8.11.2021. Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->

<sup>299</sup> MARGATO, Cristina – “A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão?”, in *Expresso*, 12 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 8.11.2021. Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->

<sup>300</sup> *Ibidem*.

<sup>301</sup> MARQUES, João Pedro – “A palavra Descobrimientos não está proscrita nem tem peçonha”, in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 2018. [Em linha] Consulta realizada em: 8.11.2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/a-palavra-descobrimientos-nao-esta-proscrita-nem-tem-peconha-9286037.html>

Novo e a Exposição do Mundo Português, frequentemente utilizada nesse contexto para a celebração de um passado histórico glorificado. Consideraram que a discussão acerca do significado da palavra “descobertas” é necessária e contribui para a criação de uma sociedade mais crítica e informada,<sup>302</sup> ao contrário de outras opiniões que não entendiam a relevância do nome do museu e que consideravam que o que era pretendido era uma neutralização da designação, para corresponder a uma “obsessiva consideração pelo politicamente correto”.<sup>303</sup>

É visível a forma como as opiniões se tornam extremadas, pendendo de um lado a vontade de celebrar e dar visibilidade a um tempo áureo de Portugal e de outro lado a vontade de dar visibilidade apenas à discriminação, injustiça e violência infligidas na época colonial. “Há uma guerra cultural e política entre, por um lado, os que pretendem celebrar os descobrimentos e a Expansão como um encontro excepcional de culturas, de desenvolvimento tecnológico e científico e, ainda de formas de integração; e por outro lado, os que insistem na violência, na exploração do trabalho, no escravagismo e nos modos de discriminação racial. Inútil negá-lo: essa guerra está instalada na academia, nas instituições políticas e nos mais diferentes círculos de opinião.”<sup>304</sup>

Uma das dificuldades de tratar este tema com o devido distanciamento e racionalidade deve-se ao peso do mito que evoca, demasiado enovelado na narrativa identitária nacional. Esta questão foi levantada por Maria de Lurdes Rodrigues no seu artigo de opinião.<sup>305</sup> A autora considerou que a celebração da identidade nacional e as críticas ao colonialismo não têm de ser objetivos opostos.

As narrativas identitárias de uma nação permitem construir um sentimento de pertença nacional. A narrativa identitária assenta num “mito sobre a sua idade de ouro”.<sup>306</sup> Eliminar o mito seria eliminar a ideia de nação. A autora, contudo, considerou que o mito é “uma história que evolui com a história, em permanente atualização.” “Por exemplo, no caso português, a referência às descobertas como momento-chave da narrativa identitária pode incluir, como no passado, a referência ao papel de Portugal na chamada evangelização e civilização de outros povos, ou seja, ao colonialismo visto com lentes cor-de-rosa, ou centrar-se na celebração da aventura, da inovação e da mundialização. A primeira narrativa dificilmente será compatível com um Portugal mais cosmopolita e capaz de criar um

---

<sup>302</sup> XAVIER, Ângela Barreto – “Descobertas”: uma palavra pequena”, in *Público*, 8 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/08/culturaipsilon/opiniao/descobertas-uma-palavra-pequena-1829112>

<sup>303</sup> ROQUE, Maria Isabel – “Museu que nasce torto”, in *A.MUSE.ARTE*, 26 de Abril de 2018. [Em linha] Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/2245>

<sup>304</sup> CANELAS, Lucinda - “O atraso em que nos encontramos na História da escravatura impressiona”, in *Público*, 19 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/05/19/culturaipsilon/entrevista/o-atraso-em-que-nos-encontramos-na-historia-da-escravatura-impressiona-1830526>

<sup>305</sup> RODRIGUES, Maria de Lurdes – “Descobertas ou colonialismo?” in *Diário de Notícias*, 30 de Maio de 2018. [ Em linha ] Consulta realizada em: 29.10.2021 Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/maria-de-lurdes-rodrigues/descobertas-ou-colonialismo-9391798.html>

<sup>306</sup> Ibidem.

sentimento de pertença inclusivo, mas a segunda não só pode ser compatível com um Portugal moderno como é legítima.”<sup>307</sup> Considerou que a história do colonialismo e da escravatura deve ser conhecida, mas não é a base de um sentimento coletivo de pertença e não substitui uma “narrativa identitária construída em torno da epopeia (depurada) das descobertas”.<sup>308</sup>

Um Museu das Descobertas ao focar-se no que pode ser considerado o orgulho coletivo da sociedade atual, na sua diversidade e heterogeneidade, pode permitir a reconstrução da narrativa identitária nacional de forma mais inclusiva. Segundo a autora, a não concretização do projeto pode dar azo à manutenção da “narrativa clássica impregnada com visões chauvinistas e coloniais que promovem o preconceito e naturalizam a discriminação”.<sup>309</sup> Deveríamos “estar mais concentrados em discutir com cuidado o que deveria constar do futuro museu do que na missão impossível de substituir a celebração do orgulho nacional pela culpa do passado histórico” e acredita que é possível celebrar o passado com uma narrativa identitária mais inclusiva, que caso seja ignorada pode ter consequências mais danosas.<sup>310</sup> A autora apoia ainda a criação de um museu e memorial do colonialismo e da escravatura, não para julgar, mas para repor a verdade histórica, “não com objetivos de celebração, mas de explicação e de reconhecimento”<sup>311</sup>.

#### 4.6. CARTA ABERTA DE AGENTES CULTURAIS

A 21 de Maio de 2018 foi publicada outra Carta Aberta, desta vez assinada por historiadores de arte, artistas e outros profissionais do sector cultural que se posicionaram contra a designação de “Museu dos Descobrimentos”, pelo seu carácter glorificador. Apelaram à revisão dos termos “descoberta”, “descobrimentos” e outros termos que consideraram eufemismos, como “primeira globalização”, “viagem”, “diáspora”, “interculturalidade” como um ponto de partida para uma discussão mais ampla.<sup>312</sup> À semelhança de outras opiniões, defenderam um museu que mostrasse a pluralidade de visões, inclusivo e diverso, que transmitisse a complexidade da história e que integrasse as várias comunidades que fizeram parte do império português. Apesar de não concordarem com a designação do museu, mostraram-se disponíveis para constituir um “grupo de trabalho que debata

---

<sup>307</sup> RODRIGUES, Maria de Lurdes – “Descobertas ou colonialismo?” in *Diário de Notícias*, 30 de Maio de 2018. [ Em linha ] Consulta realizada em : 29.10.2021 Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/maria-de-lurdes-rodrigues/descobertas-ou-colonialismo-9391798.html>

<sup>308</sup> Ibidem.

<sup>309</sup> Ibidem.

<sup>310</sup> Ibidem.

<sup>311</sup> Ibidem.

<sup>312</sup> “Agentes culturais contra a designação e missão do “Museu da Descoberta”, in *BUALA*, 21 Maio 2018. Consulta realizada em : 28.10.2021 Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/agentes-culturais-contra-a-designacao-e-missao-do-museu-da-descoberta>

um projeto museológico plural e questionador”; sugeriram temas concretos a serem abordados no museu e preocuparam-se com o impacto do passado no presente, sugerindo a inclusão de temas relacionados com a repercussão da História na atualidade, tais como os “nanoracismos” e as implicações da atual lei da nacionalidade em relação às pessoas afrodescendentes. Por fim, consideraram esta questão como uma “oportunidade histórica” de pensar um museu que incluía toda a diversidade de que é composta a cidade de Lisboa e o país.<sup>313</sup>

#### 4.7. PONTO DE VISTA UNILATERAL OU ACEITAÇÃO DE OUTROS “OLHARES”?

Outra questão levantada foi a forma de abordar o tema. Seria correto contruir um espaço expositivo sobre um tema narrado apenas segundo o ponto de vista português? Deveríamos incluir os pontos de vista de outros intervenientes dado que os Descobrimentos foram um período de grande interação entre diversos povos? Deveremos considerar as “vozes” desses intervenientes? Criar um museu segundo um ponto de vista português será impor um ponto de vista aos visitantes?

O historiador João Pedro Marques considera que só faria mesmo sentido o futuro museu mostrar o ponto de vista português, dado que o museu está em Portugal. É acrescentado também que a inclusão de vários ângulos de um acontecimento não é possível ou que poderia tornar-se uma amálgama em vez de um enriquecimento. “Aquilo que se obtém por um lado perde-se pelo outro”, alegando que o “que se ganha em diversidade perde-se em profundidade (...)” e não seria possível criar um museu se se tivesse de considerar o ponto de vista de todos os envolvidos.<sup>314</sup>

Outras opiniões iam no sentido de mostrar a necessidade de contar a história segundo múltiplas perspetivas. Alexandre Matos refere a necessidade de os objetos “contarem” uma história global. Defende a abordagem da história em múltiplos ângulos. As coleções incluídas deveriam contar a história das diferentes culturas “(...) onde todos os intervenientes pudessem sentir reflectidas as suas conquistas, angústias, derrotas, confrontos, retrocessos, etc. Um museu com lado A e lado B que nos daria a possibilidade de ouvir cada lado e aprender ou acrescentar conhecimento e mais lados, ou seja, não um museu diplomático, mas sim um museu de narrativas. Não de compromissos, mas sim da verdade baseada em factos científicos e provas documentais (...)”<sup>315</sup>

---

<sup>313</sup> “Agentes culturais contra a designação e missão do “Museu da Descoberta”, in *BUALA*, 21 Maio 2018. Consulta realizada em: 28.10.2021. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/agentes-culturais-contra-a-designacao-e-missao-do-museu-da-descoberta>

<sup>314</sup> MARQUES, João Pedro – “A palavra Descobrimentos não está proscrita nem tem peçonha”, in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 8.11.2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/a-palavra-descobrimentos-nao-esta-proscrita-nem-tem-peconha-9286037.html>

<sup>315</sup> MATOS, Alexandre – “Museu das Descobertas – um pequeno contributo”, in *Museion*, 4 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <http://mouseion.pt/2018/05/3388/>

Ângela Barreto Xavier chama a atenção que se o museu se focar apenas nas viagens e inovações científicas que aconteceram graças aos Descobrimentos estará a omitir as relações complexas que se estabeleceram entre as sociedades, tais como a escravidão, o racismo, a emigração e a guerra que também deveriam ser incluídas.<sup>316</sup>

Outros autores não concordam com um museu apenas dedicado à época dos Descobrimentos, alegando que o facto de se centrar o tema de um museu neste período seria dar uma visão parcial da história, “centrada no nosso olhar”. Em alternativa, é proposto o Museu da Viagem, em que o ciclo dos Descobrimentos seria incluído, mas juntamente com outros exemplos de migrações, desde a época romana até à emigração “a salto” na segunda metade do século XX, ou a imigração proveniente do leste europeu, porque todos construíram o país que somos.<sup>317</sup>

Outra opinião – a de Pedro Lains - sugere a criação de um Museu sobre a História de Portugal. Mais uma vez, considera-se que um Museu dos Descobrimentos teria um foco pouco amplo na nossa história e seria melhor criar “um museu que mostre as origens diversas de um país diverso num mundo diverso, de Viriato a Marco Paulo”<sup>318</sup> e que permita compreender os vários tempos históricos do país e enquadrar os Descobrimentos num contexto, nacional e internacional próprio.<sup>319</sup>

Chama-se a atenção para o facto que, mais importante do que discutir a designação, seria a discussão acerca da musealização deste tipo de património, relacionado com o passado colonial, que está atrasada no nosso país. “Mais importante do que discutir a nomenclatura de um futuro museu parece ser a discussão acerca da musealização deste património – o que não é o mesmo que discutir a emergência de um novo museu. Esta é, de resto, uma discussão com fraco impacto em Portugal, apesar do enquadramento teórico que tem vindo a ser desenvolvido a nível internacional ao longo das últimas décadas.”<sup>320</sup>

---

<sup>316</sup> XAVIER, Ângela Barreto – “Descobertas”: uma palavra pequena”, in *Público*, 8 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/08/culturaipsilon/opiniao/descobertas-uma-palavra-pequena-1829112>

<sup>317</sup> RAPOSO, Luís – “Um museu, muitos nomes: a narrativa de Portugal e o Mundo”, in *Público*, 18 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 29.9.2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/04/18/culturaipsilon/opiniao/um-museu-muitos-nomes-a-narrativa-de-portugal-e-o-mundo-1810476>

<sup>318</sup> LAINS, Pedro – “Nem Descobrimentos nem Expansão”, in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 29.9.2020 Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/nem-descobrimentos-nem-expansao-9293237.html>

<sup>319</sup> Ibidem.

<sup>320</sup> ROQUE, Maria Isabel – “Museu que nasce torto”, in *A.MUSE.ARTE*, 26 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021 Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/2245>

#### 4.8. QUE ACERVOS INCLUIR?

Existem acervos relacionados com a expansão marítima portuguesa, embora dispersos por vários museus, que têm pouco apoio financeiro e poucos funcionários: o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Etnologia, a Academia das Ciências de Lisboa, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Arquivo Histórico Ultramarino, a Torre do Tombo, a Casa do Infante, o Museu do Azulejo, o Museu de Lisboa, o Museu dos Coches, as coleções de antropologia da Universidade de Coimbra.<sup>321</sup>

A dificuldade em reunir acervos para um futuro museu foi igualmente verificada no início da década de 1990 quando foi organizada uma comissão com o intuito de estudar a inclusão do Museu da Diáspora no Centro Cultural de Belém. Segundo o historiador de arte, Pedro Dias, que participou nesta comissão, não chegaram a existir reuniões, uma vez que a formação desse museu “implicava o desfalque de vários museus”.<sup>322</sup>

Uma hipótese sugerida para a resolução do problema de retirar exemplares importantes de museus já existentes seria a utilização de réplicas ou de representações digitais<sup>323</sup> ou, como alternativa, a criação de um programa que articulasse “várias instituições capazes de pensar a nossa história da expansão e o nosso legado imperial e colonial”, incluindo por exemplo o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Etnologia, o Centro Cultural de Belém e o Padrão dos Descobrimentos.<sup>324</sup>

Outros historiadores afirmaram pelo contrário, que o problema seria a falta de espólio para incluir num possível Museu dos Descobrimentos, considerando este um argumento que invalidaria a sua criação. “Nunca haverá peças suficientes para um Museu dos Descobrimentos ou da Expansão. Não há um número suficiente de objectos por aí espalhados à espera de serem reunidos. (...) Não há vestígios de uma única nau; o número de instrumentos de navegação é escasso; não há um espólio de Bartolomeu Dias, de Vasco da Gama ou de Pedro Nunes. Há cartas, documentos, pinturas e outras

---

<sup>321</sup>ROQUE, Maria Isabel – “Museu que nasce torto”, in *A.MUSE.ARTE*, 26 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021 Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/2245> e MATOS, Alexandre – “Museu das Descobertas – um pequeno contributo”, in *Museion*, 4 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021 Disponível em <http://mouseion.pt/2018/05/3388/>

<sup>322</sup> “Ministro da Cultura diz que faz falta um museu dos Descobrimentos”, in *Público*, 28 de Abril de 2009. Consulta realizada em: 3.11.2021 Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/04/28/jornal/ministro-da-cultura-diz-que-faz-falta-um-museu-dos-descobrimentos-304495>

<sup>323</sup> MATOS, Alexandre – “Museu das Descobertas – um pequeno contributo”, in *Museion*, 4 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <http://mouseion.pt/2018/05/3388>

<sup>324</sup> CANELAS, Lucinda - “O atraso em que nos encontramos na História da escravatura impressiona”, in *Público*, 19 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/05/19/culturaipsilon/entrevista/o-atraso-em-que-nos-encontramos-na-historia-da-escravatura-impressiona-1830526>



coisas, que faria sentido reunir. E há objectos que podem representar os mundos a que os navegadores e os comerciantes chegaram. Mas tudo isso não encherá um museu.”<sup>325</sup>

#### 4.9. MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DOS MUSEUS EXISTENTES

A proposta para o museu é cientificamente bem fundamentada ou apenas motivada pelo turismo crescente em Lisboa? Alguns participantes no debate alegaram que se subentende uma “estratégia de promoção e oferta turística”<sup>326</sup> e que não era compreensível a urgência em criar um novo museu quando já existiam tantos museus a funcionar sem os devidos apoios. Muitos dos comentários referiram a necessidade de melhorar as condições dos museus já existentes em detrimento de criar mais um museu: “Mais do que a criação de um novo museu e da discussão acerca do nome, importa dar aos museus existentes os meios humanos e financeiros necessários para que possam apresentar e comunicar as respetivas coleções, articulando-se com a investigação académica na elaboração dos discursos; dar-lhes os meios necessários para repensar os modelos de musealização, definir redes e conexões entre espaços museológicos e reabilitar espólios ignorados ou esquecidos.”<sup>327</sup>

Alexandre Matos também questionou a criação de mais um museu, sublinhando que “Vivemos, apesar das promessas eleitorais do actual primeiro-ministro, um dos momentos mais infelizes do sector. Há, apesar do que se vê nas estatísticas de visitantes, um desinteresse completo na resolução dos problemas dos museus. São orçamentos ridículos, quadros de pessoal insuficientes, fechados e envelhecidos, uma lei-quadro sem aplicabilidade, a Rede Portuguesa de Museus reduzida a nada e um Ministério da Cultura que não tem, não expressa, nem tem a intenção de criar, muito menos de executar uma Política Museológica Nacional, resumindo-se a tratar de alguma forma esporádica e errática de alguns dossiês mais prementes.”<sup>328</sup> Acrescenta ainda que a criação de museus apenas faria sentido após a definição desta política.

---

<sup>325</sup> LAINS, Pedro – “Nem Descobrimentos nem Expansão”, in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 29.9.2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/nem-descobrimentos-nem-expansao-9293237.html>

<sup>326</sup> ROQUE, Maria Isabel – “Museu que nasce torto”, in *A.MUSE.ARTE*, 26 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/2245>

<sup>327</sup> Ibidem.

<sup>328</sup> MATOS, Alexandre – “Museu das Descobertas – um pequeno contributo”, in *Museion*, 4 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <http://mouseion.pt/2018/05/3388/>

#### 4.10. OPINIÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO

O Primeiro-Ministro António Costa foi entrevistado, em maio de 2018, a propósito dos vinte anos passados desde a realização da Expo 98, sendo que o tema da criação do Museu dos Descobrimentos em Lisboa também foi abordado. Quando questionado sobre a inclusão do lado negativo dos Descobrimentos, como por exemplo a escravatura, António Costa respondeu que era um acontecimento que fazia parte da história e que deveria ser incluído no museu.

Relembra que a Expo 98, apesar de ter sido organizada na altura em que se comemorava os 500 anos da descoberta do caminho marítimo para a Índia, não incluía nenhum pavilhão dedicado a Vasco da Gama, preferindo-se “apresentar essa narrativa da navegação como uma narrativa de encontro”<sup>329</sup>, à semelhança do que imagina para o Museu das Descobertas, que na sua opinião dever-se-ia chamar Museu da Descoberta, porque o “processo histórico não foi unilateral – descobrimo-nos uns aos outros.” “A descoberta contém tudo, quer aquilo que nós descobrimos, quer aquilo que descobriram em nós. Mas não fazia sentido para um país que teve sempre uma visão universalista da sua própria História ter uma leitura passadista, anacrónica, como se fosse uma Exposição do Mundo Português no século XXI.”<sup>330</sup>

Em relação aos temas a abordar nesse museu, António Costa considera que seria importante referir as descobertas científicas que permitiram as navegações e o que foi descoberto na própria viagem, “o que se descobriu quando chegámos lá e o que descobriram os que nós encontramos lá. A humanidade acumulou conhecimentos de flora, de fauna, de geografia, de astronomia, dos povos, das línguas, como nunca tinha acontecido até então.”<sup>331</sup>

Segundo o Primeiro-Ministro, é necessário descolonizar a palavra “descobrimos” porque o “processo histórico não foi unilateral – descobrimo-nos uns aos outros.” Não pretende que o museu seja uma versão do século XXI da Exposição do Mundo Português, mas considera que “não temos de ter uma relação complexada, quer com aquilo que de positivo trouxeram, quer com os momentos horríveis que houve, como a escravatura, como os massacres, como todo o período da Guerra Colonial.”<sup>332</sup>

---

<sup>329</sup> SALEMA, Isabel - “É preciso descolonizar os Descobrimentos”, in *Público*, 18 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/18/culturaipsilon/entrevista/e-preciso-descolonizar-os-descobrimos-1830262>

<sup>330</sup> Ibidem.

<sup>331</sup> Ibidem.

<sup>332</sup> Ibidem.

#### **4.11. POSIÇÃO DO ICOM – PORTUGAL**

A representação portuguesa do Internacional Council of Museums (ICOM) - associação que representa os profissionais de museus portugueses - atenta às opiniões manifestadas na comunicação social por diversos membros da sociedade civil acerca do projeto para o “Museu das Descobertas”, não pretendeu tomar um partido e, em vez disso, contribuiu para um espaço de diálogo, promovendo um debate entre oradores que recentemente tinham tomado posição publicamente sobre este tema. O debate intitulado: “Museu das Descobertas: sim, não ou talvez?”, decorreu no dia 20 de junho de 2018, no Museu do Oriente, em Lisboa. Participaram neste debate: António Filipe Pimentel, António Pinto Ribeiro, Luís Raposo, Matilde Sousa Franco, Pedro Canavarro e Pedro Laíns.<sup>333</sup> Os oradores foram convidados a responder se concordavam ou não com a criação de um Museu das Descobertas e a apresentar os seus motivos. A 25 de Junho, foi publicado um comunicado sobre este debate que refere as principais ideias apontadas durante o mesmo, que se prenderam com a constatação das dificuldades que os museus atravessam e a sua “penúria crónica”<sup>334</sup>, que é um contexto que não é consonante com a criação de novos museus, e o debate sobre a escolha da designação do museu, uma vez que não foi apresentado a público o seu programa ou mesmo o conceito para que pudessem ser analisados. Assim, não resultaram conclusões deste debate, que também não eram a sua intenção e cumpriu o seu objetivo de promoção de um debate saudável entre os intervenientes.

#### **4.12. PETIÇÃO A FAVOR DA CRIAÇÃO DO MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS**

O debate abrandou na esfera pública durante o verão de 2018, mas no fim de setembro, uma petição fez reavivar novamente o tema. A petição foi criada por iniciativa das associações “Nova Portugalidade” e “Coração em Malaca”, a favor da criação do Museu dos Descobrimentos, e recolheu mais de 1500 subscrições.

Os argumentos apresentados prendem-se com o facto de não existir uma “entidade pública com a missão de estudar e divulgar a aventura marítima dos Descobrimentos e da Expansão, movimento que mudou o destino do mundo e que nos irmana às nações e comunidades Lusíadas da

---

<sup>333</sup> “Debate: Museus das Descobertas: sim, não, talvez?” in *ICOM – Portugal*, 26 de Maio de 2018. Consulta realizada em 27.10.2021. Disponível em: <https://icom-portugal.org/evento/debate-museus-das-descobertas-sim-nao-talvez/>

<sup>334</sup> “Comunicado ICOM Portugal – Museu das Descobertas: sim, não ou talvez?”, in *ICOM – Portugal*, 25 de Junho de 2018. Consulta realizada em 29.10.2021 Disponível em : <https://icom-portugal.org/2018/06/25/comunicado-icom-portugal-museu-das-descobertas-sim-nao-ou-talvez/>

América, da África e da Ásia”, desde o encerramento da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.<sup>335</sup>

A petição “Lisboa precisa de um Museu dos Descobrimentos, da Expansão e da Portugalidade” foi apresentada em setembro à Assembleia Municipal de Lisboa e, ao ser subscrita por 1569 pessoas, teve legitimidade para ser um assunto abordado na Assembleia. Como resultado, em dezembro de 2018, a Assembleia Municipal aprovou uma recomendação à Câmara para a criação de uma estrutura polinucleada dedicada aos Descobrimentos, indo ao encontro da proposta já referida anteriormente, incluída no programa da governação camarária de Fernando Medina. Novamente foram tecidos comentários inflamados pelos vereadores representantes dos diversos partidos, a favor e contra, para o qual contribuiu o facto de uma das associações proponentes da petição ter alegadamente ligações à extrema-direita.<sup>336</sup> Esta petição não teve resultados e a criação do Museu do(s) Descobrimen(s)to(s) continuou a não ter previsão de data de início.

#### 4.13. ÚLTIMAS DECLARAÇÕES DE FERNANDO MEDINA EM 2020

Em entrevista dada ao *Diário de Notícias*, publicada a 14 de junho de 2020, Fernando Medina revelou que tinha a intenção de iniciar a construção do Museu da Descoberta durante o mandato, assim como erguer o memorial à escravatura. Considerou que a polémica envolvida foi “completamente gratuita”, na qual decidiu não participar, uma vez que no programa estava incluída a intenção de espelhar “o processo histórico em todas as suas vertentes, inclusivamente a questão da escravatura. Está lá que o museu tem de expressar tudo e em todas as dimensões positivas e negativas, e é muito clara a forma como a questão deve ser abordada”. E acrescentou que era importante do ponto de vista do melhor conhecimento de um período histórico do nosso país, relatado de um “ponto de vista multidimensional e de futuro.” “Por isso, chamar-se-á da Descoberta, no singular.”<sup>337</sup>

Em 2021, Fernando Medina recandidatou-se ao cargo de Presidente da Câmara de Lisboa, perdendo as eleições. Apesar de manter a sua determinação em criar o Museu da Descoberta, o museu

---

<sup>335</sup> GOMES, Tomás Albino – “Um debate longe do fim. Petição “Lisboa precisa de um Museu dos Descobrimentos, da Expansão e da Portugalidade” foi entregue esta semana na Assembleia Municipal de Lisboa”, in *Sapo* 24, 30 de Setembro de 2018. Consulta realizada em: 28.10.2021. Disponível em: <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/um-debate-longo-do-fim-peticao-lisboa-precisa-de-um-museu-dos-descobrimentos-da-expansao-e-da-portugalidade-foi-entregue-esta-semana-na-assembleia-municipal-de-lisboa>

<sup>336</sup> HORTA, Bruno – “Museu dos Descobrimentos tem de mostrar os “aspectos mais e menos positivos, incluindo a escravatura”, in *Observador*, 11 de Dezembro de 2018. Consulta realizada em: 8.11.2021. Disponível em: <https://observador.pt/2018/12/11/museu-das-descobertas-tem-de-mostrar-os-aspetos-mais-e-menos-positivos-incluindo-a-escravatura/>

<sup>337</sup> SILVA, João Céu e – “Fernando Medina: “Lisboa vai ter um memorial à escravatura”, in *Diário de Notícias*, 14 de Junho de 2020. Consulta realizada em: 8.11.2021. Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/14-jun-2020/fernando-medina-lisboa-vai-ter-um-memorial-a-escravatura-12305662.html>

dedicado aos Descobrimientos Portugueses, na capital, mais uma vez não foi concretizado e desde então não se verificaram mais comentários acerca deste tema.

#### **4.14. OUTROS “MUSEUS DOS DESCOBRIMENTOS” JÁ EXISTENTES E EM PROJETO**

É curioso constatar que apesar de os acesos debates acerca do nome do futuro “Museu dos Descobrimientos”, do seu significado e importância, nenhum dos participantes comparou ou mesmo referiu os museus ou centros interpretativos já existentes em Portugal dedicados a este tema e a forma como tinha sido elaborado o seu discurso expositivo ou que narrativas tinham sido escolhidas. Na verdade, diretamente relacionado com o tema das Descobertas existem o Museu dos Descobrimientos em Belmonte e o World of Discoveries no Porto, sendo que para breve está projetada a reabertura do Centro Expositivo de Sagres, que será igualmente dedicado a esta temática. Estes três espaços expositivos serão analisados em seguida.

##### **4.14.1. MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS – BELMONTE**

O Museu dos Descobrimientos foi inaugurado em Abril de 2009, em Belmonte.<sup>338</sup> Este museu municipal foi criado no Solar dos Cabrais, antiga residência da família Cabral<sup>339</sup>, e o seu tema central é a “descoberta” do Brasil por Pedro Álvares Cabral, natural desta vila. Na inauguração deste espaço, o ministro da Cultura de então, José António Pinto Ribeiro, referiu a intenção da construção de um museu dos Descobrimientos portugueses, afirmando que “faz falta um museu da viagem e da globalização portuguesa”.<sup>340</sup>

Designado originalmente por Centro Interpretativo “À Descoberta do Novo Mundo”, geralmente é referido como “Museu dos Descobrimientos”, devido à facilidade de designação, embora de forma incorreta uma vez que este espaço não possui uma coleção. De facto, existem apenas alguns

---

<sup>338</sup> “Ministro da Cultura diz que faz falta um museu dos Descobrimientos”, in *Público*, 28 de Abril de 2009. Consulta realizada em: 3.11.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/04/28/jornal/ministro-da-cultura-diz-que-faz-falta-um-museu-dos-descobrimientos-304495>

<sup>339</sup> “Belmonte vai ter museu sobre a descoberta do Brasil”, in *Público*, 28 de Setembro de 2006. Consulta realizada em: 25.11.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/09/28/jornal/belmonte-vai-ter-museu-sobre-a-descoberta-do-brasil-99719>

<sup>340</sup> “Ministro da Cultura diz que faz falta um museu dos Descobrimientos”, in *Público*, 28 de Abril de 2009. Consulta realizada em: 3.11.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/04/28/jornal/ministro-da-cultura-diz-que-faz-falta-um-museu-dos-descobrimientos-304495>

exemplares pontuais, resultantes de achados arqueológicos, sendo o restante conteúdo expositivo composto por réplicas e painéis multimédia.

Este centro interpretativo foi idealizado no contexto de um grupo de museus temáticos desenvolvidos em Belmonte desde 2001, tais como o Ecomuseu do Zêzere, o Museu do Azeite e o Museu Judaico.<sup>341</sup> O presidente da câmara de então, impulsionador do projeto, apostou no desenvolvimento do turismo da região e a criação dos museus foi um dos pólos de atração, percebendo-se o empenho na criação de um espaço interativo e apelativo, com grande componente multimédia, cujo reconhecimento foi feito em 2010 com a atribuição do primeiro prémio em Inovação e Criatividade pela Associação Portuguesa de Museologia.

Na primeira sala do museu, com o título “Entre a História e a Memória”, é contada a história de Belmonte e da família Cabral. É aqui que se encontra a maioria do acervo do museu, que inclui fragmentos do brasão da família Cabral e objetos de cerâmica encontrados em escavações arqueológicas.

Na segunda sala, “Portugal na Época de Quinhentos”, contextualiza-se o início da época dos Descobrimentos. No texto de parede lê-se: “As expedições marítimas portuguesas deram a Portugal e muito particularmente a Lisboa, uma centralidade geográfica, cultural e económica única que se materializava no comércio do açúcar da Madeira; da pimenta e da malagueta ou dos negros de África; do ouro da Mina; do algodão e de escravos de Cabo Verde; das especiarias, tecidos e produtos preciosos do Oriente; das madeiras, escravos.” É referida a comercialização de “negros” e de “escravos” apenas como mais uma mercadoria, entre outras, transacionada durante os Descobrimentos, sem qualquer crítica ou reflexão. Deveriam ser referidos primeiramente os produtos comercializados - podendo haver um maior desenvolvimento sobre a influência cultural dos produtos trazidos do Brasil na sociedade portuguesa - e posteriormente, a existência de tráfico de escravos deveria ser referida de uma forma mais clara, incluindo o papel dos negros escravizados como mão de obra para a produção de muitas destas mercadorias, tais como o açúcar, o tabaco e o algodão. A existência de escravos é abordada novamente na sala seguinte, onde é referido o contexto de Lisboa nesta época. É mencionada a existência de escravos na cidade: “Para além de judeus e mouros confinados nos seus bairros, os escravos negros surgem como uma minoria étnica característica de Lisboa de Quinhentos, utilizados nas tarefas mais duras.” Mais uma vez, os escravos são objetificados e referidos de uma forma utilitária, “utilizados nas tarefas mais duras” poderia ser substituído por “a quem eram atribuídas as tarefas mais duras”, transmitindo maior dignidade e respeito.

---

<sup>341</sup> “Centro interpretativo no Solar dos Cabrais”, in *Expresso*, 25 Agosto de 2006. Consulta realizada em: 3.11.2021. Disponível em: <https://expresso.pt/redeexpresso/centro-interpretativo-no-solar-dos-cabrais=f107386>

As quatro salas seguintes são dedicadas ao relato da “Epopéia dos Descobrimentos”, a Pedro Álvares Cabral, à preparação da viagem e à viagem propriamente dita, descrevendo a viagem em mar alto, a chegada ao Brasil e a carta enviada por Pêro Vaz de Caminha. Na sala sobre a preparação da viagem existem réplicas de barris, talhas com mantimentos e baús e vários ecrãs onde se podiam obter mais pormenores sobre o tema.

Em seguida, duas salas são dedicadas às populações indígenas do Brasil ao tempo da chegada das naus portuguesas, e à Mata Atlântica e à sua biodiversidade. Na sala sobre os indígenas do Brasil existe uma vitrine com cestos e adereços pessoais com plumária e manequins com vestimentas e adereços cerimoniais oferecidos, em 2014, por dois índios da tribo Pataxó, conforme se lê na legenda. Há um painel interativo que simula a troca de produtos com os índios, como teria sido feito à chegada ao Brasil. É um recurso lúdico que pode servir para manter um público escolar ou um turista interessado nos temas do museu; contudo não acrescenta valor e conhecimento à visita. No texto de parede lê-se: “Embora em estádios primitivos de desenvolvimento os índios dão lições ao mundo desenvolvido de preservação dos ecossistemas (...)”. Assim verifica-se que, apesar de os índios serem referidos como uma civilização “primitiva”, há um esforço para reconhecer as mais valias introduzidas por estes no plano ambiental.

A sala seguinte é dedicada ao desenvolvimento do Brasil, com o título “Terra Brasillis – A Construção do Brasil”. Refere-se no texto de parede a conquista dos territórios e a importância do estabelecimento de capitânias e das ordens religiosas para a construção do Brasil. O texto é complementado por três vídeos sobre “A visão do outro pelo outro”, “A Construção do Brasil” e “O Brasil Urbano”. Em seguida entramos na sala “A Construção de um Povo – Diáspora e Encontro”, que continua o tema do desenvolvimento do Brasil, focando o papel da imigração na construção do país.

O percurso continua por um corredor que dá acesso a uma pequena sala dedicada ao tema da Escravatura. Referida pontualmente em alguns vídeos em salas anteriores, é a única zona do museu em que é retratado o fenómeno da escravatura. No corredor estão réplicas de gravuras que representam o trabalho desempenhado pelos escravos negros no Brasil, nos engenhos do açúcar e no transporte de pessoas em liteiras, celebrações religiosas, como um funeral e uma procissão e também uma série de exemplos dos castigos sofridos. Estas gravuras fazem-se acompanhar por um trecho do “Sermão da Epifania” do Padre António Vieira, em que este autor refere a injustiça de condenar um negro à escravatura simplesmente por causa da sua cor da pele fazendo uma comparação com os Três Reis Magos: “ Dos Magos, que hoje vieram ao presépio, dois eram brancos e um preto, como diz a tradição; e seria justo que mandasse Cristo que Gaspar e Baltasar, porque eram brancos, tornassem livres para Oriente, e Belchior, porque era pretinho, ficasse em Belém por escravo, ainda que fosse de S. José ?”. No interior da sala, em frente, é representada uma versão simplificada de uma cela, com

um gradeamento com a porta aberta e grilhetas abertas penduradas nas grades, presumivelmente representando a libertação dos escravos. As paredes deixadas em cimento armado, a iluminação ténue e os efeitos sonoros com cânticos de trabalho ritmados e a imagem estilizada de um embondeiro com escravos enforcados, na parede à esquerda, contribuem para uma atmosfera soturna e austera, que o tema sensível exige, embora a pouca iluminação dificulte a leitura do painel do lado direito sobre “As razões da escravatura”. É referido que o “primeiro factor de escravização do negro no Brasil foi o açúcar”, de uma forma pouco crítica e normalizada. Refere-se que, no século XVIII, a média anual de entrada de escravos no Brasil era de trinta mil e que, com o aumento do tráfico durante o ciclo do café, a população de escravos no Brasil pouco antes da independência da então colónia representara cerca de 30% da população brasileira. É referido ainda o surgimento do movimento anti esclavagista no século XIX, incluindo o Tratado de Viena, assinado em 1815 entre Portugal e Inglaterra com o objetivo de acabar com o tráfico de escravos a norte do Equador e os esforços de Sá da Bandeira de proibir o tráfico de escravos a sul do Equador. Por fim, relaciona-se o fim da entrada de escravos no Brasil com o aumento da emigração europeia para suprir as necessidades da agricultura e indústria. As informações são apresentadas de forma pouco empática e não referem as dificuldades e condições desumanas de tratamento.

As três salas seguintes são dedicadas ao Brasil recente: uma sala é dedicada à diversidade musical do Brasil; outra é dedicada aos produtos fabricados no Brasil; a última sala fecha a visita com o tema da Identidade, em que um ecrã de grandes dimensões transmite várias imagens do Brasil demonstrando a sua diversidade.

Concluindo, é notório o esforço em apresentar a informação de uma forma mais apelativa. As cores dos fundos e o design dos textos, aliados aos ecrãs interativos e à escolha da iluminação, permitem uma visita mais dinâmica, contudo, observam-se alguns desequilíbrios no desenvolvimento dos temas. É feita uma boa contextualização histórica da vila de Belmonte, da família Cabral, de Pedro Álvares Cabral e da chegada dos portugueses ao Brasil. Há igualmente um bom desenvolvimento sobre o tema da preparação da viagem, as técnicas e instrumentos utilizados na navegação e as condições da viagem, embora o mesmo não se verifique no tema sobre o encontro entre os portugueses e os ameríndios à chegada ao Brasil. Refere-se a existência de tribos de índios, mas não é incluída informação acerca da sua diversidade e distribuição geográfica no país. Há, contudo, uma tentativa de aproximação à atualidade e às dificuldades enfrentadas pelos índios em termos territoriais, embora a informação seja pouco desenvolvida e pareça fragmentada. Nesta sala estão expostos exemplares de adornos e objetos de uso doméstico da tribo pataxó; no entanto, falta o contexto e informação adicional.



A colonização do Brasil é referida na sala sobre a “Construção do Brasil”, embora pudesse ter sido um tema com maior desenvolvimento. É referido o estabelecimento de capitânias e de missões religiosas e a importância das casas senhoriais das grandes plantações e retrata-se a evolução na expansão dos territórios incluídos no país e a definição das suas fronteiras. Contudo, não é desenvolvido o papel dos missionários no Brasil, bem como a sua relação com os indígenas e negros. Não é referida a independência do Brasil e, entretanto, na sala seguinte, somos imediatamente transportados para a extensa vaga de imigração proveniente de vários países que aconteceu no século XIX.

A escravatura é mencionada pontualmente nos textos de parede e uma das salas do museu é dedicada a este tema; porém, está pouco integrada nos restantes temas do museu. Localiza-se após a sala que explora o tema da imigração e antes da sala dedicada à identidade do Brasil, o que não fará muito sentido em termos de discurso expositivo. Este tema faria mais sentido integrado na contextualização económica e social da construção do Brasil.

Em termos museográficos, a informação, os exemplares, bem como os textos incluídos, não são muito eficazes na sua comunicação. Existem apenas réplicas de gravuras representando algumas cenas do quotidiano de negros escravizados no Brasil, contudo não é feito o seu contexto. Por sua vez, o trecho de um texto da autoria do Padre António Vieira alusivo à não discriminação de negros é interessante, embora transmita a ideia de que a Companhia de Jesus ou os missionários em geral se teriam oposto à escravatura de negros, o que não aconteceu. O pouco texto que existe é de difícil leitura e limita-se a quantificar a exploração dos escravos no Brasil, como uma mercadoria. Deveria haver um maior aprofundamento sobre os impactos da escravatura na sociedade brasileira e a sua contribuição para o desenvolvimento da economia colonial, assim como ter sido dado um maior destaque ao papel que Sá da Bandeira teve na abolição da escravatura em Portugal e nas suas colónias.

Por fim, o Brasil atual é apresentado como um país multicultural e cosmopolita, com uma indústria que teve uma larga expansão e com uma economia em crescimento.

#### **4.14.2. WORLD OF DISCOVERIES – PORTO**

O *World of Discoveries* é um espaço dedicado aos Descobrimientos Portugueses, definido pelos seus criadores como um museu interativo e parque temático. O museu foi criado em antigos armazéns da Real Companhia Velha, imóvel de interesse público, na zona ribeirinha do Porto, próximo da Alfândega, sendo a materialização do projeto vencedor do concurso público lançado em 2011 pela

Câmara Municipal do Porto para a ocupação destes espaços. O vencedor e mentor deste projeto foi o empresário e proprietário da empresa Douro Azul, Mário Ferreira.<sup>342</sup>

Foi realizado um avultado investimento, participado parcialmente com fundos comunitários<sup>343</sup>, o que permitiu apostar na componente interativa e multimédia dos equipamentos expositivos; quanto à componente museológica, esta ficou a cargo de oito historiadores do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto.<sup>344</sup>

O museu foi inaugurado em Abril de 2014, direcionado a famílias, público escolar e aos turistas que visitam a cidade.<sup>345</sup>

Antes de entrar, no pequeno átrio, é simbolicamente criado um ambiente de exaltação do passado glorioso, destemido e heróico dos Descobrimentos portugueses, com a existência de uma réplica de um padrão<sup>346</sup> acompanhado por um texto na parede onde se lê um excerto do poema “O Mostrengo”, parte da obra “Mensagem” de Fernando Pessoa, apoiante do mito da predestinação divina do império português:

“Três vezes ao leme as reprendeu,  
E disse no fim de tremer três vezes:  
«Aqui ao leme sou mais do que eu:  
Sou um Povo que quer o mar que é teu;  
E mais que o mostrengo, que me a alma teme  
E roda nas trevas do fim do mundo;  
Manda a vontade, que me ata ao leme,  
De El-Rei D. João Segundo!”

---

<sup>342</sup> CARVALHO, Patrícia – “Descobertas em antigos armazéns de Miragaia”, in *Público*, 10 de Março de 2012. Consulta realizada em: 11.01.2022. Disponível em <https://www.publico.pt/2012/03/10/jornal/descobertas-em-antigos-armazens-de-miragaia-24153132>

<sup>343</sup> CARVALHO, Patrícia – “O rinoceronte, o Adamastor e o Infante D. Henrique recebem visitantes no Porto a partir de Abril”, in *Público*, 15 de Fevereiro de 2014. Consulta realizada em: 11.01.2022. Disponível em <https://www.publico.pt/2014/02/15/local/noticia/o-rinoceronte-o-adamastor-e-o-infante-d-henrique-recebem-visitantes-no-porto-a-partir-de-abril-1623774>

<sup>344</sup> *Ibidem*.

<sup>345</sup> GERIVAZ, Sara – “A partir de hoje já é possível embarcar numa viagem até aos Descobrimentos”, in *Público*, 25 de Abril de 2014. Consulta realizada em: 11.01.2022. Disponível em <https://www.publico.pt/2014/04/25/local/noticia/a-partir-de-hoje-ja-e-possivel-embarcar-numa-viagem-ate-aos-descobrimentos-1633523>

<sup>346</sup> Coluna de pedra com o brasão português no topo e utilizada durante a época dos Descobrimentos para afirmar a soberania portuguesa no território onde era colocado.

A primeira sala do museu é dedicada à navegação. Mostram-se réplicas das embarcações e dos instrumentos náuticos utilizados. Pequenos painéis interativos acrescentam informação sobre o tema.

A segunda sala é dedicada à preparação da navegação. Um diorama à escala real representa dois navegadores observando um mapa numa mesa em preparação de uma viagem e vários painéis interativos informam sobre a vida a bordo, a arte, a cultura, a ciência e os mitos da época e sobre a vida dos navegadores. Esta informação é complementada por dois globos interativos que mostram as rotas das navegações feitas durante a época dos Descobrimentos.

A sala seguinte simula o interior de um navio, replicando de forma realista os espaços existentes a bordo e as condições precárias em que viajavam os marinheiros. Existem barris com os mantimentos, uma jaula com um rinoceronte – aludindo ao rinoceronte oferecido por D. Manuel I ao Papa Leão X -, beliches em ripado de madeira e prateleiras com réplicas de objetos representativos dos vários locais por onde os navegadores portugueses passaram: ovos de avestruz, esculturas africanas, presas de elefantes, especiarias várias, objetos em cerâmica e em porcelana, tecidos exóticos e produtos agrícolas desconhecidos até então, como a batata-doce e o gengibre. Monitores interativos permitem obter mais informação sobre a alimentação e as condições de vida a bordo.

A quarta e última sala do museu é dedicada à construção dos navios e replica um estaleiro com mobiliário, equipamento e manequins em tamanho real representando os carpinteiros a talhar a madeira.

Um corredor encaminha os visitantes para a próxima etapa na visita, o parque temático, percorrido num pequeno barco que atravessa cenários sobre os Descobrimentos. A viagem é acompanhada por um áudio-guia que vai narrando as cenas e locais por onde se passa. O ponto de partida da “viagem” é a Torre de Belém e no áudio-guia ouve-se que saímos da “Ribeira das Naus, núcleo dos maiores estaleiros do Império Messiânico Português”. Registamos aqui uma glorificação do povo português, embora não se reflita nos cenários do percurso.

Passamos pelo Adamastor e chegamos a África, representada com casas de palha, um antílope e nativos africanos com vestimentas tradicionais. A este respeito, ouve-se no áudio - guia que, em África, encontramos “povos bastante mais organizados e hábeis na mestria da caça e guerra do que alguma vez haveríamos imaginado.” A escravatura é referida de forma superficial e os escravos são referidos como um bem a ser vendido, ao mesmo nível dos metais: “Através das vias fluviais, organizámos expedições que partiam do litoral para o interior com o objetivo de angariar escravos e encontrar metais preciosos “. O colonialismo também é referido superficialmente e apenas de uma forma positiva: “A exploração destes produtos permitiu o estabelecimento de sociedades coloniais. Era uma época maravilhosa”. Sendo frisado principalmente a relevância de os portugueses terem

difundido, na Europa, o conhecimento sobre animais e plantas africanas até então desconhecidas. A visão transmitida no museu é parcial e idílica, não correspondendo inteiramente à realidade vivida. A criação de sociedades coloniais teve vários impactos negativos que deveriam ser igualmente mencionados. Não foi uma época maravilhosa para todos os intervenientes e esse facto deveria ser abordado de uma forma mais objetiva.

A “viagem” continua até à Índia onde é mencionado, principalmente, o comércio estabelecido e o desenvolvimento criado: “Em Goa criámos a primeira cidade portuguesa onde produzimos moeda, construímos estaleiros e a primeira fábrica de munições”. Na China, é referida a introdução de novos alimentos e o chá que é trazido pelos portugueses e introduzido mais tarde na cultura inglesa.

Finalmente chegamos ao Brasil, que está representado com dois negros a fazer capoeira, próximos de um engenho de açúcar e indígenas brasileiros curiosos a ouvir uma missa. O áudio – guia refere que “o encontro com os indígenas no Brasil foi pacífico. Não ofereceram resistência e presentearam os portugueses com marfim<sup>347</sup>, pedras preciosas e ouro.” Refere também a plantação de cana-de-açúcar a partir de 1534 e a construção de engenhos de açúcar em todas as capitanias do Brasil. Embora não mencione a escravatura nem a existência de escravos, subentende-se a representação de escravos no cenário apresentado. De sublinhar que em todos os continentes foi representado o encontro entre os portugueses e os nativos desse local e em todos os cenários mostram-se os nativos e os portugueses de igual para igual, sem se observar uma subalternidade; pelo contrário, observa-se a “curiosidade do encontro”.

O museu consegue manter o interesse do seu público-alvo – público escolar, famílias e turistas - durante toda a visita, o que é conseguido com um design expositivo agradável e a inclusão de ecrãs interativos e conteúdos multimédia, para o qual igualmente contribuem os cenários recriados em tamanho real, que tornam a visita mais envolvente e dinâmica, apelando aos sentidos.

Quanto aos temas abordados, são desenvolvidos os conteúdos associados à navegação, como os tipos de navios e instrumentos utilizados, a descrição da vida a bordo e é feita a relação da cidade do Porto com os Descobrimentos, apresentando um resumo do contexto histórico do Porto no século XIV e XV.

A exposição, não se debruça em pormenor sobre os navegadores ou sobre os territórios “descobertos”, embora exista um globo interativo onde os visitantes podem obter mais informações sobre cada viagem em particular, bem como um ecrã que permite obter informações adicionais sobre

---

<sup>347</sup> Não se compreende a inclusão de marfim nos objetos oferecidos pelos indígenas aos portugueses à sua chegada uma vez que o marfim, proveniente do continente africano, foi comercializado para o país apenas no início do século XVII através de navios que saíam do Brasil e aportavam em Angola, trocando mercadorias por este produto. (SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França e GOMES, René Lommez - *O comércio de marfim no mundo Atlântico – Circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio – Gestão Cultural e Editora, 2018, p.20.)

os navegadores. As rotas e os navegadores são descritos com algum detalhe durante a viagem de barco, ao percorrer os diversos cenários.

O *World of Discoveries*, tanto na parte expositiva como no parque temático, apresenta uma visão demasiadamente positiva da influência portuguesa nos territórios explorados, e o discurso apela discretamente ao culto do herói nacional e das glórias do passado, iniciando-se logo à entrada do museu, com o excerto do poema da “Mensagem” de Fernando Pessoa exibido na parede e na réplica de um padrão a ladeá-lo, que assinalam um tom de glorificação do passado português.

É retratada a curiosidade pelo exótico, o encontro de culturas diferentes, exalta-se a bravura dos marinheiros e refere-se a contribuição de Portugal para o comércio e o desenvolvimento da indústria nos territórios que vão sendo “descobertos”, mas não são apresentados de forma objetiva os episódios menos positivos que aconteceram durante a época dos Descobrimentos e que fazem igualmente parte deste período histórico, a sua menção é fundamental para a criação de uma visão realista, não parcial e não tendenciosa da História. São pouco desenvolvidos os temas como a colonização, a escravatura e o tráfico de negros, a violência, a exploração de recursos ou outros acontecimentos que igualmente fizeram parte desta época histórica. As referências à colonização resumem-se à menção durante o passeio de barco, ao passar pelo cenário referente a África. Os escravos são referidos como uma das mercadorias transacionadas e não é feita qualquer sua menção quando ao chegar ao cenário do Brasil, no áudio-guia se ouve que “em 1534 se inicia a ocupação do território” e que se dá o “desenvolvimento da indústria do açúcar e das minas. Plantou-se cana, e construíram-se engenhos em todas as capitanias”.

Embora sendo o museu uma instituição privada, com forte ligação ao turismo, a ótica comercial não se deveria sobrepor à abordagem de temas suscetíveis de causar controvérsia, tendo como resultado um museu que apresenta um discurso idílico e parcelar. Pretender-se-ia que o museu apresentasse a época dos Descobrimentos de uma forma mais abrangente, abordando tanto as consequências positivas como as negativas, permitindo que o público obtivesse uma visão mais ampla, diversa e realista desta época histórica.

#### **4.14.3. CENTRO EXPOSITIVO DE SAGRES**

O promontório e a fortaleza de Sagres são elementos que fazem parte do imaginário coletivo da história de Portugal e um símbolo do início da Expansão Ultramarina, indissociável da figura do Infante Dom Henrique, que aqui viveu parte da sua vida, falecendo em 1460. Esta fortaleza é uma construção de meados do século XV, que sofreu muitas alterações na segunda metade do século XVIII,

após a sua destruição parcial. Sendo um lugar tão importante e simbólico para a história coletiva nacional, foram aqui realizadas comemorações relacionadas com o Infante Dom Henrique, tais como a celebração dos 500 anos do seu nascimento, em 1894, comemorado igualmente na cidade do Porto como já foi referido no primeiro capítulo. Foram comemorados também o Duplo Centenário, que celebrava o centenário da Fundação (1140) e o centenário da Restauração da independência de Portugal (1640), integrados no Ciclo Henriquino realizado em 1940<sup>348</sup> (que também incluiu a Exposição do Mundo Português, em Lisboa, já referida anteriormente) e as Comemorações Henriquinas em 1960, que celebravam os 500 anos da morte do Infante<sup>349</sup>, em que a fortaleza foi alvo de uma intervenção de restauro pela Direção de Monumentos Nacionais (DGEMN). As características singulares da Fortaleza de Sagres foram reconhecidas em 1910 com a atribuição da classificação de monumento nacional.

Nos anos 90 do século XX, houve uma intervenção de reabilitação arquitetónica dos edifícios que se encontram no interior da fortaleza, no contexto da execução do projeto vencedor do 4º Concurso Público para o monumento ao Infante Dom Henrique, lançado em 1988, cujo vencedor foi o arquiteto João Carreira. A obra prolongou-se por vários anos e como consequência da exposição aos efeitos climáticos adversos do promontório, várias estruturas foram-se, entretanto, degradando. O monumento em homenagem ao Infante Dom Henrique nunca chegou a ser construído.

Em 2007, este espaço passa a ser tutelado pela Direção Regional da Cultura do Algarve e em 2009 e 2010, é alvo de um novo projeto de requalificação e valorização - “Programa de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres” – que numa primeira fase incluiu intervenções de conservação e restauro do edificado, ordenamento do espaço público e melhoramento da iluminação<sup>350</sup>. Dois anos após estas intervenções, em abril de 2012, foi apresentado o Projeto do Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres, incluído nas obras de requalificação e com conclusão prevista para 2014<sup>351</sup>, o que não se verificou, dado que o espaço do Centro Expositivo de Sagres segundo informações publicadas em 2021, esteve encerrado durante quinze anos.<sup>352</sup>

Finalmente, após milhares de euros terem sido investidos em sucessivas reabilitações desde 2009, é esperada a abertura do Centro Expositivo de Sagres em 2022, prazo avançado pela ministra da

---

<sup>348</sup> ROXO, Maria Raquel - Promontório de Sagres – Marca do Património Europeu, Narrativas patrimoniais. Dissertação de Mestrado em História e Patrimónios, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2021, p. 69.

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>350</sup> NETO, João – «Torre e Muralhas de Sagres / Fortaleza de Sagres». *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, 1991. Consulta realizada em: 13.01.2022. Disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1291](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1291)

<sup>351</sup> *Ibidem*.

<sup>352</sup> REVEZ, Idálio – «Sagres retoma a epopeia dos Descobrimentos num edifício encerrado há 15 anos» - *Público*, 11 de abril de 2021. Consulta realizada em: 9.11.2021 Disponível em <https://www.publico.pt/2021/04/11/local/noticia/sagres-retoma-epopeia-descobrimentos-edificio-encerrado-ha-15-anos-1957917>

Cultura, Graça Fonseca, aos jornalistas, no dia 26 de novembro de 2021, na sequência da colocação simbólica do primeiro exemplar neste Centro Expositivo.<sup>353</sup>

Segundo a diretora Regional da Cultura do Algarve, “vai ser proporcionado ao visitante uma «viagem pela história» dos Descobrimientos portugueses com recurso a conteúdos multimédia.” Será criado um espaço que recria a história e o imaginário dos Descobrimientos numa viagem interativa com efeitos de luz e som, no rés-de-chão e o primeiro andar ficará reservado para exposições temporárias.<sup>354</sup> Este espaço tem como objetivo a reflexão sobre o significado do território em que se insere, desde a Antiguidade e relacionando-o com a Expansão Oceânica e em especial com o papel do Infante Dom Henrique.<sup>355</sup> Contudo, não é referida nenhuma intenção de ligação ao Núcleo Museológico - Rota da Escravatura, criado em Lagos. A história da Expansão portuguesa não está completa sem a abordagem do tema da escravatura e Lagos foi um dos primeiros pólos em Portugal do tráfico de escravos, consequência direta da Expansão e impulsionado pelo Infante Dom Henrique.

O Núcleo Museológico – Rota da Escravatura, pertence à rede de unidades museológicas de Lagos e foi criado em junho de 2016, após terem sido descobertos vestígios osteológicos de escravos em escavações arqueológicas realizadas na cidade.

Em 2009, a oeste do núcleo urbano de Lagos, no Valle da Gafaria, durante os trabalhos de escavação de um aterro para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, foi descoberto um cemitério no que seria uma antiga lixeira urbana, em uso entre os séculos XV e XVII.<sup>356</sup> Foram encontrados 155 esqueletos, que mais tarde após diagnósticos mais exaustivos se vieram a comprovar serem de escravos africanos.<sup>357</sup>

A análise de um fragmento de esqueleto permitiu datá-lo numa época entre 1420 e 1480, confirmando assim a utilização deste espaço como cemitério desde os primeiros anos do tráfico de

---

<sup>353</sup> OLIVEIRA, José – “Ministra da Cultura espera a inauguração, em 2022, do Centro Expositivo a funcionar como pólo museográfico na Fortaleza de Sagres, com uma porta simbólica do século XVIII e outras atracções para os visitantes”, in *Correio de Lagos*, 19.12.2021. Consulta realizada em: 13.01.2022. Disponível em <https://correiodelagos.com/artigos-em-destaque/ministra-da-cultura-espera-a-inauguracao-em-2022-do-centro-expositivo-a-funcionar-como-polo-museografico-na-fortaleza-de-sagres/>

<sup>354</sup> REVEZ, Idálio – «Sagres retoma a epopeia dos Descobrimientos num edifício encerrado há 15 anos» - *Público*, 11 de abril de 2021. Consulta realizada em: 9.11.2021 Disponível em <https://www.publico.pt/2021/04/11/local/noticia/sagres-retoma-epopeia-descobrimientos-edificio-encerrado-ha-15-anos-1957917>

<sup>355</sup> OLIVEIRA, José – «Ministra da Cultura espera a inauguração, em 2022, do Centro Expositivo a funcionar como pólo museográfico na Fortaleza de Sagres, com uma porta simbólica do século XVIII e outras atracções para os visitantes». - *Correio de Lagos*, 19 de dezembro de 2021. Consulta realizada em: 13.01.2022 Disponível em <https://correiodelagos.com/artigos-em-destaque/ministra-da-cultura-espera-a-inauguracao-em-2022-do-centro-expositivo-a-funcionar-como-polo-museografico-na-fortaleza-de-sagres/>

<sup>356</sup> MORÁN, Elena - «Crónica literária e registo arqueológico: usos sociais da memória dos escravos negros em Lagos». *Actas do Colóquio História e Património – Sines, o Porto e o Mar*. Sines: Arquivo Municipal de Sines, 2017, pp. 214 e 215.

<sup>357</sup> NEVES, M.J., ALMEIDA, M. e FERREIRA, T., – «História de um arrabalde durante os séculos XV e XVI: O “Poço dos Negros” em Lagos (Algarve, Portugal) e o seu contributo para o estudo dos escravos em Portugal», in MATOS, Artur Teodoro de; COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *A Herança do Infante. História, Arqueologia e Museologia em Lagos*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/ Câmara Municipal de Lagos, 2011, p. 31.

escravos<sup>358</sup>, sendo uma testemunha material que vai ao encontro do que já se conhecia a nível documental com a “Crónica dos Feitos da Guiné”, escrito por Gomes Eanes Zurara, que relata na sua obra a chegada de 235 escravos a Lagos em 1444, que seriam os primeiros escravos negros a aportarem no país.<sup>359</sup>

Este achado é de uma importância ímpar a nível nacional, porque é um dos poucos testemunhos da existência de escravos no país, mas também a nível internacional, uma vez que apesar de já terem sido identificados cemitérios de escravos em outros locais, tais como Nova Iorque, New Jersey ou S. Salvador, estes foram constituídos em períodos mais tardios, ao passo que o cemitério de Lagos foi estabelecido numa época inicial do tráfico de escravos negros no atlântico.<sup>360</sup>

Assim sendo, logo no ano seguinte à descoberta do cemitério, foi realizada a exposição “O Mercado de Escravos” no antigo edifício da alfândega, conhecido por este nome e constituiu uma primeira abordagem do que seria o futuro Núcleo Museológico – Rota da Escravatura do Museu Municipal de Lagos.<sup>361</sup>

O Núcleo foi sediado no edifício onde se realizou a exposição anterior, distribuído por quatro salas em dois pisos, uma sala no rés-de-chão e três salas no segundo andar. O espaço do museu é limitado, condicionando a exposição dos exemplares, que são apresentados individualmente em expositores em forma de plinto, centrais.<sup>362</sup>

O programa museológico teria sido idealizado com foco no conhecimento científico existente sobre a presença de escravos em Lagos e na sua partilha com a comunidade<sup>363</sup>; todavia a comunicação dessa informação não é bem-sucedida. Os exemplares expostos são na maioria réplicas e a sua descrição é sumária, funcional e com pouca contextualização, não sendo óbvia a relação entre eles. A relação do Núcleo com o cemitério de escravos - que foi o motivo impulsionador da criação deste espaço - também não é bem estabelecida, sendo retratado apenas num plinto expositivo.<sup>364</sup>

---

<sup>358</sup> NEVES, M.J., ALMEIDA, M. e FERREIRA, T., – «História de um arrabalde durante os séculos XV e XVI: O “Poço dos Negros” em Lagos (Algarve, Portugal) e o seu contributo para o estudo dos escravos em Portugal», in MATOS, Artur Teodoro de; COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *A Herança do Infante. História, Arqueologia e Museologia em Lagos*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/ Câmara Municipal de Lagos, 2011, p.39.

<sup>359</sup> *Ibidem*, p.30.

<sup>360</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>361</sup> MORÁN, Elena - «Crónica literária e registo arqueológico: usos sociais da memória dos escravos negros em Lagos». *Actas do Colóquio História e Património – Sines, o Porto e o Mar*. Sines: Arquivo Municipal de Sines, 2017, p.214 e 215.

<sup>362</sup> LUPPI, Natália – *A Musealização da Escravatura: O Caso do Núcleo Museológico de Lagos*, Coimbra: [s.n], 2018.

[Trabalho académico, não publicado, realizado para a unidade curricular de Cultura Material e Museologia, Mestrado em Património Cultural e Museologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra], p.16.

<sup>363</sup> MORÁN, Elena - «Crónica literária e registo arqueológico: usos sociais da memória dos escravos negros em Lagos». *Actas do Colóquio História e Património – Sines, o Porto e o Mar*. Sines: Arquivo Municipal de Sines, 2017, p.215.

<sup>364</sup> LUPPI, Natália LUPPI, Natália – *A Musealização da Escravatura: O Caso do Núcleo Museológico de Lagos*, Coimbra: [s.n], 2018. [Trabalho académico, não publicado, realizado para a unidade curricular de Cultura Material e Museologia, Mestrado em Património Cultural e Museologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra], p. 17.



O discurso narrado é demasiado generalista, retratando a escravatura de uma forma quase normalizada, com pouca empatia pelo sofrimento e desumanização a que os indivíduos foram submetidos.<sup>365</sup>

Este espaço seria uma parte de um projeto mais ambicioso que incluiria um Museu ou Centro Interpretativo do Tráfico de Escravos e um memorial de homenagem no local da descoberta do cemitério de escravos, tendo sido assinado em 2012 um protocolo de colaboração entre a Câmara de Lagos, o Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento do ISEG e o Comité Português da UNESCO; contudo este projeto ainda não foi concretizado.<sup>366</sup>

#### 4.15. CONCLUSÃO

O período histórico associado aos chamados “Descobrimentos” ainda provoca desconforto pela carga político - ideológica que lhe está associada e as consequências que daí resultaram. O debate aceso que aconteceu em torno da criação do Museu das Descobertas em Lisboa é um sintoma da dificuldade em refletir imparcialmente sobre o passado colonial do qual ainda não existe o distanciamento suficiente.<sup>367</sup> Dificuldade essa acrescida pela intervenção de ideologias políticas que provocaram uma grande polarização das opiniões. A maior parte dos comentários foram feitos de uma forma pouco construtiva e com grande emotividade.

Para muitos, a identidade nacional está demasiado enraizada nos mitos construídos à volta dos Descobrimentos e é notória a resistência em atualizar essa narrativa, baseando-a numa realidade histórica que implica a aceitação dos fatos reais, positivos e menos positivos que aconteceram durante essa época. A crítica a essa mitologia construída é encarada quase como um ataque pessoal em vez de uma oportunidade de enriquecimento de uma visão mais complexa e real da História. Aceitar que existiu escravatura, racismo e desigualdades não tem que implicar negar que Portugal contribuiu para o desenvolvimento da ciência náutica e de outros conhecimentos inovadores à época. As duas visões podem coexistir num museu.

Apesar de o tema do museu não ser inédito, a sociedade portuguesa atual é mais multicultural, cosmopolita e interventiva. Essa multiculturalidade vê-se refletida na criação de associações de afrodescendentes que também mostraram a sua opinião e preocupação com a inclusão da sua

---

<sup>365</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>366</sup> PIRES, Bruno – «Lagos assume passado esclavagista» - *Barlavento*, 10 de junho de 2016. Consulta realizada em: 3.3.2022. Disponível em <https://barlavento.sapo.pt/destaque/lagos-assume-passado-esclavagista>

<sup>367</sup> ROQUE, Maria Isabel – “Museu que nasce torto” , in *A.MUSE.ARTE* , 26 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/2245>

perspetiva no museu a criar, o que alargou o debate à comunidade negra que também gostaria de ser representada. Lançou a questão da representação dos “olhares” num museu. Deveria o museu ser eurocêntrico e representar o olhar português apenas, ou um olhar múltiplo de todos os intervenientes neste processo?

Como ainda não estavam definidos os conteúdos, o projeto expositivo, o tipo de narrativa ou mesmo um acervo para o museu, os debates foram feitos principalmente em torno da denominação de “Museu dos Descobrimientos”. O que representa os “Descobrimientos” hoje? Os heróis nacionais e uma ideologia ligada ao Estado Novo? Ou o sentimento de culpa e o início da colonização?

Não se chegou a uma conclusão, nem sequer em relação a uma proposta alternativa para a designação do museu. O projeto não foi adiante, mas serviu como um ponto de partida para iniciar um debate bastante necessário e que ainda não tinha sido começado. Permitiu também trazer visibilidade ao sector dos museus e às dificuldades que atravessa a um público mais alargado. Foi uma oportunidade para abrir o debate sobre os Descobrimientos, o seu significado, a identidade portuguesa, o colonialismo e outras situações consideradas menos positivas do passado que ainda causam desconforto. Repensar de forma crítica os mitos com que se contruiu a identidade de Portugal e reconstruir a narrativa identitária nacional de uma forma mais inclusiva e multicultural.

Apesar das polémicas envolvidas em torno da criação de um “Museu dos Descobrimientos” em Lisboa que, como foi referido, foi um projeto com várias interpretações, em épocas diferentes e que nunca foi possível concretizar, foram entretanto criados dois espaços museológicos sobre a temática dos Descobrimientos Portugueses (e um Centro Expositivo a inaugurar em breve). Seja porque estes museus estavam localizados fora de Lisboa ou porque foram fruto de uma iniciativa privada e de uma iniciativa de um município ou não tiveram tanta visibilidade na comunicação social, a sua existência não foi contestada e continuam abertos ao público, com uma vertente assumidamente turística, recebendo milhares de visitantes anualmente.

Dito isto, os museus atualmente existentes focados na temática dos Descobrimientos não correspondem ao receio da criação de uma nova Exposição do Mundo Português, nem são locais de glorificação do patriotismo português, como alguns historiadores ponderaram, embora ambos se foquem quase exclusivamente nos pontos positivos que advieram das navegações portuguesas.

Como o público-alvo destes museus é o público escolar, os turistas e famílias, a linguagem foi adaptada a estes segmentos, sendo mais lúdica e simplificada e a narrativa mais centrada na celebração do encontro de culturas. No Museu dos Descobrimientos de Belmonte, duas salas são dedicadas aos indígenas brasileiros e uma sala é dedicada à escravatura, embora a informação transmitida seja sucinta e, no caso do *World of Discoveries*, este tema é referido superficialmente no áudio guia durante a viagem de barco e pouco mais. Como referido anteriormente, no *World of*

*Discoveries* são representados dois negros a fazer capoeira, presumivelmente escravos porque estão ao pé de um engenho de açúcar e do que aparenta ser uma senzala (ainda que esta informação não seja transmitida no guia ou durante a visita ao museu). A colonização dos territórios também não é muito referida, mas existe uma réplica de um padrão dos descobrimentos logo à entrada do museu e a viagem de barco termina ao pé de um cenário que representa dois marinheiros a erguerem um padrão. Simbolicamente, a ideia de conquista e soberania está subjacente, embora não de uma forma óbvia. Em ambos os museus não se verifica uma notória hierarquização entre portugueses e nativos locais, nem um tratamento condescendente ou paternalista.

Em relação ao seu acervo, este vai ao encontro dos comentários referidos por alguns intervenientes no debate que constataram a dificuldade de constituição de uma coleção dedicada aos Descobrimentos por falta de exemplares da época e a inevitabilidade do uso de réplicas e de conteúdos multimédia, esse facto é confirmado nos museus visitados.

Já existindo três espaços museológicos sobre os Descobrimentos Portugueses – embora com as suas limitações - e após a análise dos debates existentes e da forma como decorreram, percebe-se a necessidade de criar um museu que retrate a experiência colonial portuguesa, que permita a existência de um espaço de diálogo sobre temas mais “sensíveis” na história de Portugal, que respeite os múltiplos pontos de vista que a sua complexidade exige e que se fundamente em factos históricos, não em ideologia. No próximo capítulo abordar-se-á o projeto para este museu e a pertinência da sua criação.

## 5. PROPOSTA DE UM MUSEU SOBRE A EXPERIÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA

### 5.1. INTRODUÇÃO

Depois de ter sido feito um levantamento das coleções coloniais existentes em Portugal, no segundo capítulo, e de terem sido analisados os debates mais recentes provocados pelo projeto de construção de um museu dedicado à época dos “Descobrimentos”, no terceiro capítulo, o presente capítulo pretende elaborar uma proposta para um museu dedicado à experiência colonial portuguesa.

O levantamento das coleções coloniais existentes em Portugal - embora sumário, dado que existirão com certeza mais exemplares dessa proveniência, em outros museus, por identificar - permitiu-nos constatar que na, sua maioria, os exemplares foram relegados para reservas, foram incorporados na coleção geral ou mantêm-se em exposição embora sem uma atualização do seu discurso museográfico ou devido enquadramento. Provenientes de uma época histórica conturbada, mantêm-se na sua grande maioria num limbo.

A maioria das coleções coloniais pertence à área da Antropologia ou Etnografia, seguidamente à Agronomia, Geologia e Zoologia e Botânica e, tal como na maioria dos outros países, estes objetos foram coletados como um exemplar de cultura material e é nesse registo que estão expostos, não retratando a relação entre populações e colonos. É necessário atualizar a forma de expor estes objetos e contruir novas narrativas, tornando-os relevantes para a sociedade atual, diversa e multicultural.

Por outro lado, as reações e comentários inflamados como resposta à possível construção de um museu dedicado aos “Descobrimentos” indica-nos que mais do que um espaço que retrate esta época histórica, que foi precursora da história do colonialismo português, faz falta um espaço que aborde este tema, o seu significado bem como o seu impacto na atualidade e que permita um diálogo tão necessário com o passado “desconfortável” da época colonial portuguesa, contribuindo para uma sociedade mais democrática, plural, informada e inclusiva. Neste capítulo desenvolve-se uma proposta para o Museu da Experiência Colonial Portuguesa, que se pretende que cumpra essa necessidade. Como ponto de partida, analisar-se-ão três exposições temporárias realizadas recentemente em Portugal, seguidamente será analisado o modo como alguns museus estrangeiros com coleções coloniais se reinventaram e adaptaram a uma época pós-colonial e, por fim, elaborar-se-á uma proposta para um museu sobre a experiência colonial portuguesa.

## 5.2. ÉPOCA PÓS-COLONIAL – OS MUSEUS COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO

Mesmo que a palavra “colonial” esteja ausente nas legendas das vitrines, muitos dos exemplares presentes hoje nas exposições de muitos museus foram recolhidos nesse contexto. Um contexto de desigualdade e muitas vezes de violência e opressão que durante muito tempo não foram questionados.

É necessário rever a forma de expor estes objetos. Como estão expostos? Que informação é referida nas legendas? Meras informações funcionais sobre a tipologia, material, uso e datação ou o exemplar é devidamente contextualizado e interpretado?

Um museu, entre outras funções, guarda a história e forma a memória e identidade. Transmitindo a ideia de sociedades pouco evoluídas e “congeladas” no tempo, estarão a contribuir para a discriminação dessas sociedades; ou para a visão paternalista, uma continuidade da mitologia do “bom colonizador”, vestígios residuais de uma ideologia luso-tropicalista.

Neste contexto, alguns museus sentiram esta necessidade de atualizar a linguagem utilizada e iniciaram o processo chamado de “descolonização” das suas exposições, tendo existido um debate à escala internacional sobre este assunto desde os anos 70 do século XX.<sup>368</sup> O que se entende por “descolonização” neste caso? “Descolonizar” as coleções coloniais de um museu implica interpretá-las fora do olhar do colonizador, libertando-se de uma perspetiva eurocêntrica e com alguns preconceitos. Significa, portanto, interpretar os exemplares à luz de outro olhar, mais democrático e inclusivo, atualizando as narrativas utilizadas e incluindo as comunidades de origem.<sup>369</sup>

Várias instituições museológicas têm sentido essa necessidade de refletir de forma crítica sobre as suas coleções de origem colonial e sobre os discursos e práticas utilizadas.

Em 2018 a Associação de Museus Alemães teve um papel pioneiro ao publicar diretrizes com orientações sobre a forma de tratar coleções coloniais, com linguagem clara e exemplos práticos que são úteis a um público internacional, não estando apenas focado na realidade alemã.<sup>370</sup>

A nível nacional, recentemente têm sido dados alguns passos nessa direção, como o trabalho desenvolvido pelo Museu Nacional de História Natural e da Ciência de Lisboa na incorporação e tratamento do espólio do antigo Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

---

<sup>368</sup> AMARO, Gonçalo e FELISMINO, David - Resultados do inquérito sobre a presença de património proveniente de territórios não-Europeus em Museus Portugueses, *Boletim ICOM Portugal – As Coleções extra-europeias*, Nº 17, Série III, Dezembro 2021, p.126.

<sup>369</sup> Ibidem, p.127.

<sup>370</sup> *Guidelines for German Museums – Care of Collections from Colonial Contexts*. Berlim: German Museums Association, 2021.

Em 2015 o IICT foi extinto e as suas coleções históricas e científicas foram integradas no Museu Nacional de História Natural e da Ciência.<sup>371</sup> Estas coleções foram constituídas no âmbito de missões científicas realizadas nas antigas colónias portuguesas entre os finais do século XIX e o fim do império colonial em 1975<sup>372</sup> e a sua incorporação foi encarada como uma oportunidade de revisão da narrativa colonial, implementando também as orientações referidas nas “Diretrizes para os Museus Alemães – Tratamento de Coleções provenientes de contextos coloniais”, documento mencionado anteriormente, nomeadamente: a pesquisa de proveniências das coleções de etnografia recolhidas em missões científicas a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste; a identificação de exemplares histórica e culturalmente sensíveis; a promoção do contacto com associações de migrantes e afrodescendentes com o intuito de diversificar o público, bem como desenvolver narrativas mais plurais e inclusivas sobre as coleções.<sup>373</sup>

Em Portugal, são visíveis iniciativas pontuais que revelam um renovado interesse em conhecer as coleções de origem colonial, acompanhando o que já se tem vindo a realizar na Europa em décadas anteriores. Grande parte das coleções coloniais portuguesas ainda se encontra por estudar ou mesmo inventariar, desconhecendo-se as suas dimensões reais. O ICOM Portugal, como primeira abordagem a este aspeto, realizou em 2021 um inquérito a todas as entidades museológicas nacionais com o objetivo de conhecer melhor o “património proveniente de territórios não-Europeus”, tendo analisado a localização, a tipologia e quantidade dos objetos preservados, a sua proveniência, data e forma de incorporação e, por fim, a quantidade de objetos inventariados.<sup>374</sup> De referir que a escolha da terminologia “não europeu” torna-se ambígua, ao contornar o uso da palavra “colonial”, dificulta a compreensão do contexto histórico associado aos objetos, permitindo apenas a distinção geográfica.

Além deste inquérito, o ICOM Portugal dedicou também as Jornadas de Outono desse ano ao tema “Museus com coleções não europeias”, onde foram apresentados os resultados do referido inquérito e, entre outros temas pertinentes, foi apresentado o Projeto de investigação “TRANSMAT: Materialidades transnacionais (1850 – 1930): reconstituir coleções e conectar histórias”. Constituído por uma equipa multidisciplinar de museólogos, arqueólogos, antropólogos, filósofos, historiadores da ciência e da arte, este projeto iniciado em 2021 e com a duração de três anos, pretende analisar e documentar a proveniência e a circulação dos objetos coletados da segunda metade do século XIX até aos anos 30 do século XX, presentes nas antigas “coleções de comparação” - atuais coleções

---

<sup>371</sup> GODINHO, Ana; MATEUS, Catarina; et al - Património científico colonial num tempo pós-colonial. As coleções antropológicas e fotográficas do Instituto de Investigação Científica Tropical, *Boletim ICOM Portugal – As Coleções extra-europeias*, Nº 17, Série III, Dezembro 2021, p. 52.

<sup>372</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>373</sup> *Ibidem*, pp. 54 e 55.

<sup>374</sup> AMARO, Gonçalo e FELISMINO, David - Resultados do inquérito sobre a presença de património proveniente de territórios não-Europeus em Museus Portugueses, *Boletim ICOM Portugal – As Coleções extra-europeias*, Nº 17, Série III, Dezembro 2021, pp.126- 135.

etnográficas - do Museu Municipal Santos Rocha na Figueira da Foz e do Museu Nacional de Etnologia em Lisboa.<sup>375</sup> Este projeto será um ponto de partida para aprofundar o conhecimento das coleções coloniais trazendo-lhes uma nova visibilidade e idealmente criar a oportunidade para a extensão deste estudo a outros museus.

Como referido anteriormente, a maioria dos museus portugueses com coleções de origem colonial ainda não concretizaram o processo de revisão da narrativa das exposições permanentes, por este motivo optamos por analisar exposições temporárias realizadas recentemente que seguem uma museologia mais reflexiva e crítica e que se identificam de uma forma mais próxima com o que se idealiza para o projeto do futuro museu.

Em seguida, analisaremos três exposições temporárias realizadas em Lisboa entre 2017 e 2019.

## **5.2.1. EXEMPLO EM PORTUGAL**

### **5.2.1.1. PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS**

Apesar de não poder ser considerado um museu, desafiando as classificações mais comuns, o Padrão dos Descobrimentos merece referência pelo trabalho desenvolvido na realização de exposições temporárias que abordam temas pertinentes e sensíveis, relacionados com a temática da época da expansão e do colonialismo embora de formas menos óbvias, convidando o visitante ao debate e à reflexão. As exposições realizadas são ainda complementadas por visitas guiadas, áudio guias, atividades culturais e educativas e por vezes visitas com o apoio de investigadores e especialistas nos temas abordados.

O Padrão dos Descobrimentos, monumento edificado provisoriamente para a Exposição do Mundo Português, em 1940, segundo o projeto do arquiteto Cottinelli Telmo (1897 – 1948) e do escultor Leopoldo de Almeida (1898 – 1975) responsável pelas esculturas monumentais que ladeiam o navio estilizado, somente em 1960 seria construído a título definitivo, em betão, no contexto da comemoração dos 500 anos da morte do Infante D. Henrique.<sup>376</sup> Posteriormente, o interior do edifício foi remodelado pelo arquiteto Fernando Ramalho, que incluiu um auditório, salas de exposições e um miradouro, sendo inaugurado em 1985 como Centro Cultural das Descobertas.<sup>377</sup>

---

<sup>375</sup> FERREIRA, Ana Margarida; CARDOSO, Ana Paula, et al – As coleções não europeias do Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz, *Boletim ICOM Portugal – As Coleções extra-europeias*, Nº 17, Série III, Dezembro 2021, p.146.

<sup>376</sup> VAZ, Paula Cristina – *Olhar o Padrão dos Descobrimentos*. Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, p.6.

<sup>377</sup> “O Monumento”, in *Padrão dos Descobrimentos*, [s.d.]. Consulta realizada em: 26.06.2022. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/padrao-dos-descobrimentos/>

Inevitavelmente, este monumento carrega o peso da memória do Estado Novo e do mito imperial português. Contudo, em vez de ter cristalizado essa memória, é um espaço de renovação, resistindo aos inúmeros visitantes que visitam o espaço com a expectativa de encontrar uma exposição permanente sobre os Descobrimentos portugueses.<sup>378</sup> É um bom exemplo de que mais construtivo do que apagar os vestígios de um passado menos positivo, é possível usá-lo como ponto de partida para melhorar o presente, promovendo o questionamento e o debate. Podemos constatá-lo em dois exemplos de exposições realizadas.

#### **5.2.1.1.1. EXPOSIÇÃO “RACISMO E CIDADANIA”**

Entre maio e setembro de 2017 esteve patente a exposição intitulada “Racismo e Cidadania”, realizada no âmbito do programa cultural da Câmara Municipal de Lisboa: “Passado e Presente – Lisboa, Capital Ibero-Americana de Cultura 2017”, com a curadoria de Francisco Bethencourt.

Esta exposição abordou a evolução histórica da discriminação racial, tanto em território nacional como nas antigas colónias portuguesas entre o século XV e o século XX e analisa o seu impacto na cidadania. Para tal, são incluídos exemplares cedidos por museus e instituições culturais e obras de arte de artistas contemporâneos.

A exposição estava organizada em duas partes e seis secções:<sup>379</sup>

##### **Primeira parte**

##### **a) “Contra os Judeus e os Muçulmanos”:**

Foram abordados os preconceitos contra judeus e muçulmanos e as discriminações a que foram sujeitos com as políticas de conversão forçada ou expulsão do país.

##### **b) “Os escravos vindos de África”:**

Refere-se o racismo fundamentado na cor da pele e associado à escravatura de negros. Esta noção de inferioridade é transmitida por exemplo na obra “*Infante D. Afonso e um pajem negro*” (século XVII), em que o Infante D. Afonso é representado com um negro que serve de mero entretenimento na corte.

---

<sup>378</sup> VAZ, Paula Cristina – *Olhar o Padrão dos Descobrimentos*. Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, p.11.

<sup>379</sup> BETHENCOURT, Francisco – *Racismo e Cidadania* [Catálogo da Exposição], Lisboa: EGEAC E.M., 2017.



**c) “Nativos da América e da Ásia, A Europa no centro e outros racismos”:**

Este núcleo abordou a teoria da hierarquia racial, que tentou encontrar uma explicação científica para legitimar a superioridade europeia e a sua “missão” de civilizar povos “inferiores”.

**Segunda parte**

**d) “O regime de trabalho no mundo colonial português”:**

Este núcleo focou-se na colonização moderna, que com a escravatura e a sua passagem ao trabalho forçado, reforçou preconceitos contra negros, presentes em fotografias, bandas desenhadas e objetos aparentemente tão inócuos como anúncios publicitários e cerâmicas de uso doméstico.

**e) “Realidades contraditórias: olhares sobre as colónias”:**

Neste núcleo é referido a ambiguidade da representação dos negros nas exposições coloniais realizadas nas décadas de 30 e 40 do século XX. As mulheres negras e o seu erotismo e beleza exótica por um lado e por outro a inferioridade dos negros incivilizados e selvagens que habitavam “zoos”, em aldeias simuladas, que precisavam da “generosidade” do europeu. É referida a ambiguidade também presente na assimilação das populações africanas. Obrigadas a adotar a cultura europeia são discriminados pelos colonos ao mesmo tempo que perdem os seus laços com os costumes africanos. Neste núcleo são também abordadas questões ambíguas contemporâneas, como as dificuldades de obtenção de cidadania pelos imigrantes provenientes das antigas colónias, em virtude da Lei da Nacionalidade de 1981 ser baseada no direito de sangue e não no direito de solo.

**f) “Um novo olhar sobre África”:**

Neste último núcleo fez-se a ligação à época atual com a exposição de obras de arte de artistas portugueses e africanos “em que a memória é utilizada na busca de identidade e de um futuro sem preconceitos”<sup>380</sup>, fechando a exposição com um tom otimista e promissor.

Esta exposição foi complementada com visitas guiadas realizadas por investigadores e especialistas<sup>381</sup> e houve a preocupação de organizar ações de formação para professores de História sobre a adaptação dos conteúdos da exposição aos alunos e as potencialidades dos temas da exposição serem trabalhados nas aulas.<sup>382</sup>

---

<sup>380</sup> BETHENCOURT, Francisco – *Racismo e Cidadania* [Catálogo da Exposição], Lisboa: EGEAC E.M., 2017, p. 1.

<sup>381</sup> VAZ, Paula Cristina – *Olhar o Padrão dos Descobrimentos*. Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, p.40.

<sup>382</sup> *Ibidem*, p.37.

### 5.2.1.1.2. EXPOSIÇÃO “CONTAR ÁFRICAS!”

Esta exposição esteve patente de novembro de 2018 a abril de 2019, com a coordenação científico-museológica a cargo de António Camões Gouveia e com a colaboração de mais quarenta e três investigadores. Os exemplares expostos foram cedidos por vinte e oito instituições, entre museus, universidades, centros de investigação e associações culturais, na sua maioria de Lisboa.

Nesta exposição foi assumido o objetivo de mostrar a diversidade de África e “não a «visão» que de África tiveram os portugueses.”<sup>383</sup> Cada exemplar foi escolhido individualmente por investigadores na área de história, antropologia, arte, geografia e literatura que se têm dedicado ao estudo de temas relacionados com África. Além do exemplar, escolheram também uma palavra para o definir e os objetos foram organizados em três núcleos: Espaços e Poderes, Conquista e Exploração, Símbolos e Cores.

Temas abordados em cada núcleo:

#### **Espaços e Poderes:**

- Ancestralidade, Arquivo, Escrita, Independência, Mãe, Mulher, Mapa, Política, Realeza, Reino, Reparar, Revolução.

#### **Conquista e Exploração:**

- Comércio, Desumanizar, Direitos, Discriminar, Escravatura, Exuberância, Metalúrgia, Racistas, nós?!, Resiliência.

#### **Símbolos e Cores:**

- Adivinhação, Animal, Capulanas, Ciência, Cipale, Conhecer, Conhecimento, Crenças, Crianças, Criatividade, Djidiu, Duração, Panaria, Poder, Preservar, Proteção, Resistência, Sabedoria, Sincretismo, Transfiguração.

Nesta exposição foram incluídos alguns exemplares que permitiram retratar narrativas menos comuns, que com certeza desafiaram algumas ideias preconcebidas de visitantes e incluiu temas mais sensíveis como a escravatura e o racismo.

Destaca-se uma carta trocada por chefes tradicionais angolanos em 1913. Na maioria dos casos as exposições mostram os textos que os europeus escreveram e raramente é apresentada

---

<sup>383</sup> VVAA – *Contar Áfricas!* (Catálogo da Exposição Contar Áfricas!), Lisboa: EGEAC E.M., 2018, p.2.

documentação escrita por africanos sobre a sua interação com os europeus.<sup>384</sup> A escrita foi levada para Angola no século XVI pelos portugueses e foi apropriada pelas chefias que trocaram correspondência e criaram arquivos. Contudo, esta é uma realidade pouco conhecida por um visitante leigo e desmistifica a ideia tão vincada do africano como ser “inferior” e “incivilizado”.

Em outro núcleo é apresentado um quadro de José Malhoa representando o grupo musical de S. Jorge, grupo composto por membros da comunidade africana, que animava as ruas de Lisboa na procissão do Corpo de Deus no século XIX. Mostra a integração dos negros em cerimónias religiosas, por um lado, e por outro a limitação da sua liberdade religiosa, uma vez que não tinham permissão para seguir os seus ritos de origem.

É também abordada a escravatura, com a escolha de grilhetas e de uma coleira de latão para escravos e refere-se na exposição a necessidade de encarar o papel de Portugal no tráfico de pessoas escravizadas e de passar do “enfoque dos “Descobrimentos” ao conhecimento da complexidade da experiência colonial portuguesa e dar voz e visibilidade aos descendentes das famílias escravizadas (...)”.<sup>385</sup>

O racismo “suave” é materializado nos livros escolares da década de 30 do século XX, que instruíam as crianças que “os negros são como crianças grandes, por isso temos de lhes ensinar os valores da civilização”.<sup>386</sup>

Esta exposição permitiu questionar algumas ideias feitas sobre África e criar um novo olhar sobre o tema, mais rico e diverso.

## **5.2.1.2. GALERIA MUNICIPAL DE LISBOA**

### **5.2.1.2.1. EXPOSIÇÃO “RETORNAR – TRAÇOS DE MEMÓRIA”**

Em 2015, coincidindo com os 40 anos da ponte aérea realizada em 1975 durante o processo de descolonização de Angola, foi organizada uma exposição sobre o tema do “retorno” à antiga metrópole dos portugueses então residentes nas antigas colónias portuguesas.<sup>387</sup> A exposição com curadoria de Elsa Peralta e co-curadoria de Joana Gonçalo Oliveira esteve patente entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, na Galeria Avenida da Índia (Galeria Municipal de Lisboa).

---

<sup>384</sup> VVAA – *Contar Áfricas! (Catálogo da Exposição Contar Áfricas!)*, Lisboa: EGEAC E.M. , 2018, p.9.

<sup>385</sup> VVAA – *Contar Áfricas! (Catálogo da Exposição Contar Áfricas!)*, Lisboa: EGEAC E.M. , 2018, p.33.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p.41.

<sup>387</sup> PERALTA, Elsa – “Retornar ao fim do Império: Fazer a memória de uma herança ilegítima”, in *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.6, nº 11, Jul./ Dez. de 2017, p. 21.

A exposição teve como ponto de partida uma investigação então em curso, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - Projeto Exploratório “*Narratives of loss, war and trauma: Portuguese cultural memory and the end of empire*” – sobre os testemunhos de “retornados” e foi integrada no programa cultural da Câmara Municipal de Lisboa.<sup>388</sup>

Esta exposição, mais do que um espaço para contar a história do “retorno”, pretendia constituir um “um arquivo de testemunhos, objetos e imagens” que permitissem refletir sobre este momento histórico e criar disponibilidade para entender as suas tensões e contradições.<sup>389</sup>

Dividia-se por quatro núcleos, cada um com um autor distinto:<sup>390</sup>

#### **1- “Arquivo”**

O primeiro núcleo, realizado por uma equipa científica, contextualizava o evento do «retorno», propondo um interrogatório sobre as condições históricas, políticas e sociais em que aconteceram as migrações entre a metrópole as colónias africanas, desde o século XIX até à época da descolonização.

#### **2- “Atlas”**

O segundo núcleo era constituído por 56 molduras onde foram expostas fotografias pessoais e amadoras doadas por antigos colonos que participaram na pesquisa referida anteriormente. São mostradas “imagens de vivências do quotidiano em África, de exploração e violências coloniais, e de guerra, são apresentadas sem legenda ou contexto, assim fragmentando o sentido da temporalidade, linearidade ou causalidade histórica.”<sup>391</sup>

#### **3- “Alheava\_Para Depósito”**

Este núcleo representou uma intervenção artística criada por um artista plástico, baseando-se na sua própria experiência pessoal. O legado colonial fez-se refletir em fotografias, álbuns familiares, documentos, selos e livros escolares, dispostos aparentemente de uma forma arbitrária, mas de forma intencional “privilegiando arrumações próprias de espaços familiares”.<sup>392</sup>

#### **4- “Testemunho”**

O quarto e último núcleo era composto por doze fotografias de retratos, acompanhadas por gravações das vozes das pessoas retratadas, expondo o seu testemunho, embora não se

---

<sup>388</sup> Ibidem.

<sup>389</sup> “Exposição: Retornar – Traços de Memória”, in *Galerias Municipais de Lisboa*, [s.d.]. Consulta realizada em: 24.06.2022. Disponível em: <https://galeriasmunicipais.pt/exposicoes/retornar-tracos-de-memoria/>

<sup>390</sup> PERALTA, Elsa – “Retornar ao fim do Império: Fazer a memória de uma herança ilegítima”, in *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.6, nº 11, Jul./ Dez. de 2017, p.p. 21 – 24.

<sup>391</sup> Ibidem, p.p. 23 e 24.

<sup>392</sup> Ibidem, p. 24.

fazendo a ligação entre a voz e a pessoa correspondente. Expostas numa sala intimista, procurou-se criar uma experiência pessoal, emocional e sensorial.

Em termos museográficos , foi optado por colocar apenas textos de sala no início de cada núcleo e omitir legendas, contextos geográficos e temporais uma vez que o objetivo da exposição não seria recriar a história do “retorno” mas sim mostrar a memória do “retorno”, assumindo a exposição de “fragmentos” de uma realidade, como afirma a curadora: “Mas independentemente do sentido das escolhas feitas, estamos em todos os casos perante fragmentos, de verdades incompletas, provisórias e contingentes. (...) Não podemos pedir a estes fragmentos «toda a verdade», como se bastassem como documentos históricos.”<sup>393</sup> Segundo esta, a ausência de legendas permite que o visitante seja livre de fazer as suas interpretações, sem qualquer tipo de mediação de um texto, ou pretensão de coerência, não querendo “sistematizar a narrativa expositiva numa qualquer versão única da história.”<sup>394</sup> Em termos conceptuais, esta opção é muito interessante e é um bom mote para reflexões pertinentes sobre a diferença e as ligações entre a memória e a história. Contudo, no caso de uma exposição idealizada para um público geral, não académico, a interpretação de uma exposição tão minimalista na sua abordagem, pode-se revelar difícil e até mesmo frustrante, não cumprindo o propósito idealizado.

Não tiveram a pretensão de atenuar a violência mostrada, caso as imagens acrescentassem um novo olhar ao debate,<sup>395</sup> correndo o risco da exposição ser alvo de críticas, como se chegou a verificar no livro de comentários da exposição em que foi expresso algum desagrado pela inclusão de fotografias que expunham aspetos negativos do colonialismo.<sup>396</sup>

A exposição foi complementada por visitas guiadas, leituras encenadas, conversas, palestras e ainda uma peça de teatro.<sup>397</sup>

Ao lado do Padrão dos Descobrimentos, local simbólico do legado colonial, foi criada uma instalação com contentores empilhados. No exterior dos contentores foram colocados fragmentos de uma fotografia de Alfredo Cunha (1953 - ) tirada aquando do regresso dos portugueses residentes nas ex-colónias, mostrando caixotes de madeira empilhados junto ao rio Tejo, com os poucos pertences que conseguiram a muito custo serem enviados para a metrópole. Fotografia essa tirada no mesmo local onde foram colocados os contentores, lembrando esse momento, embora de outra

---

<sup>393</sup> PERALTA, Elsa – “Retornar ao fim do Império: Fazer a memória de uma herança ilegítima”, in *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.6, nº 11, Jul./ Dez. de 2017, p. 27.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>395</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>396</sup> *Ibidem*, p.p. 34 e 35.

<sup>397</sup> “Exposição: Retornar – Traços de Memória” in *Galerias Municipais de Lisboa*, [s.d.]. Consulta realizada em : 24.06.2022. Disponível em: <https://galeriasmunicipais.pt/exposicoes/retornar-tracos-de-memoria/>

forma. No interior, os contentores foram deixados vazios, tendo sido colocadas apenas frases nas paredes, fragmentadas, retiradas dos testemunhos das gravações de vozes presentes na exposição, referidas anteriormente.<sup>398</sup>

Apesar da exposição não seguir o formato mais convencional e incluir núcleos fundamentados em investigação académica e outros núcleos com uma vertente mais artística, a exposição foi muito visitada, mesmo tratando-se de um tema difícil.<sup>399</sup> Foi notória a vontade de partilha, pelas famílias que visitaram a exposição com os filhos e netos, bem como durante as visitas comentadas, interrompidas pela partilha de testemunhos pessoais<sup>400</sup>, o que foi ao encontro do que a exposição ambicionava.

Após o “retorno” apressado em 1975 e o entusiasmo de uma tão ambicionada democracia, não houve tempo, espaço ou disponibilidade para refletir sobre o impacto e as consequências deste momento histórico. Esta exposição pretendeu aproximar a história da vida, criando um espaço de diálogo, de partilha da experiência pessoal de como a história do colonialismo e a descolonização foram vividas, trazendo visibilidade da realidade do “retorno” para a esfera pública mesmo sabendo das limitações de mostrar uma realidade tão complexa. A exposição permitiu a confrontação com os legados menos “confortáveis” da descolonização e que poucos espaços de diálogo têm tido.<sup>401</sup>

## 5.2.2. EXEMPLO ESTRANGEIRO

### 5.2.2.1. MUSEU DO QUAI BRANLY, PARIS

Localizado ao lado da Torre Eiffel, numa zona emblemática de Paris, o Museu do Quai Branly abriu ao público em 2006. Dedicado às artes e civilizações de África, Ásia, América e Oceânia, a sua exposição permanente contempla 3500 exemplares de uma coleção proveniente da junção de dois museus já existentes, o Museu do Homem e o Museu das Artes de África e da Oceânia, tendo no total aproximadamente 300 000 objetos, provenientes dos quatro continentes.<sup>402</sup>

O percurso para a concretização deste museu foi longo e não isento de polémica, com manifestações de apoio e de repúdio ao projeto principalmente pela sua pretensão de ser um novo museu, com uma nova tipologia que conciliasse arte e antropologia num mesmo espaço expositivo.

---

<sup>398</sup> PERALTA, Elsa – “Retornar ao fim do Império: Fazer a memória de uma herança ilegítima”, in *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.6, nº 11, Jul./ Dez. de 2017, p. 25.

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>400</sup> *Ibidem*.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>402</sup> DIAS, Nélia – “Double erasures: rewriting the past at the Musée du quai Branly”, in *Social Anthropology/ Anthropologie Sociale*, v.3, nº 16, 2008, p.300.

Este projeto foi acarinhado e impulsionado pelo Presidente da República de então, Jacques Chirac, apreciador da chamada “Arte Primitiva”.

A ideia da criação de um museu que reunisse as coleções de “arte tribal” do Museu Nacional de Artes da África e da Oceânia e a do Museu do Homem – ambos os museus localizados em Paris – foi anunciada exatamente dez anos antes da sua inauguração. Em 1996, o Presidente Jacques Chirac anuncia a criação deste museu para dar o “devido lugar a culturas e civilizações por muito tempo ignoradas pelos ocidentais”<sup>403</sup> e decide expor uma seleção de obras-primas dessas coleções no Louvre.

Em 2000, é inaugurada uma ala do Louvre, o Pavillon des Sessions, inteiramente dedicada às “artes dos povos não ocidentais”<sup>404</sup>, onde foi exibida uma seleção de 200 exemplares e serviu de ensaio para a concretização do novo museu. As escolhas para a museografia deste primeiro espaço foram muito idênticas ao que foi realizado no espaço da exposição permanente do futuro Museu do Quai Branly. Uma ala mais próxima de uma galeria de arte do que de um museu de antropologia, apresentava um espaço minimalista, branco e com uma boa iluminação. As legendas estavam afastadas dos exemplares e a sua parca informação resumia-se ao material, data, região e tribo estimadas. O contexto da proveniência dos objetos podia ser aprofundado no final do percurso, numa sala com material audiovisual que completava algumas informações sobre os objetos observados.<sup>405</sup>

Este primeiro conceito embrionário é concretizado por fim em 2006, adotando algumas das escolhas feitas anteriormente na exposição no Louvre. No Museu do Quai Branly os objetos expostos têm um grande apelo visual e são iluminados com pouca luz, criando um ambiente de mistério, cuja intenção é a criação de uma ligação sensorial e emocional com as peças. À semelhança da exposição no Louvre, as legendas são propositadamente pouco visíveis com a pretensão de que os objetos “falem por si”. A forma como a sala da exposição permanente está organizada é inovadora, não recorrendo à divisão de espaços por galerias como num museu tradicional. Em vez disso, as zonas geográficas são delimitadas por cores, no chão. As áreas fluídas e sem barreiras representam também simbolicamente a ausência de hierarquias entre as culturas<sup>406</sup>, conceito que foi muito importante durante a criação do museu e que está no cerne da sua missão. Após uma época em que os museus de Antropologia incluíam salas de comparação em que uma cultura dita “primitiva” era usada como comparação e evidência do grau evolutivo de outra cultura mais “civilizada”, o Museu do Quai Branly tenta romper com esta ideia e declarar de uma forma muito visível a negação da hierarquia cultural dentro do seu

---

<sup>403</sup> Aux Quatre Coins du Monde - Pavillon des Sessions”, in *Louvre*, [s.d.]. Consultado a: 01.08.2022, disponível em: <https://www.louvre.fr/decouvrir/le-palais/aux-quatre-coins-du-monde>

<sup>404</sup> VINCENT, Nina – O museu do Quai Branly e suas exposições: “objetos etnográficos”, “arte primitiva” e propostas curatoriais, in *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 11, nº 1, 2014, p. 150.

<sup>405</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>406</sup> DIAS, Nélia – “Double erasures: rewriting the past at the Musée du quai Branly”, in *Social Anthropology/ Anthropologie Sociale*, v.3, nº 16, 2008, p.303.

museu. Todas as culturas são iguais na sua importância e expostas na mesma categoria. Chirac inclusive refere no discurso de inauguração que o museu pode dar uma lição de humanidade.<sup>407</sup> Contudo, observa-se o paradoxo da ausência das coleções europeias. Celebra-se a diversidade cultural, embora se mantenha a duplicidade do ponto de vista de “nós” e os “outros”, criando uma barreira invisível na interpretação da exposição.

A ligação entre as várias culturas apresentadas é feita pela sua vertente artística, como uma linguagem comum, conceito que tinha sido anteriormente explorado na exposição no Louvre. É uma interpretação inovadora que tenta resolver a dicotomia entre Arte e Antropologia. A mensagem do museu seria “permitir que os visitantes vejam livremente sem as lentes do conhecimento que restringem a contemplação «pura» dos objetos”.<sup>408</sup>

Os objetos não-europeus historicamente foram considerados exemplares utilitários ou decorativos e não eram exibidos em museus de arte. Neste museu o foco no valor artístico foi também uma forma de tentar reparar o legado colonial e elevar os exemplares não-europeus à altura da arte europeia. A forma cenográfica e espetacular de mostrar as peças tinha como intuito homenagear as pessoas marginalizadas ao longo da história.<sup>409</sup>

Além de ser uma instituição cultural, de tutela estatal, este museu representa também uma afirmação política. Centrando a sua comunicação na diversidade cultural do mundo e do país, pretende mostrar a abertura da França ao mundo e simbolicamente mostra aos imigrantes na França o seu esforço de inclusão e representatividade étnica, numa época em que o descontentamento das segundas e terceiras gerações de imigrantes era crescente.<sup>410</sup>

Apesar da intenção de lidar com as consequências do colonialismo no presente, o museu não faz um esforço para reconhecer o contexto colonial das obras que apresenta. Muitas das coleções são provenientes de antigas colónias francesas, mas esse legado colonial não é percebido na exposição permanente. Não há uma informação clara sobre como os objetos foram coletados e não existe referência a um contexto histórico.<sup>411</sup> Estas foram algumas das críticas feitas ao museu, por vários profissionais, incluindo também a sua excessiva preocupação com a estética dos objetos expostos.<sup>412</sup> As opções expositivas realizadas na exposição permanente não foram estendidas às exposições

---

<sup>407</sup> Ibidem, p.302.

<sup>408</sup> Ibidem, p.304.

<sup>409</sup> Ibidem, p.305.

<sup>410</sup> DIAS, Nélia – “Double erasures: rewriting the past at the Musée du quai Branly”, in *Social Anthropology/ Anthropologie Sociale*, v.3, nº 16, 2008, p.301.

<sup>411</sup> Ibidem, p.307.

<sup>412</sup> VINCENT, Nina – O museu do Quai Branly e suas exposições: “objetos etnográficos”, “arte primitiva” e propostas curatoriais, in *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, 2014, p. 145.



temporárias que apresentam temas abordados de uma forma mais aprofundada, complementando assim a vertente da apreciação estética com a do conhecimento.<sup>413</sup>

#### **5.2.2.2. BRITISH EMPIRE AND COMMONWEALTH MUSEUM, BRISTOL**

O *British Empire and Commonwealth Museum* foi criado em Bristol, no Reino Unido, cidade com um passado colonial ligado ao tráfico de escravos. O museu foi albergado numa estação ferroviária do século XIX, recuperada e adaptada, tendo aberto ao público em 2002.

O objetivo do museu era mostrar como o Império Britânico tinha evoluído e formado as nações independentes da Commonwealth, analisando o legado do intercâmbio resultante, refletido nas línguas, instituições, comércio e cultura. Foi o primeiro museu britânico a reunir 500 anos de história colonial do país, tendo constituído um acervo com aproximadamente 75 000 exemplares.<sup>414</sup>

A exposição permanente era constituída por três grandes temas “A Grã-Bretanha constrói um império (1480 - 1800)”; “A ascensão do império de Victoria (1800 - 1900)” e “Fim do império (1900 – atualidade)” - que se estendiam por dezasseis galerias. Vejamos de forma mais detalhada cada um dos núcleos:<sup>415</sup>

#### **A Grã-Bretanha constrói um império (1480 - 1800)**

Este núcleo retratava o início do império britânico, a construção de impérios comerciais por todo o mundo e as consequências, positivas e negativas desta expansão.

Incluía as galerias:

- Exploração e pilhagem
- Comércio de Luxo
- Plantações nas Américas
- Ilhas do Império

---

<sup>413</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>414</sup> “The British Empire and Commonwealth Museum appoints Schools Officer”, in *Empire Museum*, 11 de Março de 2002. Consultado em : 01.07.2022. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20020405200948/http://www.empiremuseum.co.uk/html/Deborahrelease.html>

<sup>415</sup> “The British Empire & Commonwealth Museum - Exhibitions - Main Galleries” in *Empire and Us - The British Empire and Commonwealth Museum* - Consultado em: 01.06.2022. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20110509160618/http://www.empiremuseum.co.uk/exhibitions/maingalleries.htm>

### **A ascensão do império de Victoria (1800 - 1900)**

No segundo núcleo desenvolvia-se a história do império Vitoriano em detalhe, mostrando como tinha acontecido a sua expansão e como este império era gerido. Referia-se igualmente a experiência de viver sob o domínio britânico.

Incluía as galerias:

- *Pax Britannica?*
- Conflito e controle
- Encolhendo o globo
- Colónias brancas da Grã-Bretanha
- Impulso humanitário
- O Império em casa

### **Fim do império (1900 – atualidade)**

O terceiro e último núcleo terminava com o declínio do Império Britânico e a sua transição para a Commonwealth. Mostrava também o legado do império no Reino Unido atual, fazendo a ponte com o presente.

Incluía as galerias:

- Famílias coloniais
- Floresta, planície e selva
- Desenvolvendo dilemas
- Império em apuros
- Ideal da Commonwealth
- A Commonwealth chega à Grã-Bretanha

O museu tinha um âmbito nacional, embora fosse tutelado por uma instituição privada e recebia financiamento estatal e de instituições de caridade ligadas ao património.<sup>416</sup>

O museu era muito dinâmico, foram organizadas diversas exposições temporárias sobre a migração, a cultura Nativa Americana, o tráfico de escravos, entre outros e atividades dedicadas ao público escolar.

Foi constituído um arquivo de história oral, que incluía vários testemunhos de pessoas que tinham vivido e trabalhado nas antigas colónias britânicas, e um arquivo digital -

---

<sup>416</sup> “Awards & Reviews”, in *Empire and Us – The British Empire and Commonwealth Museum*, 05 de Fevereiro de 2012. Consultado em: 01.07.2022. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120205134714/http://www.empiremuseum.co.uk/aboutus/awardsreviews.htm>

[www.imagesofempire.com](http://www.imagesofempire.com) - de acesso livre, disponibilizando centenas de fotografias e vídeos da sua coleção, que foi, entretanto, encerrado. Existia ainda uma editora associada ao museu, que se dedicava à publicação de obras sobre temas menos divulgados na história do colonialismo inglês.<sup>417</sup>

O trabalho desenvolvido pelo museu foi reconhecido ao longo da sua curta existência com várias nomeações e prémios, destacando-se o Prémio de Excelência em Museus e Património em 2003 e no ano seguinte o Prémio para o Melhor Museu do Ano e o Prémio de Melhor Museu e Galeria do Reino Unido.<sup>418</sup>

Apesar de todo o seu sucesso em Bristol, em 2007, o museu anuncia a sua transferência para Londres - prevista no ano seguinte - com o objetivo de alargar a sua audiência a um público internacional. Esta mudança e a sua localização mais central permitiria ao museu aproximar-se do seu objetivo de ser um centro de referência para a investigação e aprendizagem sobre o passado colonial do Reino Unido.<sup>419</sup> O museu fechou ao público no outono de 2008 e para visitas de escolas no fim de março de 2009, para preparar a sua transferência para Londres, que entretanto não aconteceu.

O diretor do museu foi demitido no início de 2011 e sujeito a uma investigação policial, após o desaparecimento de cerca de 140 exemplares e da alegada venda não autorizada de exemplares do museu.<sup>420</sup>

A transferência do museu para Londres foi cancelada. Em 2012, parte dos exemplares foram devolvidos aos proprietários que os tinham doado ao museu e os restantes ficaram sob a tutela da Bristol City Council<sup>421</sup>, tendo os exemplares sido transferidos para os museus de Bristol e os documentos para os arquivos desta cidade.<sup>422</sup>

Foram recebidos cerca de 10 000 exemplares, muito diversos, que refletem a cultura dos países representados, bem como a vida e o trabalho de cidadãos ingleses que desempenharam cargos governamentais e comerciais nas ex-colónias britânicas.<sup>423</sup>

Os arquivos de Bristol receberam um significativo acervo documental, incluindo filmes, fotografias, documentos e gravações áudio. Este arquivo reveste-se de um grande interesse visto que

---

<sup>417</sup> “BECM Press: Current and Forthcoming Publications”, in *British Empire and Commonwealth Museum*, [sem data]. Consultado em: 01.07.2022. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20020603084921/http://www.empiremuseum.co.uk/books/index.html>

<sup>418</sup> “Awards & Reviews”, in *Empire and Us – The British Empire and Commonwealth Museum*, 05 de Fevereiro de 2012.

Consultado em: 01.07.2022. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20120205134714/http://www.empiremuseum.co.uk/aboutus/awardsreviews.htm>

<sup>419</sup> “Museum News” in *Empire and Us – The British Empire and Commonwealth Museum*, [sem data]. Consultado em: 01.07.2022. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20101210082129/http://www.empiremuseum.co.uk/aboutus/relationalnews.htm#move>

<sup>420</sup> “Items 'missing' from British Empire and Commonwealth Museum”, in *BBC News*, 10 de dezembro de 2012. Consultado em: 04.07.2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-bristol-20611866>

<sup>421</sup> Ibidem.

<sup>422</sup> “British Empire and Commonwealth” in *Bristol's Free Museums and Historic Houses*, [sem data]. Consultado em: 01.07.2022. Disponível em: <http://museums.bristol.gov.uk/narratives.php?irn=8786>

<sup>423</sup> Ibidem.

na sua grande maioria são fotografias e filmes recolhidos num contexto pessoal, o que permite uma visão muito personalizada e não oficial do império britânico, tais como filmagens do quotidiano, de eventos históricos, entre outros.<sup>424</sup> Estas coleções mantêm-se dinâmicas, continuam a ser documentadas, catalogadas, utilizadas em exposições e em projetos com a comunidade. Em 2020 foi lançado um novo site associado a esta coleção (substituindo o site anteriormente referido) que permite a pesquisa de informação sobre os exemplares desta coleção, sendo mais uma forma de a aproximar do público.<sup>425</sup>

### 5.3. PROJETO PARA A MUSEALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA

O museu sobre a experiência colonial portuguesa pretende refletir sobre as relações estabelecidas entre os intervenientes nesta época histórica. Assim sendo, importa incluir múltiplas narrativas que nos permitam conhecer mais do que um olhar e não impor apenas um ponto de vista.

Para musealizar uma realidade tão complexa como o colonialismo, não podemos focar-nos apenas numa perspetiva dual entre “Bons/ Maus”, “Opressores/Vítimas”, os factos deverão ser mostrados de uma forma democrática, encarando todas as culturas como igualmente importantes e válidas. Que corrente museológica seria mais apta para operacionalizar este tópico?

A Museologia Tradicional foca-se na exposição permanente e exaustiva de objetos, com legendas resumidas e pouca interpretação. A comunicação não é uma das preocupações principais uma vez que o museu é idealizado para um público que domine uma cultura erudita. Preocupa-se em destacar a especificidade e a antiguidade da identidade nacional, numa visão única.<sup>426</sup> A maioria das exposições com exemplares coloniais criadas no início do século XX seguem esta corrente museológica em que o discurso utilizado assentou numa ideologia colonial, de assimetria entre o colonizador e o colonizado, visto como de uma cultura inferior.

Um museu que retrate uma realidade tão complexa quanto a época colonial portuguesa não cumpriria eficazmente o seu propósito seguindo uma corrente museológica como a Museologia Tradicional. Em vez disso, a Nova Museologia é a corrente museológica que vai ao encontro do museu que se pretende projetar, assente na democracia, igualdade, verdade histórica e serviço à comunidade.

---

<sup>424</sup> Ibidem.

<sup>425</sup> Atualmente esta coleção poderá ser consultada em <https://becc.bristol.gov.uk/>.

<sup>426</sup> NUNES, João Paulo Avelãs - “Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia”, PEDRAS, Rita Fernanda Pinto (coord.), *I Jornadas de museologia nas Misericórdias, Penafiel, SCMP, 2015*, p. 72.

A Nova Museologia surgiu como resposta à insatisfação sentida em relação à Museologia Tradicional, demasiado centrada em métodos e menos nos seus objetivos.<sup>427</sup> Esta corrente desenvolveu-se nos anos trinta do século XX, ganhando visibilidade a partir do fim da segunda Guerra Mundial.<sup>428</sup> Ao contrário da Museologia Tradicional, a Nova Museologia reflete sobre o propósito dos museus, que entende que deverão prestar um serviço à comunidade em que estão inseridos, em vez de se centrarem apenas na coleção. Assim sendo, assume uma missão social e encara o envolvimento do público no museu como uma mais-valia, fomentando a inclusão e participação de públicos diversificados. Cria-se uma relação bilateral, em vez de unilateral, com o museu como detentor da informação e o visitante como um sujeito passivo que a recebe.<sup>429</sup>

Contrariamente à verdade absoluta advogada pela Museologia Tradicional, a Nova Museologia não receia questionar e fomenta o debate cultural e a reflexão. Aceita leituras múltiplas da realidade, e não tolera a hierarquização da cultura.<sup>430</sup> Esta corrente museológica assumindo as leituras múltiplas que podem ser feitas dos exemplares presentes nos museus, considera a investigação científica como uma área importante para o dinamismo dos museus, contribuindo para a criação de exposições temporárias relevantes.<sup>431</sup>

Para este museu, como já foi referido, pretende-se construir uma exposição permanente (complementada por exposições temporárias), que permita múltiplas leituras pelo público, em vez de apresentar uma verdade única e inquestionável e por esse motivo, a Nova Museologia é a corrente museológica que melhor corresponderá aos objetivos.

Ao contrário da opção tomada na exposição permanente do Museu do Quai Branly, pretende-se que os objetos expostos sejam acompanhados de uma legenda e/ou texto de parede que forneça ao visitante o enquadramento histórico necessário para a interpretação dos exemplares expostos. Pretende-se que sejam apresentados factos históricos comprovados cientificamente, a fim de contribuir para a construção de um conhecimento mais estruturado e abrangente acerca da colonização portuguesa.

Os conteúdos a incluir na exposição seriam investigados em parceria com especialistas, universidades e representantes das comunidades incluídas na exposição.

---

<sup>427</sup> VERGO, Peter (ed.)– *The New Museology*, Londres: Reaktion Books, 1989, p.3.

<sup>428</sup> NUNES, João Paulo Avelãs - “Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia”, PEDRAS, Rita Fernanda Pinto (coord.), *I Jornadas de museologia nas Misericórdias*, Penafiel, SCMP, 2015, p. 72.

<sup>429</sup> NUNES, João Paulo Avelãs - “Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia”, PEDRAS, Rita Fernanda Pinto (coord.), *I Jornadas de museologia nas Misericórdias*, Penafiel, SCMP, 2015, P. 79

<sup>430</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>431</sup> *Ibidem*, p.78.

O discurso expositivo seria fundamentado em documentação e em objetos, bem como em testemunhos pessoais - recorrendo a réplicas de documentos, cartas, postais ou mesmo gravações de testemunhos - que criem empatia e sentido crítico nos visitantes, para que sejam sujeitos ativos durante a visita.

A função do museu não se esgota na exposição das coleções, é fundamental estabelecer uma relação próxima com as comunidades, imigrantes, de ascendência africana e não só, para que se possa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e integrada. Pretende-se que seja um espaço de diálogo, democrático e inclusivo.

Pretende-se retratar não apenas a história do período colonial português, mas também as suas consequências no presente bem como o legado ainda existente.

### **5.3.1. DENOMINAÇÃO, MISSÃO, VOCAÇÃO E OBJETIVOS GERAIS**

A denominação de um museu que aborda a temática da colonização portuguesa é uma questão de toda a importância. À semelhança do “Museu das Descobertas” referido no capítulo anterior, é passível de criar polémica caso a sua denominação seja ambígua e que não indique o seu propósito de uma forma clara. Pretende-se que fique claro que o museu não será um espaço de memorialismo e saudosismo colonial, mas sim um museu que aborde de uma forma imparcial a história e a experiência de viver durante o período colonial português. Seria um museu histórico, que incluía igualmente a vertente científica, social, cultural, política e militar e teria o nome de Museu da Experiência Colonial Portuguesa. Devido à sua relevância, seria de âmbito nacional e localizado em Lisboa.

O seu objetivo seria a coleção, preservação e divulgação da história colonial portuguesa, contribuindo para a educação informal dos seus visitantes. Pretende também fomentar a discussão e espírito crítico e questionamento.

Pretende-se promover ações de formação, palestras e visitas guiadas, inclusivamente organizar visitas guiadas pelos vestígios, testemunhos e monumentos relacionados com a história colonial na cidade de Lisboa.

Deverá cumprir as funções designadas para um museu segundo o ICOM, nomeadamente: estabelecimento de uma coleção, identificação, documentação e classificação (registo e inventário), investigação, conservação, segurança, exposição e divulgação, educação e ação cultural.

### 5.3.2. ORGANIZAÇÃO DO MUSEU

- Direção
- Administração e contabilidade
- Gestão de Coleções
  - Curador/ Gestor de Coleções
  - Conservador – Restaurador
- Serviço Educativo
- Limpeza e segurança

### 5.3.3. PROGRAMA MUSEOLÓGICO

O museu teria uma sala dedicada à exposição permanente, que seria complementada por uma sala para exposições temporárias. Seria indispensável apoiar a investigação das coleções, criando parcerias com universidades, instituições e outros museus tais como o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia ou o Museu de História Natural e da Ciência de Lisboa.

O Serviço Educativo criaria visitas guiadas às exposições, workshops/ ateliers e atividades culturais adequadas a cada sector do público. Além das visitas guiadas às exposições, seria uma mais valia criar circuitos interpretativos na cidade de Lisboa que permitissem identificar e conhecer o legado colonial presente nas ruas e monumentos da cidade. Pretende-se que os visitantes sejam um elemento ativo durante as visitas.

### 5.3.4. PROPOSTA DE CONTEÚDOS

- **Contexto**
  - História e Geografia do colonialismo português: dados gerais
- **Instalação do sistema colonial português em África – séculos XIX e XX**
  - Expedições científicas em África:
    - O papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na política colonial
    - Expedições científicas realizadas pelo Instituto de Investigação Científica Tropical
  - Guerras de ocupação militar no final do século XIX/início do século XX
  - Colonização e povoamento branco

- Comunidades asiáticas e grupos intermédios na situação colonial em África
- Legislação reguladora das políticas coloniais: Ato Colonial
  
- **Educação e Relações Sociais**
  - Retrato da relação entre colonos e colonizados: a questão das relações raciais
  - Missionação, assimilação e miscigenação
  - Ensino nas colónias vs ensino na metrópole
  - Escola Colonial
  
- **Economia e Urbanismo**
  - Modernização, fomento económico e desenvolvimento urbano: as grandes infraestruturas da colonização
  - Retrato da relação entre colonos e colonizados.
    - Colonização de “setlers” / Programas de colonização direta
    - Colonização livre
  - Imigração
  
- **Relações de poder**
  - Escravatura e sua abolição
  - Lei do indigenato
  - Trabalho forçado
  
- **Ideologia colonial**
  - O culto dos Descobrimentos e a mística imperial
  - Mocidade Portuguesa
  - Comemorações, monumentos e propaganda
  - Luso-tropicalismo
  - Exposições coloniais
  - Publicidade
  
- **O princípio do fim do Império Colonial no continente africano**
  - Resistência africana ao domínio colonial
  - Nacionalismo, anticolonialismo e guerra colonial
  - Descolonização e êxodo das minorias brancas
  - Retorno



- **Instalação do sistema colonial português na Ásia – séculos XIX e XX**
  - Contexto histórico da colonização portuguesa na Ásia
  - Especificidades e características de cada colónia:
    - Goa, Damão e Diu
    - Macau
    - Timor
  - Importância comercial e geoestratégica
  - Campanhas militares
  - Missionação e Educação
  - Sociedade colonial portuguesa na Ásia
  - Independência das colónias asiáticas
  
- **Atualidade**
  - Relações pós-coloniais entre Portugal e os PALOP: a língua, a cultura e o património
  - Racismo, discriminação e os movimentos e iniciativas contra o racismo
  - Construção de uma sociedade multicultural e inclusiva

### 5.3.5. MUSEOGRAFIA

O edifício do museu será idealmente seria construído de raiz, adaptado à sua função, com espaços definidos, bons acessos, seguro, com sistema contra incêndios, controlo de temperatura e humidade relativa.

Pretende-se que a exposição seja inclusiva e de linguagem acessível, com boa iluminação que não prejudique a leitura dos textos de parede ou legendas dos objetos.

As informações geográficas e mapas poderiam ser mostrados sob a forma de equipamentos multimédia, embora de forma pontual. Alguns exemplares importantes em falta poderão ser substituídos por réplicas de objetos ou de documentos.

Os textos de parede pretendem-se que sejam informativos, mas não demasiado extensos e escritos numa linguagem acessível. Seriam produzidos pequenos folhetos e roteiros do museu, bem como um guia para quem pretenda informação mais extensa.

### 5.3.6. ESCOLHA DOS EXEMPLARES

Os objetos selecionados para este museu deverão contar a história do colonialismo português, na sua vertente institucional e na sua vertente individual e doméstica do português comum. Deverão permitir mostrar a experiência vivida e permitir uma reflexão sobre essa época.

Existem exemplares de interesse em museus, com os quais poderiam ser realizadas parcerias e que poderiam ser cedidos por empréstimo ou, em casos mais específicos, poder-se-ia realizar uma réplica, na impossibilidade de empréstimo. Outra hipótese, seria recorrer, à semelhança do *British Empire and Commonwealth Museum*, já referido, à doação ou depósito de objetos de colecionadores e particulares ou mesmo em casos pontuais à compra de exemplares. Seria de todo o interesse constituir um espólio com a participação da comunidade com fotografias, documentação pessoal e testemunhos orais que transmitisse uma visão mais próxima do que constituiu a vida nas antigas colónias. A documentação recolhida seria arquivada no Centro de Documentação onde seria constituída uma base de dados com a digitalização da documentação, acessível on-line.

A escolha de exemplares para este museu, exige cuidados específicos, dada a natureza do seu contexto colonial. Os exemplares existentes poderão ter sido obtidos de forma ilícita, com recurso a força ou opressão, numa relação desigual entre colonizador e colonizado. Todos os objetos incorporados na coleção do museu deverão ter sido adquiridos de uma forma legítima, tal como e devem ser alvo de um estudo prévio, assegurando-se o conhecimento da sua proveniência e legalidade na aquisição.

Os objetos de proveniência colonial presentes em museus tem sido alvo de pedidos de devolução em anos mais recentes e verifica-se um aumento do interesse público sobre o tema. Apesar de em Portugal os pedidos ainda não terem sido frequentes, é uma realidade para a qual os museus têm de ser preparados, com formação e instruções definidas sobre como lidar da melhor forma com estes pedidos, de uma forma profissional e responsável, indo ao encontro das recomendações já incluídas no Código de Ética para Museus, publicada pelo International Council of Museums (ICOM) em 2017, texto de referência que estabelece os padrões de referência para o bom funcionamento de um museu, que nos indica que os museus devem estar preparados para discutir a devolução de bens culturais ao seu país ou povo de origem e que esse processo deverá ser baseado em “critérios científicos, profissionais ou humanitários e sob a legislação local, nacional e internacional aplicável ao invés de ações governamentais ou políticas.”<sup>432</sup> Ressalvamos que o documento clarifica que a prioridade deve ser dada aos critérios científicos, acima dos interesses políticos.

---

<sup>432</sup> Código Deontológico do ICOM para Museus, p.14.

Quanto à legislação portuguesa, encontramos a referência a questões relacionadas com a restituição patrimonial apenas na Lei de Bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural. Onde o artigo 69º do Capítulo IV <sup>433</sup>, intitulado “Regime do comércio e da restituição” nos informa que o pedido de restituição legalmente só pode emanar de um Estado e não de uma entidade, mesmo que pública, tal como um museu ou uma instituição cultural. É notória a lacuna no enquadramento legal sobre este tema. Não obstante, observamos que é uma preocupação do Governo, que em 2020 fez publicar um dossier sobre o enquadramento internacional da restituição de bens culturais para apoio aos trabalhos parlamentares dos deputados.<sup>434</sup> Neste documento são comparadas as realidades em diferentes países, sendo descrito o enquadramento legal existente em cada país, no que concerne à restituição de bens culturais e são analisados três casos de restituição específicos: bens retirados em caso de guerra ou conflito armado, exportação/importação ilícita e remoção de bens em contexto colonial, o caso mais pertinente para este trabalho. Apesar de ser um documento preliminar, de apoio, demonstra a preocupação existente.

Os pedidos de repatriamento de exemplares de proveniência colonial em museus europeus começaram a ser realizados em meados dos anos 1970, embora a questão tenha-se tornado mais visível na esfera pública a partir de 2018, com a publicação do Relatório sobre a restituição de Património Cultural Africano, da autoria de Felwine Sarr e Bénédicte Savoy, relatório elaborado a pedido do presidente francês Emmanuel Macron. Um dos resultados que adveio da publicação deste relatório foi a restituição de vinte e seis exemplares à República do Benim e a organização de uma conferência internacional em Paris no ano seguinte.

Com o avolumar de debates na esfera pública acerca deste tema, vários países europeus sentiram a necessidade de criar guias de apoio para os museus responderem a solicitações de restituição ou repatriamento. Embora não tenham um carácter legal, estas diretrizes são indiscutivelmente úteis como enquadramento e auxílio no estabelecimento de estratégias a seguir, bem organizadas e metódicas.

Os conceitos de restituição e repatriamento são frequentemente utilizados de forma intercambiável, no entanto concretamente o repatriamento refere-se ao retorno de bens culturais ao seu país de origem, enquanto restituição diz respeito à devolução de bens culturais ao seu proprietário original, seja um indivíduo ou uma comunidade.<sup>435</sup>

---

<sup>433</sup> Diário da República, I Série A, nº 209, 8 de Setembro de 2001, Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, p 5819.

<sup>434</sup> BARROSO, Carla; BORGES, Leonor Calvão e CABRAL, Margarida – *Restituição de Bens Culturais – Enquadramento Internacional*, Lisboa: Assembleia da República, 2020.

<sup>435</sup> *Restitution and Repatriation: A Practical Guide for Museums in England*, The Arts Council of England, 2022., p.2.

Recentemente foram publicados dois guias bastante completos e informativos acerca desta problemática consultados como referência para esta dissertação, referimo-nos às obras: “Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts” e “Restitution and Repatriation: A Practical Guide for Museums in England”. A primeira obra foi publicada em 2021, pela Associação de Museus Alemães, sendo a sua terceira edição. É um guia completo e transversal que aborda como tratar de exemplares de proveniência colonial em todas as áreas de atuação num museu, desde a coleta, a conservação, a investigação, a documentação e a exposição, incluindo recomendações acerca da forma de responder e atuar em relação a eventuais pedidos de devolução de objetos.

A segunda obra foi publicada pelos Museus de Inglaterra em 2022 e é uma obra exclusivamente dedicada a apoiar os museus em questões relacionadas com o tratamento de pedidos de restituição e repatriamento de exemplares presentes em museus.

Embora ambos os guias se destinem ao apoio de museus já criados e com coleções consolidadas as recomendações contidas podem ser igualmente úteis e adaptadas à situação de um museu em projeto, tendo a vantagem de se poder implementar medidas de início, de preparar documentação e definir políticas de trabalho que antecipem e preparem futuros pedidos de devolução de exemplares.

Apesar de na esfera pública a preponderância do discurso foca-se na necessidade de devolução dos bens culturais, concordamos com os autores da obra *Guidelines for German Museums* que advogam que a devolução de objetos não deveria ser encarada de uma forma isolada e pontual, como um fim em si mesmo. Seria mais interessante e produtivo ser uma parte de um esforço mais alargado e conjunto para a renovação ou criação de museus que correspondam às exigências atuais, inclusivos, que não discriminem e cumpram o seu papel de desenvolvimento social. Que assumam a história colonial que existiu, embora analisando-a de uma forma crítica e formativa, com respeito e em conjunto com as comunidades que representam e que desta forma permitam a interpretação dessa história pelo visitante. Esse esforço mais alargado deveria incluir a revisão das legendas e textos presentes nas exposições, a informação e os pontos de vista fornecidos, sem apagar os factos. O colonialismo deixou vários vestígios nos museus, contudo, a devolução de objetos apenas não é a única resposta para a reparação desses acontecimentos.<sup>436</sup>

Iniciando pela escolha de exemplares, é fundamental realizar uma pesquisa de proveniência e compreender como foram adquiridos. A pesquisa de proveniência deverá ser considerada um processo contínuo, inacabado e fazendo parte da gestão de coleções. É necessário documentar a história do objeto, o seu percurso e a forma de aquisição, assim como perceber o significado do objeto no seu contexto original para os seus antigos proprietários ou criadores, informações de grande utilidade no

---

<sup>436</sup> *Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts*, Berlim: German Museums association, 2021, p.80.

caso de surgirem pedidos formais de devolução. Em caso de existirem dificuldades em estabelecer a proveniência de alguns objetos que sejam de grande importância para o museu, a sua aquisição ou não, deverá ser avaliada caso a caso. Este processo poderá envolver as comunidades de origem representadas por estes objetos, sempre que possível. Poderão colaborar países ou comunidades de origem, outros museus com coleções idênticas e especialistas na área, que contribuirão para o enriquecimento do conhecimento das obras.<sup>437</sup>

Os exemplares culturalmente sensíveis, como por exemplo, objetos usados em rituais, ou com importância relevante para determinadas comunidades, deverão ser documentados e sinalizados na base de dados, porque podem exigir um tratamento especializado.

Deverá ser definido um plano de ação por escrito, bem como criados documentos orientadores que auxiliem no caso da existência de um pedido de devolução e deverá ser designado um membro do museu com formação e preparado para responder a assuntos relacionados com pedidos de repatriação ou restituição.

A consulta da documentação associada aos exemplares deverá estar acessível e digitalizada para a construção de uma base de dados pesquisável on-line. O museu deverá esforçar-se por criar transparência na divulgação de informação, tendo, contudo, o devido cuidado de assegurar a proteção de dados. Apesar de ser desejável a transparência, deve-se ter em consideração que certas imagens ou informações devem ser mantidas confidenciais.

A componente expositiva do museu deverá conter legendas e textos inclusivos, que não discriminem inadvertidamente ou fomentem ideias estereotipadas. O passado conturbado dos exemplares deverá ser assumido, indicando a sua proveniência e explicando o seu contexto histórico de uma forma transparente e empática.<sup>438</sup>

### **5.3.6.1. PEDIDOS DE REPATRIAMENTO OU RESTITUIÇÃO**

No caso de o museu receber um pedido de repatriamento ou restituição poderão ser adaptadas as recomendações da obra “Restitution and Repatriation: A Practical Guide for Museums in England”, que organiza o processo em quatro etapas.<sup>439</sup> Apesar de frisar que cada pedido de informação ou mesmo de devolução deverá ser analisado individualmente e que não existe uma única forma que possa ser utilizada em todas as reivindicações recebidas, as fases do processo são idênticas:

---

<sup>437</sup> *Restitution and Repatriation: A Practical Guide for Museums in England*, The Arts Council of England, 2022., p.4.

<sup>438</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>439</sup> *Ibidem*, p.7.

1. Desenvolvimento de compreensão
2. Atuação através de uma reclamação formal
3. Avaliação da reclamação
4. Implementação dos resultados

## **1 –Desenvolvimento de compreensão**

### **a) Compreensão do(s) objeto(s)**

A compreensão do objeto reclamado implica a reunião de informação que permita interpretá-lo melhor, nomeadamente informações acerca do proprietário, da proveniência, forma de aquisição e documentação associada.

### **b) Compreensão de ambos os intervenientes no processo**

Nesta fase, pretende-se compreender as expectativas de quem faz o pedido e confirmar se o pedido é feito por quem tem legitimidade de o fazer (é autorizado a representar a comunidade?) e compreender a sua relação com o objeto reclamado.

Normalmente os pedidos são realizados por alguém individualmente, a comunidade de origem, um museu ou instituição ou um Estado.

A comunicação deverá ser feita de forma transparente de forma a criar um ambiente de confiança entre ambas as partes.<sup>440</sup> Os pedidos deverão ser recebidos de forma profissional e ser respondidos de forma célere, embora sem ceder a pressões externas que eventualmente possam ocorrer.<sup>441</sup> Caso necessário deverão ser consultados especialistas do país de origem.

## **2- Atuação através de uma reclamação formal**

Após o pedido de devolução ser formalmente realizado, deverão ser organizadas reuniões de trabalho com os requerentes da devolução do objeto.

Todas as etapas do processo e decisões tomadas deverão ser documentadas e incluídas no relatório que será submetido à avaliação dos corpos dirigentes do museu.

O processo deverá ser levado a cabo com discrição e respeito, eventualmente preparando de antemão um comunicado em conjunto dirigido à comunicação social, antecipando potenciais polémicas ou desinformação que possam surgir.

---

<sup>440</sup> Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts, Berlim: German Museums association, 2021, p.85.

<sup>441</sup> Ibidem, p.86.

- **Decisão de devolução**

A decisão de devolver um exemplar é um desafio exigente para o museu, que implica vários significados políticos, emocionais e por vezes religiosos que deverão ser tidos em conta uma vez que não serão isentos de criar um impacto político e social e de poder causar constrangimentos nas negociações.<sup>442</sup>

- **Alternativas à devolução de exemplares**

O museu deverá mostrar abertura ao diálogo e propor outras alternativas à devolução de exemplares. Existem outras possibilidades e cada caso deverá ser avaliado individualmente podendo ser consideradas as hipóteses de restituição virtual, de projetos de colaboração académica, de estabelecimento de parcerias entre o museu e a comunidade ou mesmo de exposições realizadas em conjunto.<sup>443</sup>

- **Responsáveis pelo processo de decisão de devolução de exemplares**

A direção do museu deverá estar a par do processo desde início e deverá ser apoiado pelo Ministério da Cultura e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.<sup>444</sup>

- **Responsáveis pelo pedido de devolução**

Os pedidos de devolução podem partir de indivíduos, comunidades, Estados ou comunidades religiosas, entre outros, contudo é importante esclarecer com quem se vai negociar, o seu papel e a sua legitimidade no pedido de devolução do objeto.<sup>445</sup> Terá autoridade para fazer o pedido de devolução e representar uma comunidade? Quem é a pessoa correta para discutir a possível devolução do exemplar ou coleção?

É essencial compreender a ligação do representante ao exemplar e a comprovação com os documentos necessários que atestem a sua competência/habilitação. No caso de o pedido emanar de um Estado, deverá ser requisitado o apoio da sua embaixada em Portugal.

---

<sup>442</sup> Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts, Berlim: German Museums association, 2021, p.80.

<sup>443</sup> Ibidem, p.80.

<sup>444</sup> Ibidem, p.84.

<sup>445</sup> Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts, Berlim: German Museums association, 2021, p.87.

### 3 – Avaliação da reclamação <sup>446</sup>

A fundamentação do pedido de devolução deverá ser analisada em detalhe e geralmente será baseado num fundamento legal ou mais frequentemente por um princípio ético.

- **Justificações para a devolução de exemplares** <sup>447</sup>

Geralmente os exemplares são reivindicados por motivos legais ou motivos éticos. A primeira situação é mais rara e difícil de provar uma vez que dificilmente existem documentos que comprovem que o exemplar de origem colonial foi adquirido ilegalmente, no sentido estrito da palavra. Quanto aos pedidos feitos por motivos éticos são enunciadas principalmente duas situações/contextos, os objetos foram adquiridos de uma forma pouco ética ou têm uma importância significativa para determinada comunidade ou indivíduo. Este último motivo é referido igualmente no Código de Ética para Museus do ICOM que recomenda que “quando um país ou povo de origem busca a restituição de um objeto ou espécime que tenha sido exportado ou transferido violando os princípios estabelecidos nas convenções internacionais e nacionais, e demonstrar que este objeto ou espécime faz parte do património cultural ou natural daquele país ou povo, o museu envolvido, se for legalmente autorizado para isto, deve tomar as providências necessárias para viabilizar esta restituição.”<sup>448</sup>

No caso da alegação da aquisição sem ética, é necessário identificar o contexto da sua aquisição e para tal é essencial a pesquisa de proveniência, referida anteriormente, contudo esta investigação por vezes é difícil ou mesmo infrutífera. Quando a devolução dos objetos é reivindicada pelo seu significado em certa comunidade a maior dificuldade reside em compreender quem é o legítimo representante dessa comunidade e tem o poder de determinar a sua significância.<sup>449</sup> É fundamental compreender a ligação entre quem faz o pedido e o objeto, como e porquê que o objeto é culturalmente significativo para determinada comunidade.

### 4 – Implementação dos resultados

Após as negociações terem sido realizadas, deve ser redigida a resolução tomada e confirmado que todas as reivindicações relacionada com o objeto ou coleção estão resolvidas. Pode ser acordada

---

<sup>446</sup> *Restitution and Repatriation: A Practical Guide for Museums in England*, The Arts Council of England, 2022., p.14

<sup>447</sup> *Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts*, Berlim: German Museums association, 2021, p.81.

<sup>448</sup> Código Deontológico do ICOM para museus, p.14.

<sup>449</sup> *Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts*, Berlim: German Museums association, 2021, p.82.



que o objeto é emprestado temporariamente, ou que a propriedade do objeto irá ser transferida para o autor do pedido mas o objeto permanecer no museu ou por fim que o objeto ser transferido para outro museu no seu país de proveniência, após confirmação de que garante as condições necessárias para a conservação do objeto, que o objeto possui integridade física para poder ser transportado em segurança até ao destino e as despesas necessárias para a devolução do exemplar estão definidas e asseguradas.<sup>450</sup>

Os objetos devolvidos deverão ser acompanhados de cópias de toda a documentação associada e de recomendações quanto a cuidados de conservação.<sup>451</sup>

### **5.3.7. PÚBLICO-ALVO**

Sendo um museu que trata um tema tão complexo e por vezes desconfortável, exige um espírito crítico e maturidade para compreender a dimensão dos acontecimentos. Teria então como público-alvo um público escolar mais velho - fazendo uma visita devidamente enquadrada por um guia e professores - público adulto, nacional e estrangeiro, académicos/investigadores e alunos universitários.

### **5.3.8. SERVIÇO EDUCATIVO**

O serviço-educativo responsável pela realização de visitas, divulgação e interpretação das coleções contribui para a fidelização de públicos e para o desenvolvimento cultural e social da comunidade onde o museu se insere. É um elemento essencial neste museu, permitindo o estabelecimento de uma proximidade com os visitantes do museu, bem como a possibilidade de desenvolver temas específicos de uma forma mais personalizada e dedicada.

Pretende-se criar um museu com um programa cultural dinâmico e diversificado, com possibilidade de fazer palestras, tertúlias informais, workshops e espaços de partilha de experiências, incluindo parcerias com outras instituições como escolas, universidades, associações culturais e universidades séniores.

---

<sup>450</sup> Ibidem, p.89.

<sup>451</sup> Ibidem, p.90.

### 5.3.9. ÁREAS PREVISTAS PARA O MUSEU

- **Áreas públicas:**
  - Receção
  - Loja / Cafetaria
  - WC
  - Sala de exposição permanente
  - Sala de exposições temporárias
  - Centro de Documentação e Informação
  - Sala do Serviço Educativo
  
- **Áreas técnicas:**
  - Gabinete da Direção
  - Serviços Administrativos
  - Sala de Reuniões
  - Laboratório de Conservação e Restauro
  - Reservas técnicas
  - Arquivo/documentação do museu

### 5.4. CONCLUSÃO

Após anos de indefinição e esquecimento, estão a surgir iniciativas que pretendem visitar as coleções de origem colonial portuguesas, estudando-as e interpretando-as no contexto de uma realidade democrática e pós-colonial.

Neste capítulo foram abordadas algumas destas iniciativas realizadas recentemente, tais como a investigação que o Museu Nacional de História Natural e da Ciência de Lisboa está a realizar a partir das coleções científicas de origem colonial incorporadas do antigo IICT, reconstruindo a sua narrativa; as exposições temporárias realizadas no Padrão dos Descobrimentos sobre temas relacionados com a época dos Descobrimentos com uma abordagem que instiga ao questionamento e reflexão pelo público e o contributo do ICOM -Portugal em criar espaços de diálogo sobre estas coleções.

Contudo, falta um museu que crie uma exposição permanente que permita conjugar todos estes esforços e crie um espaço de diálogo e de verdadeiro conhecimento imparcial e não fragmentado da experiência colonial, numa visão alargada e abrangente.

A análise do *British Empire and Commonwealth Museum* permitiu constatar que é possível e necessário criar um museu sobre a realidade colonial, embora neste caso seja a britânica.

O Museu do Quai Branly, possuindo também um legado colonial, optou por outra forma de lidar com este passado ao elevar as coleções de arte e antropologia ao estatuto de obra de arte, pretendia homenagear e dar o destaque às coleções extraeuropeias, o que era largamente merecido. Contudo, ao focar-se na sua vertente estética, relegou para segundo plano o seu contexto histórico, dificultando a interpretação do exemplar na sua totalidade.

Muitos museus com coleções coloniais na Europa começaram a fazer a revisão das narrativas adotadas nas suas exposições. Mas, excetuando o *British Empire and Commonwealth Museum*, não foi criado um museu inteiramente dedicado à experiência colonial de um país e das suas respetivas ex-colónias. Seja porque é um projeto de grande envergadura e que levanta questões políticas e ideológicas complexas, seja por falta de financiamento, a realidade é que não foi localizado mais nenhum museu que cumprisse esse objetivo. Apesar de todas as dificuldades que possam ser criadas, considera-se que a criação deste museu em Portugal é fundamental. É necessário um espaço que sirva de referência à história deste período e que permita compreender os reflexos do colonialismo que ainda se revelam hoje em dia, mesmo apesar de o Império Português se ter dissolvido há 47 anos, tais como o racismo, a discriminação e preconceitos enraizados. É necessário criar um espaço de história, memória e de diálogo, que permita reconhecer uma realidade que foi complexa e que até aos dias de hoje ainda não foi devidamente aceite e reconhecida.

Este museu daria visibilidade a uma verdadeira multiculturalidade portuguesa e contribuiria para mudar preconceitos. Contribuiria para a visibilidade das comunidades afrodescendentes e criação de uma comunidade inclusiva, num museu onde se pudessem identificar e rever.

Permitiria também a criação de um espaço de referência para investigação, com um centro de documentação acessível e repositório de testemunhos e memórias.

Caso não se construa este museu, corre-se o risco de perder o testemunho em primeira mão das pessoas que vivenciaram esta experiência e também dos exemplares que permitem reconstruir este período histórico. Vão se manter narrativas na opinião pública baseadas em ideias ainda ancoradas em vestígios de luso-tropicalismo, sem fundamentação histórica.

## 6. CONCLUSÃO

O percurso deste trabalho iniciou-se na Exposição Insular e Colonial de 1894, no Palácio de Cristal do Porto, a primeira grande exposição de produtos de origem colonial no Portugal metropolitano. Principalmente dedicada a um fim comercial e de organização privada, pretendia divulgar as potencialidades dos produtos e matérias-primas coloniais junto do público e de potenciais investidores portugueses bem como motivar a emigração para estas colónias em desenvolvimento.

Em 1934, a 1ª Exposição Colonial do Porto, certame organizado pelo Governo, no início do estabelecimento do Estado Novo, tem um carácter de propaganda e divulgação de um projeto colonial. A cenografia é mais cuidada para transmitir a ideologia colonial que se estava a consolidar com um grande impacto visual. Era essencial transmitir a ideia de grandeza do Império e demonstrar a aptidão para cumprir a missão civilizadora de que Portugal estaria predestinado.

A análise e comparação destas duas exposições permite-nos compreender a evolução das técnicas expositivas. Apesar das notórias diferenças, algumas semelhanças se repetem, nomeadamente ambas as exposições se assumem como uma forma de “lição colonial”, com fins didáticos para divulgação das colónias junto de quem as não conhecia e em ambas as exposições há uma grande aposta na componente de lazer, de forma a atrair mais visitantes para a exposição.

Os exemplares que foram exibidos nas exposições referidas não estiveram na origem da criação de museus como no caso da Exposição Universal de Londres (1851), contudo durante a pesquisa para este trabalho foi possível localizar uma carta que comprova o envio de objetos expostos na Exposição Insular e Colonial para o antigo Museu de Botânica da Universidade de Coimbra, atualmente integrado no Museu da Ciência da mesma universidade. Seria interessante para uma futura investigação tentar localizar os exemplares que pertenceram à exposição que possam estar dispersos em outros museus.

Paralelamente à organização destas exposições coloniais vão-se formando coleções coloniais nos museus nacionais.

Após ter sido efetuado o levantamento das principais coleções coloniais existentes no país constata-se que já existiriam objetos recolhidos de territórios colonizados desde o século XV, muito embora o seu rasto tenha sido perdido com o terramoto de 1755.

Ao analisar a forma como estes objetos foram coletados concluímos que muitas destas coleções foram formadas graças ao apoio de uma rede de contactos em território colonial, com a participação de funcionários coloniais, militares e mesmo missionários que faziam a recolha de exemplares mais tarde enviados para a metrópole. Noutros casos, os exemplares eram recolhidos num contexto de uma investigação científica, mas mesmo nesta situação, era frequente um especialista numa determinada área científica coletar outros tipos de exemplares, otimizando a deslocação à colónia. A pouca

bibliografia encontrada sobre as coleções coloniais presentes em museus nacionais não permitiu obter uma visão mais integrada sobre a origem e formação destas coleções, incluindo os critérios de recolha.

O Museu Colonial, várias vezes idealizado, mas nunca verdadeiramente concretizado, deveu-se a principalmente à falta de recursos financeiros e humanos, problemas transversais a quase todos os museus analisados como iremos constatar.

No século XIX assiste-se a uma tentativa de criação de um Museu Colonial, patrocinado pelo Governo, fundado com objetos que tinham sido exibidos em Exposições Universais para a representação portuguesa no estrangeiro. A sua criação foi repleta de otimismo, mas a falta de investimento, de instalações adequadas e de funcionários, ditou o encerramento do museu e a sua incorporação no Museu da Sociedade de Geografia, instituição privada que igualmente se debateu com dificuldades na manutenção do seu museu.

As coleções científicas recolhidas pelo IICT, não foram organizadas num museu, mas obedeciam à organização de uma instituição de investigação científica que após o 25 de Abril se encontrou numa situação de indefinição, com pouco investimento atribuído. Recentemente estas coleções foram transferidas para o Museu de História Natural e da Ciência de Lisboa onde estão a ser devidamente tratadas e catalogadas para incorporação.

O museu que iria por fim ser a concretização do Museu Colonial, o Museu de Etnologia do Ultramar (atual Museu Nacional de Etnologia) é materializado já numa época de transição em que o Império Colonial Português começa a desmoronar-se e não conclui o seu propósito.

Avançando para acontecimentos mais recentes, analisámos os debates que ocorreram durante os anos de 2018 e 2019 a propósito da criação do “Museu dos Descobrimentos” em Lisboa, proposto pelo Presidente da Câmara de então. Esta iniciativa despoletou intensos debates na esfera pública com opiniões bastante polarizadas, muitas das quais pouco construtivas. O museu em questão que nem projeto chegou a ter não avançou, mas teve a virtude de levantar questões relacionadas com o passado colonial português.

Os debates em questão revelam a necessidade de encarar o passado colonial de uma forma crítica, científica e objetiva, apoiada na historiografia e não em ideologia. O que corrobora a necessidade da criação de um museu dedicado à experiência colonial.

Assistimos recentemente ao aumento da realização de exposições sobre questões coloniais, como as apresentadas no quarto capítulo, mas é necessário criar uma instituição museológica dedicada que aprofunde a temática e sirva de referência. É tempo de voltar a abrir as reservas e de visitar as coleções de origem colonial que após o 25 de Abril não foram estudadas e em vez disso, mantidas num limbo de indefinição. É necessário que sejam estudadas e reinterpretadas num contexto de um tempo pós-colonial, apoiadas nos princípios da Nova Museologia.

A criação de um museu sobre a experiência colonial permitiria a celebração da diversidade cultural, desempenhando um papel ativo na comunidade e contribuindo para um processo de integração. Seria um espaço de diálogo, aprendizagem e partilha, contribuindo para a diminuição de barreiras e estereótipos.

Sente-se um novo interesse em conhecer, estudar e dar visibilidade às coleções coloniais, impulsionado em parte pela iniciativa do ICOM Portugal em fazer um levantamento sobre as coleções extra-europeias em Portugal e na realização de palestras sobre estas coleções. Coleções coloniais foram relegadas para as reservas durante muito tempo, mas está a surgir um novo interesse para o estudo destas coleções.

O museu sobre a experiência colonial portuguesa seria uma mais-valia para exercermos uma verdadeira democracia multicultural, onde todos os portugueses se pudessem rever e identificar. Uma verdadeira sociedade plural e inclusiva.



## **BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS**

### **DOCUMENTAÇÃO**

*Programa de Governo da cidade de Lisboa, 2017/2021*

*Assunção Cristas - Pela Nossa Lisboa - Programa Eleitoral, 2017/2021, Nossa Lisboa, Coligação CDS/PP – MPT – PPM*

*Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896*

*Primeira Exposição Colonial Portuguesa, Porto 1934 – Regulamento Geral. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria, Lda., 1934.*

*Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal em 31 de Dezembro de 1892. Porto: Typographia Central, 1893.*

*Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal em 31 de Dezembro de 1893. Porto: Typographia Central, 1894.*

*Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal em 31 de Dezembro de 1894. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1895.*

### **Imprensa Periódica**

ALVES, Jorge Fernandes - «Expor e Catalogar...Devagar: As Exposições Industriais no Porto Oitocentista». *O Tripeiro*. Série VII, Ano XVIII, Nº 3, março de 1999. Porto: Associação Comercial do Porto, pp 69-76.

BOAVENTURA, Inês – “Museu em forma de nau chumbado por ser intrusivo e representar um perigo”, in *Público*, 5 de março de 2016. Consulta realizada em: 27.10.2021 Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/03/05/local/noticia/museu-em-forma-de-nau-chumbado-por-ser-intrusivo-e-representar-um-perigo-1725249>

CANELAS, Lucinda - “O atraso em que nos encontramos na História da escravatura impressiona”, in *Público*, 19 de maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021 Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/05/19/culturaipilon/entrevista/o-atraso-em-que-nos-encontramos-na-historia-da-escravatura-impressiona-1830526>



CANELAS, Lucinda – “Um memorial aos escravos para que Portugal se ponha no lugar das vítimas”, in *Público*, 22 de novembro de 2017. Consulta realizada em: 7.11.2021 Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/11/22/local/noticia/um-memorial-aos-escravos-para-que-portugal-se-ponha-no-lugar-das-vitimas-1793404>

CARVALHO, Patrícia – “Descobertas em antigos armazéns de Miragaia”, in *Público*, 10 de março de 2012. Consulta realizada em: 11.01.2022. Disponível em <https://www.publico.pt/2012/03/10/jornal/descobertas-em-antigos-armazens-de-miragaia-24153132>

CARVALHO, Patrícia – “O rinoceronte, o Adamastor e o Infante D. Henrique recebem visitantes no Porto a partir de Abril”, in *Público*, 15 de Fevereiro de 2014. Consulta realizada em: 11.01.2022 Disponível em <https://www.publico.pt/2014/02/15/local/noticia/o-rinoceronte-o-adamastor-e-o-infante-d-henrique-recebem-visitantes-no-porto-a-partir-de-abril-1623774>

GERIVAZ, Sara – “A partir de hoje já é possível embarcar numa viagem até aos Descobrimentos”, in *Público*, 25 de Abril de 2014. Consulta realizada em: 11.01.2022- Disponível em <https://www.publico.pt/2014/04/25/local/noticia/a-partir-de-hoje-ja-e-possivel-embarcar-numa-viagem-ate-aos-descobrimentos-1633523>

GOMES, Tomás Albino – “Um debate longe do fim. Petição "Lisboa precisa de um Museu dos Descobrimentos, da Expansão e da Portugalidade" foi entregue esta semana na Assembleia Municipal de Lisboa”, in *Sapo* 24, 30 de Setembro de 2018. Consulta realizada em: 28.10.2021 Disponível em: <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/um-debate-longo-do-fim-peticao-lisboa-precisa-de-um-museu-dos-descobrimentos-da-expansao-e-da-portugalidade-foi-entregue-esta-semana-na-assembleia-municipal-de-lisboa>

HORTA, Bruno – “Museu dos Descobrimentos tem de mostrar os "aspectos mais e menos positivos, incluindo a escravatura””, in *Observador*, 11 de Dezembro de 2018. Consulta realizada em: 8.11.2021 Disponível em: <https://observador.pt/2018/12/11/museu-das-descobertas-tem-de-mostrar-os-aspectos-mais-e-menos-positivos-incluindo-a-escravatura/>

LAINS, Pedro – “Nem Descobrimentos nem Expansão”, in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 29.9.2020 Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/nem-descobrimentos-nem-expansao-9293237.html>

MARGATO, Cristina – “A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão?”, in *Expresso*, 12 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 8.11.2021. Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->

MARQUES, João Pedro – “A palavra Descobrimentos não está proscrita nem tem peçonha”, in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 8.11.2021 Disponível em:

<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/a-palavra-descobrimientos-nao-esta-proscrita-nem-tem-peconha-9286037.html>

MARTINS, Christiana – “Lisboa terá um memorial da escravatura”, in *Expresso*, 17 de Março de 2018. Consulta realizada em: 2.11.2021 Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2018-03-17-Lisboa-tera-um-memorial-da-escravatura>

OLIVEIRA, José – «Ministra da Cultura espera a inauguração, em 2022, do Centro Expositivo a funcionar como pólo museográfico na Fortaleza de Sagres, com uma porta simbólica do século XVIII e outras atracções para os visitantes» - *Correio de Lagos*, 19 de dezembro de 2021. Consulta realizada em: 13.01.2022 Disponível em <https://correiodelagos.com/artigos-em-destaque/ministra-da-cultura-espera-a-inauguracao-em-2022-do-centro-expositivo-a-funcionar-como-polo-museografico-na-fortaleza-de-sagres/>

PINCHA, João Pedro - “Da nau encalhada à Descoberta discreta, um museu aos tropeções”, in *Público*, 19 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021 Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/19/culturaipilon/noticia/da-nau-encalhada-a-descoberta-discreta-um-museu-aos-tropecoes-1830528>

PIRES, Bruno – «Lagos assume passado esclavagista» - *Barlavento*, 10 de junho de 2016. Consulta realizada em: 3.3.2022. Disponível em <https://barlavento.sapo.pt/destaque/lagos-assume-passado-esclavagista>

RAPOSO, Luís – “Um museu, muitos nomes: a narrativa de Portugal e o Mundo”, in *Público*, 18 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 29.9.2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/04/18/culturaipilon/opiniao/um-museu-muitos-nomes-a-narrativa-de-portugal-e-o-mundo-1810476>

REVEZ, Idálio – “Sagres retoma a epopeia dos Descobrimientos num edifício encerrado há 15 anos”, in *Público*, 11 de Abril de 2021. Consulta realizada em: 9.11.2021 Disponível em <https://www.publico.pt/2021/04/11/local/noticia/sagres-retoma-epopeia-descobrimientos-edificio-encerrado-ha-15-anos-1957917>

RODRIGUES, Maria de Lurdes – “Descobertas ou colonialismo?” in *Diário de Notícias*, 30 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 29.10.2021 Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/maria-de-lurdes-rodrigues/descobertas-ou-colonialismo-9391798.html>

S/A – “Belmonte vai ter museu sobre a descoberta do Brasil”, in *Público*, 28 de Setembro de 2006. Consulta realizada em: 25.11.2021 Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/09/28/jornal/belmonte-vai-ter-museu-sobre-a-descoberta-do-brasil-99719>

S/A – “Centro interpretativo no Solar dos Cabrais”, in *Expresso*, 25 Agosto de 2006. Consulta realizada em: 3.11.2021 Disponível em: <https://expresso.pt/redeexpresso/centro-interpretativo-no-solar-dos-cabrais=f107386>

S/A – “Ministro da Cultura diz que faz falta um museu dos Descobrimentos”, in *Público*, 28 de Abril de 2009. Consulta realizada em: 3.11.2021 Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/04/28/jornal/ministro-da-cultura-diz-que-faz-falta-um-museu-dos-descobrimentos-304495>

SALEMA, Isabel - “É preciso descolonizar os Descobrimentos”, in *Público*, 18 de Maio de 2018. Consulta realizada em : 27.10.2021 Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/18/culturaipilon/entrevista/e-preciso-descolonizar-os-descobrimentos-1830262>

SILVA, João Céu e – “Fernando Medina : “ Lisboa vai ter um memorial à escravatura”, in *Diário de Notícias*, 14 de Junho de 2020. Consulta realizada em: 8.11.2021 Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/14-jun-2020/fernando-medina-lisboa-vai-ter-um-memorial-a-escravatura-12305662.html>

XAVIER, Ângela Barreto – “ “Descobertas”: uma palavra pequena “, in *Público*, 8 de Maio de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021 Disponível em <https://www.publico.pt/2018/05/08/culturaipilon/opiniao/descobertas-uma-palavra-pequena-1829112>

XAVIER, Jorge Barreto – “Museus, Poder, Comunidade – uma hiperconectividade evidente”, in *Observador*, 18 de Maio de 2018. Consulta realizada em : 29.10.2021 Disponível em : <https://observador.pt/opiniao/museus-poder-comunidade-uma-hiperconectividade-evidente/>

## **Documentos Normativos**

Código de Ética do ICOM para Museus, (s.d)

## **Legislação**

Decreto nº 46 254 de 19 de Março de 1965.

Decreto-lei nº 26 180 de 7 de Janeiro de 1936 - Reformulação da Comissão de Cartografia e criação da Junta de Missões Geográficas e Coloniais.

Decreto-lei nº 35 395 de 26 de Dezembro de 1945.

Decreto-lei nº 583 de 6 de Novembro de 1972.

Diário da República, I Série A, nº 209, 8 de Setembro de 2001, Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, pp 5808 – 5829.

Diário do Governo nº 47, 1ª Série, Portaria nº 10:888, de 5 de Março de 1945.

Diário do Governo nº 90, 1ª Série, Decreto-lei nº 160/ 83 de 19 de Abril de 1983.

Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar – 3ª Repartição, *Diário do Governo*, 10 de Março de 1892, pp. 50-51.

Regulamento do Museu Colonial, e das exposições e concursos de productos ultramarinos, *Diário do Governo*, 26 de Janeiro de 1871, pp.99 – 102.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Monografias**

*100 anos de Antropologia em Coimbra: 1885 – 1985*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1985.

AA.VV. – *Porto 1865: Uma Exposição*. Lisboa: Comissariado da Exposição de Lisboa, 1994

AA.VV.– *Contar Áfricas!* (Catálogo da Exposição Contar Áfricas!), Lisboa: EGEAC E.M., 2018.

ACCIAIUOLI, Margarida – *Exposições do Estado Novo: 1934 – 1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ALMAÇA, Carlos – *A Natural History Museum of the 18th Century :The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*, Lisboa: Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural),1996.

AMARAL, Ilídio – *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Edições Colibri, 2012.

ANTUNES, Miguel Telles e CANTINHO, Manuela – *Colecções Etnográficas da Academia das Ciências de Lisboa: Colômbia Britânica, Havai e Peru*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

BARROSO, Carla; BORGES, Leonor Calvão e CABRAL, Margarida – *Restituição de Bens Culturais – Enquadramento Internacional*, Lisboa: Assembleia da República, 2020.

BETHENCOURT, Francisco – *Racismo e Cidadania* [Catálogo da Exposição], Lisboa: EGEAC E.M., 2017.

BRIGOLA, João – *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CANTINHO, Manuela - *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

CARVALHO, Rómulo - *A História Natural em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987.

*Etnologia e Arqueologia – Mendes Correia, Ciclo de Exposições “Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores”*, Porto: Universidade do Porto, 2005.

Guidelines for German Museums: Care of Collections from Colonial Contexts, Berlim: German Museums association, 2021.

JÚNIOR, Joaquim dos Santos - *Museu Colonial*, Comunicação apresentada ao Congresso Colonial. Lisboa: Bertrand, 1940.

LEITÃO, Nicolau Andresen – *Exposições Universais: Londres 1851*. Lisboa : Edição Expo 98, 1994.

LOBATO, Alexandre – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

*Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Centenário (1894 – 1994)*. Figueira da Foz: Serviços Culturais – Museu, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1994.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Apontamentos sobre museologia, museus etnológicos*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971.

*Peoples and Cultures - Overseas Museum of Ethnology Lisbon*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho – *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade , Colonização e Alteridade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

*Restitution and Repatriation: A Practical Guide for Museums in England*, Manchester: The Arts Council of England, 2022.

SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França e GOMES, René Lommez - *O comércio de marfim no mundo Atlântico – Circulação e produção (séculos XV a XIX)*. Belo Horizonte: Clio – Gestão Cultural e Editora, 2018.

SERÉN, Maria do Carmo - *A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934: fotografias da Casa Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia, 2001.

VASCONCELLOS, J. Leite – *História do Museu Etnológico Português (1893 – 1914)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.

VERGO, Peter (ed.) – *The New Museology*, Londres: Reaktion Books, 1989.

### **Trabalhos Académicos (Dissertações e Teses)**

CARDOSO, Cláudia – *O Jardim Botânico Tropical/IICT e os seus espaços construídos: uma proposta de reprogramação funcional e museológica integrada*. Dissertação de mestrado em Museologia e museografia, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2013.

CERÍACO, Luís Miguel Pires - *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal*, Tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, Especialidade em Museologia, Departamento de História da Universidade de Évora, 2014.

COSTA, Ana Rita de Castro – *Coleções Botânicas das ilhas de São Tomé e Príncipe no Herbário PO do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto: desvendar dados científicos e históricos a partir de espécimes de herbário*, Dissertação de Mestrado em Ecologia e Ambiente, Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2019.

COSTA, Carina Mendes – *Gestão e Manutenção de Espaços Verdes, Caso de Estudo: Botânico Tropical*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2019.

GOMES, Sara - *Etnobotânica no Jardim Botânico Tropical: o seu interesse para o público*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Área de especialização em Natureza e Conservação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

GONÇALVES, Vera – *Imagens e memórias em Reconstrução: do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota*. Dissertação realizada no Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras do Porto, 2018 (Volume I).

JOÃO, Maria Isabel – *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Vol. I. Dissertação de Doutoramento em História, Universidade Aberta, Lisboa, 1999.

LOUREIRO, Cristina Maria Esteves Veludo – *Sete Momentos na História de um Museu: Museu Municipal Dr. Santos Rocha (1892 – 2014)*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.

LUPPI, Natália – *A Musealização da Escravatura: O Caso do Núcleo Museológico de Lagos, Coimbra*: [s.n], 2018. [Trabalho académico, não publicado, realizado para a unidade curricular de Cultura Material e Museologia, Mestrado em Património Cultural e Museologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]

MATOS, Patrícia Ferraz de - *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade: Antropologia Social e Cultural, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012.

MENDES, Marta - *Concepções de reserva: os museus da cidade de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Departamento de História da Universidade de Évora, 2005.

ROXO, Maria Raquel - *Promontório de Sagres – Marca do Património Europeu, Narrativas patrimoniais*. Dissertação de Mestrado em História e Patrimónios, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2021.

SOARES, Luís – *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como museu (1910 – 1981)*, Tese de Doutoramento em História de Arte, Especialização em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

VAZ, Paula Cristina – *Olhar o Padrão dos Descobrimentos*. Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

VIANA, Maria Teresa da Costa Pereira - *Os museus do Porto no Século XIX. Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal*. Vol. I. Dissertação apresentada ao Curso de Conservador de Museu. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1970.

### **Capítulos de Livros e Atas de Conferências**

Aires-Barros, Luís – Os 140 Anos da Sociedade de Geografia de Lisboa, in *Sociedade de Geografia de Lisboa 1875 – 2015, 140 anos*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2016.

AREIA, M.L, ROCHA, M.A. Tavares da – Ensino da Antropologia, in *100 anos de Antropologia em Coimbra, 1885 – 1985*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 13 – 26.

BASTOS, Cristiana – Of Objects, Networks, Politics and Poetry: The Royal Academy of Sciences of Lisbon in the Context of the Enlightenment, DELICADO, Ana (Ed.) - *Associations and Other Groups in Science: an Historical and Contemporary Perspective*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013, pp 10 – 29.

BRÍGOLA, João – Domenico Vandelli – um naturalista italiano ao serviço de Portugal e do Brasil, in *O gabinete de curiosidades de Domenico Vendelli*, Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008, pp.41 – 52.

BRIGOLA, João – Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal, in *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

CANTINHO, Manuela – Coleções etnográficas extra-ocidentais em Portugal: passado, presente e futuro. *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa, 2010, pp.1- 10.

CANTINHO, Manuela – Jorge Dias e o Museu do Homem Português, in *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos, 1883-2010*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010, pp.95 – 97.

CANTINHO, Manuela – O Espólio Cultural da Sociedade de Geografia de Lisboa: a Biblioteca, a Cartoteca, a Fototeca e o Museu Etnográfico e Histórico, in *Sociedade de Geografia de Lisboa 1875 – 2015, 140 anos*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2016.

CASALEIRO, Pedro – A reorganização das coleções da Universidade de Coimbra, Museu da Ciência, *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Volume I, pp. 293 – 303.

CASTRO, Maria João – Art and Progress; Portuguese colonial representations in the great world exhibitions. *Progress(es), Theories and Practices. Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress on Proportion Harmonies Identities (PHI 2017)*, October 4-7, 2017, Bari, Italy. pp 309 – 314.

CHAVES, Luíz – A coleção demonstrativa da Secção Ultramarina, no Museu Etnológico, in *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II. Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa: Porto, 1934, pp. 46 – 50.

CHAVES, Luíz – Museu etnográfico do Império Português – Sua necessidade – Um plano de organização, in *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II. Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa: Porto, 1934, pp.28 – 45.

COSTA, Marta; et al – «Criação de Reservas Técnicas para as Coleções Científicas do IICT - A Work in Progress», *X Jornadas da Arte e Ciência UCP / V Jornadas ARP – A Prática da Conservação Preventiva*, Universidade Católica Editora: Porto, 2013, pp.195 – 205.

CUNHA, Maria José – As Coleções Antropológicas do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto in *Actas do 1º Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Vol. I. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2009, pp. 259 – 268.

GONÇALVES, L. J. R. - Rinocerontes do Museu Agrícola do Ultramar, in *Rhinos are coming*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes - Universidade de Lisboa, 2014, pp. 108 - 112.

JÚNIOR, Joaquim Santos – *Museu Colonial: Comunicação apresentada ao Congresso Colonial*, Lisboa: Bertrand, 1940.



LÉONARD, Yves – A ideia colonial, olhares cruzados (1890 – 1930), in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa, Vol. 4*, Lisboa: Temas e Debates, 2000.

LÉONARD, Yves – O Império Colonial Salazarista, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5*, Lisboa: Temas e Debates, 2000.

LÉONARD, Yves – O Ultramar Português, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5*, Lisboa: Temas e Debates, 2000.

MARQUES, A.H. Oliveira - Aspectos de política geral, in *Nova História da Expansão Portuguesa : O Império Africano 1890 – 1930, Volume XI*, Editorial Estampa: Lisboa, 2001.

MORÁN, Elena - «Crónica literária e registo arqueológico: usos sociais da memória dos escravos negros em Lagos». *Actas do Colóquio História e Património – Sines, o Porto e o Mar*. Sines: Arquivo Municipal de Sines, 2017, pp. 209 - 219.

NEVES, M.J., ALMEIDA, M. e FERREIRA, T., – «História de um arrabalde durante os séculos XV e XVI: O “Poço dos Negros” em Lagos (Algarve, Portugal) e o seu contributo para o estudo dos escravos em Portugal» . MATOS, Artur Teodoro de ; COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *A Herança do Infante. História, Arqueologia e Museologia em Lagos*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/ Câmara Municipal de Lagos, 2011, pp. 29-46.

NUNES, João Paulo Avelãs - “Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia”. PEDRAS, Rita Fernanda Pinto (coord.), *I Jornadas de museologia nas Misericórdias*. Penafiel, SCMP, 2015, pp.65-83.

PAÇO, Tenente Afonso do – Da necessidade da criação de um Museu de Etnografia, in *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II. Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa: Porto, 1934, pp. 23 – 27.

PEREIRA, Gilberto; PIRES, Catarina - O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: Valorização de um património científico singular in GRANATO, Marcus e LOURENÇO, Marta (coord.) , *Coleções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*, RIO de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010 , pp 185 – 210.

PERPÉTUO, Natacha Catarina, GONÇALVES, Maria Teresa et al - O contributo de Júlio Henriques para o conhecimento da diversidade vegetal de São Tomé e Príncipe, *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 2012, Lisboa, pp. 611-631.

PIRES, Rui Pena – O Regresso das Colónias, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5*, Lisboa: Temas e Debates, 2000.

SAMPAIO. Thiago - Geografia e Colonialismo: a Sociedade de Geografia de Lisboa na virada de Oitocentos, *XIII Semana de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista: Cultura e Direitos Humanos nas Relações Internacionais*, São Paulo, 2015 – Disponível em:

[https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/geografia-e-colonialismo\\_thiago-henrique.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/geografia-e-colonialismo_thiago-henrique.pdf)

*Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Volume II. Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa: Porto, 1934.

### Artigos científicos

AMARO, Gonçalo e FELISMINO, David – “Resultados do inquérito sobre a presença de património proveniente de territórios não-Europeus em Museus Portugueses”. *Boletim ICOM Portugal – As Coleções extra-europeias*, Nº 17, Série III, dezembro 2021, pp.126- 135.

CUNHA, Maria José – As coleções de Arqueologia e Antropologia do Museu de História Natural da Universidade do Porto in *SIAM. Series Iberoamericanas de Museología*. Vol.6, 2012, pp. 153 – 162.

DIAS, José – Que fazer com o património das coleções científicas coloniais depois do fim do Império?, in *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - Museologia e Interdisciplinaridade*. Volume 6, Número 11. Brasília:2017, pp. 95-107.

DIAS,Nélia – “Double erasures: rewriting the past at the Musée du quais Branly”. *Social Anthropology/ Anthropologie Sociale*, nº 16, volume 3, 2008, pp.300 – 311.

DUARTE, Alice - A museologia antropológica no século XIX em Portugal, in *Trabalhos De Antropologia E Etnologia*, Volume39, Número1-2, 2020. Consulta efetuada em: 16.07.2020. Disponível em: [//ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9683](http://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9683)

FERREIRA, Ana Margarida, *et al.* – “As coleções não europeias do Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz”. *Boletim ICOM Portugal – As Coleções extra-europeias*, Nº 17, Série III, dezembro 2021, pp.138- 148.

GODINHO, Ana, *et al.* – “Património científico colonial num tempo pós-colonial. As coleções antropológicas e fotográficas do Instituto de Investigação Científica Tropical”. *Boletim ICOM Portugal – As Coleções extra-europeias*, Nº 17, Série III, dezembro 2021, pp. 52 – 65.

GOUVEIA, António Jorge Andrade de - Comemoração do II Centenário da Fundação da Academia das Ciências de Lisboa, in *Separata Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, 1978-1979, pp. 333-345.

IRIA, Alberto – *A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa in História e desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Separata do II volume, de História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal, Lisboa, 1986, pp 1283 – 1299.

JÚNIOR, Joaquim Santos – Museus da Faculdade de Ciências do Porto in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Nº XXVI, Vol. (1-2), 1963, pp. 11-22.

MARRONI, Luísa - «Portugal não é um país pequeno. A Lição de Colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934», in *História: Revista de Letras da Universidade do Porto*. IV Série, Volume 3. Porto: 2013, pp.59 – 77.

PERALTA, Elsa – “Retornar ao fim do Império: Fazer a memória de uma herança ilegítima”. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.6, nº 11, jul./ dez. de 2017, p. 14-36. Consultado em: 24 de junho de 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17738/16250>

RIBEIRO, Carla - Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, in *Cescontexto - Direitos e Dignidade: Trajetórias e experiências de luta - IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos Africanos – VOLUME I*, Nº 13, pp. 88 – 100.

RODRIGUES, Ana Duarte - A Linguagem do Império nas esculturas do Jardim Botânico Tropical em Lisboa in *Revista Brasileira de História da Mídia*, Volume 5, Número 1, 2016, pp.61-73.

SÁNCHEZ-GÓMEZ, Luis A. – “Human Zoos or Ethnic Shows? Essence and contingency in Living Ethnological Exhibitions”. *Culture & History Digital Journal*, vol. 2, nº 2, dezembro de 2013.

VIEIRA, Maria de Fátima de Sousa Basto - « Os Dois “Palácios de Cristal” ou a Recepção da Exposição Mundial de Londres (1851) em Portugal » . *Revista da Faculdade de Letras : Línguas e Literaturas*. Série II, vol.18. Porto, 2001, p. 427-438.

VINCENT, Nina – “O museu do Quais Branly e suas exposições: “objetos etnográficos”, “arte primitiva” e propostas curatoriais”. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 11, nº1, p. 143 – 163, 2014.

## Sites

“Agentes culturais contra a designação e missão do “Museu da Descoberta”, in *BUALA*, 21 Maio 2018. Consulta realizada em : 28.10.2021 Disponível em:  
<https://www.buala.org/pt/mukanda/agentes-culturais-contra-a-designacao-e-missao-do-museu-da-descoberta>

“Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Miguel Montenegro de Andrade”, in *Universidade do Porto*. Consulta em:27.09.2021.Disponível em:  
[https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20miguel%20montenegro%20de%20andrade](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20miguel%20montenegro%20de%20andrade)

“Aux Quatre Coins du Monde - Pavillon des Sessions”, in *Louvre* [s.d]. Consulta realizada em: 01.08.2022. Disponível em: <https://www.louvre.fr/decouvrir/le-palais/aux-quatre-coins-du-monde>

“Awards & Reviews”, in *The British Empire and Commonwealth Museum*, 05 de Fevereiro de 2012.

Consultada realizada em: 01.07.2022. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20120205134714/http://www.empiremuseum.co.uk/aboutus/awardsreviews.htm>

“BECM Press: Current and Forthcoming Publications”, in *The British Empire and Commonwealth Museum*, [s.d.]. Consulta realizada em: 01.07.2022. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20020603084921/http://www.empiremuseum.co.uk/books/index.html>

“Bristol's Free Museums and Historic Houses”, in *British Empire and Commonwealth*, [sem data].

Consulta realizada em: 01.07.2022. Disponível em:

<http://museums.bristol.gov.uk/narratives.php?irn=8786>

“Comunicado ICOM Portugal – Museu das Descobertas: sim, não ou talvez?”, in *ICOM – Portugal*, 25 de Junho de 2018. Consulta realizada em 29.10.2021 Disponível em :

<https://icom-portugal.org/2018/06/25/comunicado-icom-portugal-museu-das-descobertas-sim-nao-ou-talvez/>

“Debate: Museus das Descobertas: sim, não, talvez?”, in *ICOM – Portugal*, 26 de Maio de 2018.

Consulta realizada em 27.10.2021 Disponível em: <https://icom-portugal.org/evento/debate-museus-das-descobertas-sim-nao-talvez/>

“Dicionário de Historiadores Portugueses, da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo”, in *Sociedade de Geografia de Lisboa*, Consultado em 30.07.2021. Disponível em:

[https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade\\_geografia.pdf](https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade_geografia.pdf)

“ Exhibitions - Main Galleries, Empire and Us” – in *The British Empire and Commonwealth Museum*, [s.d.]. Consulta realizada em: 01.06.2022. Disponível em:

[https://web.archive.org/web/20110509160618/http://www.empiremuseum.co.uk/exhibitions/main\\_galleries.htm](https://web.archive.org/web/20110509160618/http://www.empiremuseum.co.uk/exhibitions/main_galleries.htm)

“Exposição: Retornar – Traços de Memória”, in *Galerias Municipais de Lisboa*, [s.d.]. Consulta

realizada em: 24.06.2022. Disponível em: <https://galeriasmunicipais.pt/exposicoes/retornar-tracos-de-memoria/>

“História do Herbário da Universidade de Coimbra”, in *Herbário da Universidade de Coimbra* [s.d].

Consultado a: 20.08.2022, disponível em: [https://www.uc.pt/herbario\\_digital/history/historia\\_coi](https://www.uc.pt/herbario_digital/history/historia_coi)

MATOS, Alexandre – “Museu das Descobertas – um pequeno contributo”, in *Museion*, 4 de Maio de 2018. Consultado em: 27.10.2021 Disponível em <http://mouseion.pt/2018/05/3388/>

“Museum News”, in *The British Empire and Commonwealth Museum*, [s.d.]. Consultado em: 01.07.2022. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20101210082129/http://www.empiremuseum.co.uk/aboutus/relation\\_alnews.htm#move](https://web.archive.org/web/20101210082129/http://www.empiremuseum.co.uk/aboutus/relation_alnews.htm#move)

“Museus da Universidade”, in *Universidade do Porto*, [s.d.]. Consulta em: 29.09.2021. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=museus-da-universidade](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=museus-da-universidade)

NETO, João – «Torre e Muralhas de Sagres / Fortaleza de Sagres», in *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, 1991. Consulta realizada em: 13.01.2022. Disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1291](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1291)

“O Monumento”, in *Padrão dos Descobrimentos* [s.d.]. Consulta realizada em: 26.06.2022. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/padrao-dos-descobrimentos/>

“Programa de Recuperação e Beneficiação – Jardim Botânico Tropical”, in *Universidade de Lisboa*, [s.d.]. Consulta realizada em: 05.04.2021. Disponível em <https://reabilitacao-jbt.ulisboa.pt/>

ROQUE, Maria Isabel – “Museu que nasce torto”, in *A.MUSE.ARTE*, 26 de Abril de 2018. Consulta realizada em: 27.10.2021. Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/2245>

“Sobre o Herbário da Universidade de Coimbra”, in *Herbário da Universidade de Coimbra* [s.d.]. Consultado a: 20.08.2022, disponível em: [https://www.uc.pt/herbario\\_digital/About](https://www.uc.pt/herbario_digital/About)

“Sobre o MHNC- UP”, in *Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto*, [s.d.]. Consultado em: 29.09.2021. Disponível em: <https://mhnc.up.pt/sobre-o-mhnc-up/>

*The British Empire & Commonwealth Museum*, [s.d.]. Consulta realizada em: 01.07.2022. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110228112239/http://www.empiremuseum.co.uk/>

“The British Empire and Commonwealth Museum appoints Schools Officer”, in *Empire Museum*, 11 de Março de 2002. Consulta realizada em: 01.07.2022. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20020405200948/http://www.empiremuseum.co.uk/html/Deborahrel ease.html>





## **ANEXOS**





## **Anexo 1 – Secções da Exposição Insular e Colonial do Palácio de Cristal de 1894**

- 1ª Secção – Arquipélago dos Açores.
- 2ª Secção- Arquipélago da Madeira.
- 3ª Secção- Arquipélago de Cabo Verde.
- 4ª Secção- Guiné portuguesa.
- 5ª Secção- Ilhas de São Tomé e Príncipe.
- 6ª Secção- Província de Angola.
- 7ª Secção- Província de Moçambique.
- 8ª Secção- Índia portuguesa.
- 9ª Secção- Macau.
- 10ª Secção- Timor.
- 11ª Secção- Produtos europeus de fabrico exclusivo para as colónias portuguesas.
- 12ª Secção- Coleções e publicações que se refiram a mais do que uma colónia.

Sistema de classificação

### **1º Grupo – Material especialmente destinado ao estudo e desenvolvimento das ilhas adjacentes e colónias portuguesas**

- 1ª Classe – Livros nacionais ou estrangeiros que se ocupem das ilhas adjacentes ou das colónias portuguesas; jornais e outras publicações feitas nas ilhas adjacentes e nas colónias portuguesas.
- 2ª Classe – Cartas geográficas, corográficas e topográficas, publicadas em Portugal ou no estrangeiro, que se refiram às ilhas adjacentes e colónias portuguesas.
- 3ª Classe – Livros e materiais destinados especialmente ao ensino primário, secundário e superior nas colónias portuguesas.
- 4ª Classe – Projetos de melhoramentos executados e em vias de execução, ou simplesmente estudados e propostos quer de iniciativa particular, quer oficial.
- 5ª Classe – Pinturas, desenhos, gravuras e litografias representativas de paisagens e costumes indígenas.
- 6ª Classe – Fotografias de paisagens, de costumes indígenas, de edifícios, etc., tanto das ilhas adjacentes como das colónias portuguesas.

## **2º Grupo – Produtos naturais e agrícolas e matérias-primas para as indústrias**

7ª Classe - Produtos minerais.

8ª Classe – Produtos florestais.

9ª Classe – Produtos de caça e pesca.

10ª Classe – Produtos vegetais diversos, não alimentares.

11ª Classe – Produtos animais, não alimentares, que têm ou podem ter aplicações industriais.

12ª Classe – Substâncias e produtos alimentares, nos seus diferentes graus de preparação.

13ª Classe – Vegetais ou seus produtos, e animais que se tornem distintos pela sua beleza ou utilidade e que se não achem compreendidos nas classes anteriores.

## **3º Grupo – Produtos manufacturados**

### **1º Sub-grupo – Coloniais e insulares**

14ª Classe – Produtos químicos e farmacêuticos, perfumaria, saboaria, adubos, espécimens de processos de lavagem, tinturaria, etc.

15ª Classe- Máquinas, maquinismos em geral, instrumentos de precisão, material relativo à engenharia em todos os seus ramos e à arquitetura civil e naval, ferramentas, utensílios, material para caça e pesca, etc.

16ª Classe – Matérias têxteis em fios e tecidos.

17ª Classe – Tapetes, tapeçaria, rendas, bordados, passamanaria, flores artificiais, obras de cabelo, penas, etc.

18ª Classe – Artigos de vestuário e objetos de uso pessoal.

19ª Classe – Couros e peles preparadas, obras de correeiro e seleiro.

20ª Classe – Papel, objetos de escritório, cartonagens, encadernações, espécimens tipográficos e litográficos.

21ª Classe – Móvel e armação, papéis pintados, objetos de charão, obras de esteireiro, cesteiro, etc.

21ª Classe (*bis*) – Instrumentos musicais.

21ª Classe (*tris*) – Escultura e aplicação usual das artes de desenho e pintura.

22ª Classe – Obras em metais não preciosos: serralharia, quinquilharia, cutelaria, obras de espingardeiro, latoeiro, funileiro, picheleiro, arameiro, etc.

22ª Classe (*bis*) – Armas portáteis de guerra, caça e pesca e acessórios.

23ª Classe – Obras em metais preciosos e sua imitação: ourivesaria, joalheria, etc.

24ª Classe – Vidraria e cerâmica.

**2º Sub-grupo – Produtos fabricados com destino especial às colónias**

25ª Classe – Substâncias alimentares.

26ª Classe – Tecidos e outros produtos não incluídos na classe precedente.